**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

MAGALI HIROMI TAKASHI

**MOVIMENTO DA ENFERMAGEM PAULISTA NA DÉCADA DE
1940: REFORMULAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL**

**SÃO PAULO
2011**

MAGALI HIROMI TAKASHI

**MOVIMENTO DA ENFERMAGEM PAULISTA NA DÉCADA DE
1940: REFORMULAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada à Escola de
Enfermagem da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
Mestre em Enfermagem.

Área de concentração:
Gerenciamento em Enfermagem

Orientador:
Prof. Dr. Genival Fernandes de Freitas

SÃO PAULO

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Catálogo na Publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Takashi, Magali Hiromi

Movimento da enfermagem paulista na década de 1940: reformulação do ensino profissional / Magali Hiromi Takashi. -- São Paulo, 2011.
183 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Genival Fernandes de Freitas
Área de concentração: Fundamentos e Práticas de Gerenciamento em Enfermagem e em Saúde

1. História da enfermagem - Ensino 2. Associações Profissionais I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Magali Hiromi Takashi

Título: **Movimento da enfermagem paulista na década de 1940: reformulação do ensino profissional**

Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Enfermagem.

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória:

À minha família:

*Alberto, Elza, Arnaldo, Maria Beatriz, Eduardo,
Marcio e Lucas*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos em minha vida e de minha família.

Aos meus pais, Alberto e Elza, e meus irmãos, Arnaldo e Dudu, que transmitiram seus princípios e valores, deram muito amor e apoio, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço por acreditarem e cuidarem de mim e do Lukinha, me ampararem nos momentos difíceis e de desânimo com palavras positivas, mostrarem caminhos quando me sentia perdida e por compartilharem muitos momentos de alegria.

Ao Lucas, meu pequeno e companheirinho, que traz muita luz à minha vida e todo o sentido e razão do meu ser. Obrigada por trilhar esse sonho desde a gestação, ao qual compartilhamos muitas sensações juntos e únicas.

Ao Marcio, meu amor e companheiro, que esteve ao meu lado nas horas em que sorri, chorei e me lamentei nas horas de ansiedade e estresse. Agradeço cada gesto de carinho e amor que você me proporcionou.

Aos meus sogros, Ruth e Luiz, que cuidaram do Lucas, com muito carinho e paciência, nos dias em não pude estar presente.

Ao Prof. Dr. Genival Fernandes de Freitas, meu orientador, minha admiração incomensurável e o meu agradecimento pelo carinho, confiança e liberdade de ação. Agradeço cada orientação e compreensão durante minha trajetória acadêmica. Ficarão em minhas recordações muitos momentos de alegrias, conquistas e vitórias.

À Profa. Dra. Taka Oguisso, minha eterna admiração por transmitir seu conhecimento e suas experiências profissionais e de vida com muita dedicação, sabedoria, carinho e paciência, contribuindo para o meu crescimento científico, pessoal e profissional. Agradeço a credibilidade, a amizade, o respeito e honra por permitir estar sempre ao seu lado.

Ao meu querido, Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, historiador ímpar, e orientador de minha vida acadêmica, ao qual fomos marcados pelo pioneirismo na EEUSP. Sua amizade, força e potencial foram essenciais para que eu acreditasse em mim. Meus momentos de alegria e vitórias acadêmicas foram vivenciados e comemorados sempre com você, meu precioso amigo.

À Profa. Dra. Victoria Secaf pelos conselhos e dicas. Obrigada por toda amizade, carinho, conselhos e apoio.

À Profa. Dra. Maria de Fátima Prado Fernandes, pela amizade, compreensão, paciência e disponibilidade.

À Profa. Dra. Luciana Barizon Luchesi, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto- USP, pelas sugestões primorosas durante meu Exame de Qualificação.

Ao meu querido amigo, Jamil Abuyagui Vieira, pelos conselhos, apoio, preocupação e carinho. Obrigada pelo suporte na formatação e aprendizados na construção de minha tese e por atender favores de últimos segundos.

À Enfa. Sylvia Fernandes de Assumpção, Enfermeira Chefe do setor de Gastroenterologia do Instituto Central do HC-FMUSP, que supervisionou meu estágio curricular em Administração em Enfermagem. Agradeço seu apoio e ensinamentos.

À amiga Mírian Mari Watanabe, pelas palavras amigas, compreensão e criação da capa. Agradeço sua disponibilidade e amizade.

À Família Löw (Marquinho, Lily e Philip) por todo companheirismo, preocupação, diversão, amor e amizade.

À Edna Nogueira Marques, pelo amor incondicional e respeito.

À querida amiga Maria Edelgina de Lira, minha conselheira e companheira de todos os momentos. Agradeço sua atenção, carinho e força.

Ao amigos, Elis Rosa, Sullyvan, Marcelo Contin, Cássio, Emiliane, Flávio, Kelly e Lorena, por fazerem parte diretamente das minhas conquistas.

Aos funcionários Creche Saúde e da Faculdade Saúde Pública da USP.

Aos membros do Grupo de Pesquisa História e Legislação em Enfermagem.

Aos membros da Academia Brasileira de História da Enfermagem – ABRADHENF.

À equipe do Departamento de Arquivo e Documentação da Fundação Osvaldo Cruz.

À equipe do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

À equipe da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção São Paulo.

À todos os funcionários da EEUSP.

Takashi, MH. Movimento da enfermagem paulista na década de 1940: reformulação do ensino profissional [Dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2011.

RESUMO

Pretendeu-se com o desenvolvimento desta pesquisa levantar e aprofundar a análise da documentação existente em torno do Primeiro Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado no ano de 1947, na Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O objetivo geral da presente investigação foi identificar reformulação do ensino e do exercício profissional da enfermagem brasileira, na década de 1940, consubstanciadas no primeiro evento de natureza científica do Brasil. Teve como objetivos específicos: identificar questões relativas ao ensino de enfermagem por intermédio do reconhecimento de temas abordados no Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, bem como nas legislações do ensino do período delimitado neste estudo; reconhecer o contexto sócio-político da década de 1940 (mais especificamente no Estado de SP) e sua influência sobre a enfermagem e descrever a atuação e liderança de Edith de Magalhães Fraenkel no contexto da Escola de Enfermagem da USP e dos movimentos da enfermagem paulista na década de 1940, por intermédio da documentação e bibliografia existentes. Trata-se de um estudo qualitativo, de abordagem histórico-social com utilização do método da pesquisa documental e da micro-história. O material disponível nos acervos do Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana, Arquivo Histórico da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção São Paulo, Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery – CEDOC/EEAN/UFRJ, Biblioteca Wanda de Aguiar Horta da Escola de Enfermagem da USP, Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP e Fundação Casa de Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ serviram a pesquisa realizada. Os desdobramentos do movimento associativo paulista resultaram na importância da criação de cursos para formação de Enfermeira-Chefe e Enfermagem Psiquiátrica, levantamento de questões relativas ao problema em Enfermagem em Saúde Pública na década de 1940, bem como a criação do curso de auxiliar de enfermagem. A EEUSP rompeu o padrão estabelecido para a formação profissional, sugerido pelo Decreto 20.109/31, que elegia normas específicas que deveriam ser assumidas pelas escolas existentes no país. A fundação da EEUSP foi um marco para a renovação dos processos educacionais da Enfermagem brasileira, que corroborou para a promulgação da Lei 775/49, impactando, inclusive, na formação da identidade profissional. As ações e intencionalidades do movimento associativo paulista em enfermagem foi, desde o seu início, congregar enfermeiras em torno de seus interesses, sejam voltadas para as questões do ensino, da formação, seja na atenção às demandas assistenciais, gerencias, dentre outras, como a capacitação da própria enfermeira para liderar sua equipe de trabalho.

Palavras-chave: História da Enfermagem – Ensino – Movimento Associativo

Takashi, MH. Movement of the São Paulo nursing in the decade of 1940: reformularization of professional education [Master's degree dissertation]. São Paulo: School of Nursing, University of São Paulo; 2011.

ABSTRACT

It was intended with the development of this research to raise and to deepen the analysis of the existing documentation around the First Brazilian Congress of Nursing, carried through in the year of 1947, the School of Nursing of the College of Medicine of the University of São Paulo. The general objective of the present inquiry was to identify reformularization of the education and the professional exercise of the Brazilian nursing, in the decade of 1940, embodied in the first event of scientific nature of Brazil. It had as objective specific: to identify issues related to nursing education through the recognition of issues addressed in the First National Congress of Nursing, as well as teaching the laws of the period defined in this study, recognizing the socio-political context of the 1940s (more specifically in the State of São Paulo) and its influence on nursing practice and describe the action and leadership of Edith Magalhães Fraenkel in the context of the USP School of Nursing and nursing movements Sao Paulo nursing in the decade of 1940, for intermediary of the existing documentation and bibliography. One is to a qualitative study, description-social boarding with use of the method of the documentary research and micro-history. The available material in the collections of the Centro Cultural History of Nursing Ibero-American Historical Archives of the Brazilian Nursing Association - São Paulo Section, Center for Documentation of Anna Nery School of Nursing - CEDOC / EEAN / UFRJ, Wanda de Aguiar Horta Library School Nursing USP, Library of the Faculty of Public Health of USP and Casa de Oswaldo Cruz Foundation - COC / Fiocruz served research. The unfoldings of the São Paulo associative movement had resulted in the importance of the creation of courses for formation of Nurse-Head and Psychiatric Nursing, survey of relative questions to the problem in Nursing in Public Health in the decade of 1940, as well as the creation of the course of nurse aid. The EEUSP breached the standard established for the professional formation, suggested for Decree 20.109/31, that it chose specific norms that would have to be assumed by the existing schools in the country. The foundation of the EEUSP was a landmark for the renewal of the educational processes of the Brazilian Nursing, that it corroborated for the promulgation of Law 775/49, impacting, also, in the formation of the professional identity. The actions and intentions of the associative movement in São Paulo was nursing, since its inception, nurses gather around their interests are focused on the issues of education, training, whether in health care demands attention to, manage, among others, such as enabling the nurse to lead his own team.

Keywords: History of the Nursing - Education - Associative Movement

LISTA DE SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas
ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem
ANED	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas
ANEDB	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras
CAOC	Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (pertencente à Faculdade de Medicina da USP)
CBE	Congresso Brasileiro de Enfermagem
CEDOC/EEAN	Centro de Documentação/Escola de Enfermagem Anna Nery
CHCEIA	Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana
CIE	Conselho Internacional de Enfermeiras
CNE	Congresso Nacional de Enfermagem
CNCT	Campanha Nacional Contra a Tuberculose
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC	Casa de Oswaldo Cruz
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery
EEFMUSP	Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
EEUSP	Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
ENO	Departamento de Orientação Profissional
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FSP	Faculdade de Saúde Pública
ICN	International Council of Nurses - Conselho Internacional de Enfermeiras
IHB	International Health Board
Sucam	Superintendência de Campanhas da Saúde Pública
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Diplomadas da Primeira Turma da Escola de Enfermagem de São Paulo.	30
Figura 2 -	John Rockefeller com sua mulher, Martha: riqueza vista como concessão divina que deveria ser retribuída.....	33
Figura 3 -	O Boletim do SESP	36
Figura 4 -	Edith de Magalhães Fraenkel	50
Figura 5 -	Um dos mais antigos bairros do Rio, Santa Thereza. Ilustração: Ana Maria Moura.	52
Figura 6 -	Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães	53
Figura 7 -	Escola Militar da Praia Vermelha, c. 1885. (Coleção Marc Ferrez).....	54
Figura 8 -	Bernjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) como ministro da Instrução Pública reformulou todo o ensino brasileiro de acordo com as idéias de Auguste-Comte. ²⁰	55
Figura 9 -	Sede Central da Cruz Vermelha Brasileira, Rio de Janeiro - RJ	57
Figura 10 -	Enfermeiras voluntárias.....	58
Figura 11 -	<i>Belle époque</i> retratada na obra-prima de Pierre-August Renoir: " <i>Le Moulin de la Galette</i> ". Paris, Musée d'Orsay.	59
Figura 12 -	Legenda: "Mortandade da tuberculose comparada com outras doenças transmissíveis freqüentes no Districto Federal – 1903 a 1921" ⁶³	62
Figura 13 -	Edith de Magalhães Fraenkel	65
Figura 14 -	Ethel O. Parsons	66
Figura 15 -	Edith Fraenkel, sorridente no início de sua carreira como enfermeira de Saúde Pública. Na ocasião em que foi tirada esta fotografia, 22 de junho de 1928, Edith era Diretora da Divisão de Enfermeiras de Saúde Pública do Departamento Nacional de Saúde Pública – DNSP. Fotografia original em poder de Clélia Allevato ⁷²	76
Figura 16 -	Placa de confirmação da "Política da Boa Vizinhança SESP/EEUSP"	84
Figura 17 -	Folheto de divulgação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.....	85
Figura 18 -	Construção da Escola de Enfermagem da USP (fase inicial).....	86
Figura 19 -	Construção da Escola de Enfermagem da USP (fase final)	86

Figura 20 -	Hospital das Clínicas de São Paulo - FMUSP	90
Figura 21 -	Mapa do Complexo HCFMUSP e da Escola de Enfermagem da USP	90
Figura 22 -	Edith de Magalhães Fraenkel e Nelson Rockefeller, na construção da EEUSP, em 1944.	94
Figura 23 -	Ella Hasenjaeger, consultora norte-americana da EEUSP: 1944-1951	95
Figura 24 -	Diplomadas da turma de 1946 (<i>in memorian</i> , uma das alunas da primeira turma, Dra. Amália Corrêa de Carvalho)	97
Figura 25 -	Elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”	103
Figura 26 -	Folheto Propaganda Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem....	107
Figura 27 -	O material de divulgação do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, promovido pela Associação de Enfermeiras Diplomadas – ABED, em 1947.	108
Figura 28 -	Grupo de enfermeiras que participou do evento com destaque para Ella Hasenjaeger, que atuou como consultora na EEFMUSP, cujos esforços introduziram o ensino da psiquiatria no currículo da Escola, bem como a presença de Filhas da Caridade da Ordem de São Vicenmte de Paulo.	111
Figura 29 -	Revista Anais de Enfermagem. Publicação dedicada ao Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem.	113
Figura 30 -	Uma profissão de futuro para jovens do nosso país.....	121
Figura 31 -	Internato/Ensino teórico-prático na EEFMUSP.....	122
Figura 32 -	Equipamentos sociais que proporcionavam experiências às alunas da EEFMUSP	123
Figura 33 -	Divulgação do curso e critérios de seleção das candidatas à EEFMUSP	124
Figura 34 -	Alunas em um dos cursos de visitadoras sanitárias, realizado no Programa do Rio Doce.....	125
Figura 35 -	Psiquiatria asilar	130

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 -	Número de escolas de enfermagem, segundo a data de instalação: 1916 – 195673
------------	---

Optei por utilizar um quadro sinóptico, a seguir, sobre alguns termos legais, para ajudar o leitor na distinção das normatizações jurídicas, da hierarquização e de seus significados.

Legislação	São normas e regras para regular as relações das pessoas na sociedade; o conjunto de leis.
Lei	Norma ou regra jurídica, escrita e obrigatória, por mais restrito que seja o campo de sua aplicação; emanada de quem – poder ou pessoa investida de autoridade – possa garantir ou assegurar essa obrigatoriedade, com vigência por determinado espaço de tempo numa certa coletividade ou grupo social.
Decreto	Significa determinação, ordem, julgamento ou decisão e revela a decisão tomada por uma pessoa ou instituição investida desse poder especial e próprio para decidir ou determinar. Em sentido técnico, o decreto implica necessariamente a existência de autoridade da pessoa ou instituição que o formulou em virtude do que o mesmo possui força para impor a decisão, ordem ou determinação que nele, decreto, se contém. Conforme a autoridade que expede o decreto, este pode ser um decreto legislativo, judiciário ou executivo.
Decreto-lei	Ato emanado do Poder Executivo, quando no seu fundo ou na sua forma, se equipara às próprias leis emanadas do Poder Legislativo. É peculiar aos regimes de exceção e foi empregado no Brasil no Estado Novo e no período do regime militar.
Resolução	É um ato da administração de um colegiado (ex. Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Educação, Conselho Federal de Enfermagem) ou uma assembléia, contendo esclarecimentos, solução, deliberação, regulamentação ou determinação sobre algum assunto.
Portaria	Trata-se do ato escrito por meio do qual uma autoridade qualquer na esfera dos três Poderes (ministérios, secretarias de Estado, tribunais regionais, autarquias), tais como ministro de Estado, juiz, reitor de universidade, diretor de hospital, diretor de escola ou de outra instituição qualquer, determina providências de caráter administrativo, dá instruções sobre execução de leis ou serviços, nomeia ou designa funcionários e aplica medidas de ordem disciplinar a subordinados que incidem em falta.

Fonte: (Oguisso e Schmidt, 2010 p. 293)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	JUSTIFICATIVA.....	24
3	OBJETIVOS.....	26
3.1	OBJETIVO GERAL.....	26
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
4	REVISÃO DA LITERATURA	27
4.1	FUNDAÇÃO ROCKEFELLER E SESP: SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL.....	31
5	METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO	42
5.1	MÉTODO DE ANÁLISE: MICRO-HISTÓRIA	46
6	RESULTADOS.....	50
6.1	PRIMEIRA FASE: INFÂNCIA, JUVENTUDE E O DESPERTAR DE UMA VOCAÇÃO.....	52
6.2	SEGUNDA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL - O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	60
6.3	TERCEIRA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL - CURSO DE VISITADORAS SANITÁRIAS - PASSAGEM DE ALUNA À CHEFE DO SERVIÇO DE VISITADORAS DO DNSP.....	65
6.4	QUARTA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL E A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS BRASILEIRAS - ANED.....	69
6.5	QUINTA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL – ATUAÇÃO COMO ENFERMEIRA DE SAÚDE PÚBLICA.....	74
6.6	SEXTA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL – LIDERANÇA NO MOVIMENTO DA ENFERMAGEM PAULISTA NA DÉCADA DE 1940.....	79
6.6.1	Criação da ABED- Seção São Paulo.....	80
6.6.2	SESP e a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo ...	81
6.6.3	A criação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo	84
6.6.4	Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem.....	99
7	DESDOBRAMENTOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO PAULISTA DA ENFERMAGEM NA DÉCADA DE 1940	112
7.1	A ENFERMEIRA-CHEFE	112
7.2	ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA.....	119
7.3	ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA	128
7.4	REFORMULAÇÃO DO ENSINO: LEI 775, DE 6 DE AGOSTO DE 1949.....	131
7.5	FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM.....	134
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
	REFERÊNCIAS	143
	ANEXOS	157

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto identificar a reformulação do ensino e exercício profissional da enfermagem brasileira, consubstanciada no Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, atualmente denominada Congresso Brasileiro de Enfermagem.

A enfermagem tem caminhado para a formação de conhecimentos científicos próprios, buscando através de estudos e pesquisas a sua definição como ciência¹.

Conhecer a história desta profissão é perceber como se constitui o seu contexto, suas relações com as outras atividades da vida, do mundo da saúde e seus compromissos sociais¹. Tal perspectiva permite considerar o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem como revelador de manifestações singulares da enfermagem brasileira, da inserção social da enfermagem em políticas públicas de saúde de âmbito nacional, de estratégias utilizadas para recrutamento de associados, assim como de legitimação do cuidado como ciência.

Para Gondra (2000), o projeto de legitimação e institucionalização da enfermagem como profissão, regida por princípios próprios e organizada sob controle estatal e que buscou produzir um saber próprio no campo da saúde, apresenta elementos semelhantes ao projeto educacional forjado pelos médicos brasileiros ao longo do século XIX. De acordo com esse autor, um campo de luta social foi o de combate ao “charlatanismo” no âmbito da saúde, garantindo a legitimação social do saber médico. Para tanto, com o apoio do governo, utilizaram-se duas poderosas armas: a primeira foi a fundação de uma Sociedade Médica “que reunisse e integrasse os homens que exerciam legal e oficialmente a ciência médica” e que se propunha a tratar dos interesse médico-sociais e do ensino da medicina; a segunda arma contra os “charlatões” foi a reformulação da própria formação dos médicos, os quais passaram a ser submetidos a um

processo de escolarização “para terem assegurando o direito ao exercício profissional”².

Esse processo de escolarização dos futuros médicos passa, então, a integrar um complexo projeto desenvolvido pela corporação médica com o objetivo de “obter e manter o controle exclusivo sobre os processos de formação, seleção, organização e fiscalização de medicina, funcionando como eficaz estratégia para garantir o monopólio sobre a arte de curar”².

A institucionalização da medicina, a industrialização, a urbanização e o saneamento das grandes metrópoles, as mudanças na sociedade agrária e o projeto educacional foram elementos significativos que proporcionaram mudanças na configuração e organização sócio-cultural e política do país, nas primeiras décadas do século XX, que contribuíram para uma reforma sanitária que ensejou a institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil.

No tocante à enfermagem, cabe pontuar que esta profissão se institucionalizou como prática no século XIX, à época de Florence Nightingale, na Inglaterra, mais precisamente em 1860. Na década seguinte, ocorreu a disseminação do modelo de ensino nightingaliano da enfermagem para os Estados Unidos (1873)³.

Em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1894, foi instalado o “Hospital Evangélico”, para estrangeiros, hoje Hospital Samaritano. O corpo docente desta instituição era composto por enfermeiras inglesas oriundas de escolas regidas pelo “sistema Nightingale”, sendo ministradas as aulas em inglês para estudantes recrutadas nas famílias estrangeiras do sul do país. A escola fornecia ajuda de custo às alunas e era dada a preferência a moças pertencentes às famílias norte-americanas e inglesas³. Essa escola nunca chegou a ser reconhecida por tratar-se de iniciativa privada que visava unicamente preparar pessoal para o próprio hospital⁴.

Quanto à escassa divulgação da existência dessa escola de enfermagem, Carrijo (2007, p.61-2) avalia que:

Mesmo funcionando de acordo com normas rígidas, a Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano se desenvolveu no anonimato e permaneceu à margem da historiografia da enfermagem brasileira. Esse fato possa, talvez, ser explicado por tratar-se de uma escola criada em hospital privado, e a ele vinculado, com orientação não-católica, em um período de união Igreja-Estado e fora da capital da República, que na época estava sediada no Rio de Janeiro.³

Em 1908, foi criada a Cruz Vermelha Brasileira, no Rio de Janeiro. De acordo com Oguisso et al.(2009), o Brasil nessa época, era uma jovem república, e os brasileiros haviam vivido momentos de extrema comoção social, cujas vicissitudes marcaram profundamente a instituição da democracia.⁵

Posteriormente, em 1923 foi criada a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) por iniciativa do eminente médico sanitarista, bacteriologista e cientista Carlos Chagas, diretor do recém criado DNSP e devido aos esforços das enfermeiras americanas que integraram a Missão Técnica de Cooperação para o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Esta escola surgiu no contexto do Movimento Sanitário Brasileiro do início do século XX e, foi fundamental para se constituir como modelo às demais escolas que passaram a ser criadas no país⁶.

Com o Decreto Nº 17.268, de 31 de março de 1926, passou a se chamar Escola de Enfermeiras D. Ana Néri, implantando a carreira de enfermagem – modelo “Nightingale” em nível nacional. Em 1937, esta escola foi incorporada à Universidade do Brasil e passou a chamar-se Escola Anna Nery, caracterizando um marco histórico da enfermagem brasileira ao tornar-se a Escola de Enfermagem padrão⁶.

A Escola Anna Nery adotou o modelo anglo-americano de ensino de enfermagem. A primeira turma diplomada desta escola, as líderes de enfermagem americanas e brasileiras, tomou a iniciativa, em 1926, de fundar a primeira entidade de classe denominada Associação Nacional de

Enfermeiras Diplomadas (ANED) a qual viria a ter importância decisiva nos rumos do ensino de enfermagem no Brasil⁷.

Em 1929, no ano de filiação Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE), a ANED foi oficializada com a denominação de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB), sendo que em 1944, essa denominação foi mudada para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), passando à atual, Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em 1954⁷.

Nos anos 30 e 40, a Escola Anna Nery funcionou como padrão oficial para o país. O fato de ser esta uma escola exclusivamente feminina contribuiu para que as escolas de enfermagem criadas no Brasil, no “padrão Ana Neri”, tenham permanecido voltadas para a profissionalização de mulheres. Assim, o desenvolvimento da enfermagem no Brasil sempre esteve relacionado ao gênero feminino em nossa sociedade⁷.

A Escola Anna Nery enfrentou dificuldades para firmar-se como escola modelo e norteadora do ensino de Enfermagem. A formação da Enfermeira de Saúde Pública defendida pela escola sofreu barreiras, visto que a expansão dos Institutos de Aposentadoria e o modelo previdenciário de Vargas favoreceram a expansão dos hospitais, marcando a transição de um modelo de prática voltada para a assistência hospitalar.⁸

No final da década de 30, Laís Netto dos Reis, ao assumir a direção da Escola Anna Nery que ingressou na Universidade do Brasil, foi configurada outra etapa do ensino da Enfermagem, caracterizando uma luta simbólica pela hegemonia da Enfermagem entre a Anna Nery e a recém criada Escola de Enfermagem de São Paulo, liderada por Edith Fraenkel, que promoveu a expansão do ensino de enfermagem em todo o país, com a forte colaboração do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)^{9,10}.

O debate em torno do exercício profissional e da função social do enfermeiro tem-se ampliado, tanto no tocante ao exercício profissional, como na responsabilidade ética ou legal. Assim, polarizado pelo Sindicato dos

Enfermeiros Terrestres, fundado em 1933, que defendia os interesses de “práticos” (pessoas de ambos os sexos que adquiriam experiência cotidiana, sem preparo formal) e, por outro lado, a ABED, que defendia os interesses de “enfermeiras diplomadas” (apresentação de diploma para inscrições em concursos públicos, por exemplo), os debates visavam definir a composição da força de trabalho da enfermagem nacional, logo, sua identidade profissional^{10,8}.

O Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, cujas recomendações re-orientaram ações no campo de ensino e exercício profissional, foi planejado, realizado e organizado em 1947, pela Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas – ABED, da seção São Paulo, atual Associação Brasileira de Enfermagem – Seção São Paulo (ABEn-SP), criada em 1945 e presidida, na época por Edith de Magalhães Fraenkel, que hospedou as congressistas na atual Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), da qual era diretora¹⁰.

O caráter acadêmico assumido pela Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (EEFMUSP) e ao rigor científico que permeou a trajetória de Edith Magalhães Fraenkel reiterava os critérios assumidos pela enfermagem paulista, projetada nacionalmente como a melhor aparelhada. No período, as atividades da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB) passaram do Rio de Janeiro quase todas para São Paulo sob liderança de Edith Fraenkel. Auxiliada por Ella Hasenjaeger, enfermeira norte-americana que atuou na EEFMUSP como consultora e docente, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do ensino preconizado como o mais moderno do país^{9,10}.

A importância atribuída ao primeiro Congresso pode ser observada na publicação periódica do Boletim SESP, que notificou o evento e o conclamou como parte das ações de incentivo e promoção da qualidade da vida dos brasileiros, como propugnava o acordo entre Estados Unidos e o Brasil, que americanizou o país. Também é interessante assinalar o

importante papel desempenhada por órgãos federais de saúde pública, como o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e a Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), ambos criados nos anos 40, para o desenvolvimento, tanto das escolas de enfermagem como das Seções estaduais da ABEn¹⁰.

A Divisão de Educação da ABEn assumiu a responsabilidade de elaborar o currículo e determinar o regime escolar dos cursos previstos, tarefa desempenhada pela Subcomissão de Currículo que contribuiu para a elaboração e a discussão do projeto que deu origem à Lei nº 775/49 que regulamentou o ensino de Enfermagem e tornou obrigatório o vínculo das escolas a um Centro Universitário ou a uma Faculdade de Medicina. O currículo de 1949 continha um grande número de especialidades médicas com conteúdos de enfermagem^{10,11}. Essa política das Escolas e do ensino em enfermagem na década de 1940, como veremos adiante, é parte dos “Fundamentos de uma boa Escola de Enfermagem”, da *National League of Nursing Education*, documento preparado pelo *Committee on Standards*, em 1936, nos Estados Unidos (EUA) e traduzido para o Português, em 1951, pelas enfermeiras Haydée Guanais Dourado (que foi diretora da Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia) e Celina Viegas (ex-Diretora da Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo, de Juiz de Fora, MG).

Após a publicação da Lei n.775/49, entre 1949 e 1956, as escolas puderam continuar recebendo candidatos apenas com o curso ginasial completo. Esse prazo foi prorrogado por mais cinco anos pela Lei n.2995/56. O baixo nível de conhecimento das candidatas, entretanto, provocava elevado índice de reprovação devido à dificuldade de acompanhar os estudos. Sendo assim, o VII Congresso Nacional de Enfermagem, em 1954, recomendou a seleção através do vestibular e o uso de testes psicotécnicos para avaliar as condições das ingressantes¹¹.

A questão da escolaridade das alunas de enfermagem foi intensamente debatida no âmbito da Associação Brasileira de Enfermagem, durante doze anos, veio a ser resolvida à revelia das lideranças da

enfermagem, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961 (LDB/61), que determinou a exigência do curso secundário completo para o ingresso em qualquer instituição de ensino superior. Este fato evidenciou que nem todas as escolas poderiam contribuir para firmar a enfermagem como uma carreira universitária, ocorrendo então que muitas delas foram transformadas em escolas de auxiliares de enfermagem¹².

Ao assegurar os direitos das “novas profissionais”, Edith Magalhães Fraenkel, primeira presidente da ABED, imprimiu nova representação à enfermagem profissional. Politicamente estabelecida, Edith Magalhães Fraenkel ocupava o cargo de Superintendente do Serviço de Enfermagem do Ministério de Educação e Saúde, indicada para organizar as diretrizes da EEFMUSP⁹. Os resultados desse processo – que abarca o objeto do estudo em desenvolvimento - redimensionaram a enfermagem nacional. Como se pretende demonstrar, o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, em 1947, torna-se indicativo seguro para o alcance das perspectivas assumidas pela enfermagem no período.

Diferentemente das escolas existentes, a EEFMSP ampliava o apelo à modernidade. O Complexo das Clínicas, com sua modernidade arquitetônica, equipado dentro do mais alto padrão da tecnologia existente, imprimia à primeira escola de enfermagem originalmente vinculada a uma instituição de ensino superior no Brasil o título de “verdadeira enfermagem profissional”.

A realização de buscas bibliográficas acerca da História da Enfermagem e identidade profissional, bem como a sistematização da literatura, permitiu o conhecimento da importância do I Congresso Nacional de Enfermagem (título originalmente utilizado) e que teve como lema *“elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”*, como evidencia a memória histórica da EEUSP¹⁰.

2 JUSTIFICATIVA

O estudo e o interesse sobre o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem ocorreu durante o período de graduação, como Bolsista de Iniciação Científica (Programa de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo - PICUSP/Santander), e intitulada “Primeiro Congresso Brasileiro de Enfermagem: a atuação de Edith de Magalhães Fraenkel (1947)” ao qual foi feito o levantamento parcial da documentação referente a esse evento e à primeira diretora da EEFMUSP, Edith de Magalhães Fraenkel.

O estudo sobre o histórico da origem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) e a atuação de Edith Fraenkel, através de relatórios e anotações escritos pela mesma neste contexto, ocorreu paralelamente ao trabalho de Iniciação Científica, durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada “Sistema de Internato e Problemas de Saúde das Alunas Internas, na EEUSP: 1947 a 1955”. Na oportunidade do desenvolvimento do referido trabalho, foi percebida, nos documentos analisados, uma riqueza de detalhes e informações que pudessem ter contribuído para o redimensionamento da enfermagem nacional.

A realização de buscas bibliográficas acerca da História da Enfermagem e identidade profissional, bem como a sistematização da literatura, permitiu o conhecimento da importância do I Congresso Nacional de Enfermagem (título originalmente utilizado) e que teve como lema “elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”, como evidencia a memória histórica da EEUSP¹⁰.

Vinculado também à pesquisa de Pós-Doutorado, do historiador Paulo Fernando de Souza Campos, desenvolvida no Departamento de Orientação Profissional da Escola de Enfermagem da Universidade de São

Paulo – ENO/EEUSP, intitulada “A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e a Formação da Identidade Profissional Brasileira”, o projeto ora apresentado pretendeu caracterizar as representações da profissão (enfermagem) na década de 1940. Sobretudo, identificar os processos que levaram a efetivação do evento, objeto do estudo em pauta, assim como os temas e problemas evocados durante a programação desenvolvida. De 1942 a 1963 a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo permaneceu anexada a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, motivo pelo qual era denominada Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

A *problematização* do estudo teve como direção as seguintes indagações:

- A atuação de Edith de Magalhães Fraenkel teria contribuído para a reformulação do ensino de enfermagem na década de 1940?
- Quais teriam sido as lutas e embates, estratégias e desafios enfrentados por Edith Fraenkel para a consolidação da enfermagem paulista naquela época?
- Qual a influência do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem na Lei 775/49?

Nessa perspectiva, o estudo proposto implicou no reconhecimento das ações que marcaram a realização do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem (1947) proposto, organizado e sediado pela EEFMUSP, sob direção de Edith de Magalhães Fraenkel (1889/1969) e justificou-se na medida em que se pretendeu mapear documentação existente sobre o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem e caracterizar as problemáticas suscitadas pelo evento, seus temas e suas abordagens; política que estrutura o Departamento de Orientação Profissional (ENO) da EEUSP, cuja finalidade visa “contribuir para a formação técnico-científica e ético-política do aluno para o exercício da enfermagem”¹².

3 OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa atendem aos propósitos da linha de pesquisa desenvolvida pelo Departamento ENO/EEUSP e Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento em Enfermagem (PPGEn), tendo como área de conhecimento, “História e Legislação da Enfermagem”.

3.1 OBJETIVO GERAL

A presente proposta visa identificar reformulação do ensino e do exercício profissional da enfermagem brasileira, na década de 1940, consubstanciadas no primeiro evento de natureza científica do Brasil.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar questões relativas ao ensino de enfermagem por intermédio do reconhecimento de temas abordados no Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, bem como nas legislações do ensino do período delimitado neste estudo;
- b) Reconhecer o contexto sócio-político da década de 1940 (mais especificamente no Estado de SP) e sua influência sobre a enfermagem;
- c) Descrever a atuação e liderança de Edith de Magalhães Fraenkel no contexto da Escola de Enfermagem da USP e dos movimentos da enfermagem paulista na década de 1940, por intermédio da documentação e bibliografia existentes.

4 REVISÃO DA LITERATURA

A Fundação Rockefeller, caracterizado como instituição filantrópica científica, foi importante não só para a criação da Escola de Enfermagem de Universidade de São Paulo (EEUSP), mas decisiva para o desenvolvimento da saúde pública brasileira¹³.

Criada nos Estados Unidos, em 1913, pelo patriarca da família magnata do petróleo, John Dawson Rockefeller, a Fundação teve como objetivo centralizar as ações filantrópicas da família Rockefeller que vinham sido praticadas de forma sistemática e em escala crescente desde o final do século XIX¹³.

As ações da Rockefeller no Brasil geraram a reorganização das instituições de saúde pública locais, a extensão dos serviços sanitários às áreas rurais, além da substituição gradual do modelo acadêmico e técnico francês pelo norte-americano, que privilegiava o trabalho de pesquisa e a dedicação integral dos professores ao ensino¹³.

Cabe ressaltar que a ação da Fundação Rockefeller no Brasil, ou seja, a importação do modelo norte-americano, no campo das ciências médicas e biológicas e da educação médica foi parcialmente conquistada, uma vez que, ao chegar aqui se deparou com um país dotado de boa tradição de pesquisa e ensino nesta área e teve de fazer dos cientistas brasileiros seus parceiros na definição de objetivos e planos de ação^{14,15}.

Em relação à Enfermagem brasileira, o ensino e as escolas foram criados pelo princípio da Rockefeller, o chamado “efeito demonstração”, ao qual se concentrava em um ou dois exemplos pioneiros esperando-se que os exemplos se difundissem por todo o território do país. Sua estratégia era fazer de estados como São Paulo, em fase próspera e com progresso na área da saúde pública, um “estado-modelo de ensino”, com ênfase na medicina experimental e no ensino da saúde pública.

A Fundação Rockefeller apoiou o Governo de Rossevelt para realizar empreendimentos em território brasileiro e criou o Instituto de Assuntos Interamericano (IAIA), estabelecendo um órgão governamental apoiado por uma fundação. Esse órgão, juntamente com o governo brasileiro fundou o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) como agência bilateral brasileira americana^{13,15}.

O SESP, agência cooperativa brasileira, foi fundado em 17 de julho de 1942, com a assinatura do Acordo Básico entre o embaixador americano no Brasil, Jefferson Caffery, o representante do IAIA, George M. Saunders, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema e o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, tendo o presidente Getúlio Vargas nomeado o médico americano George Saunders a superintendente¹⁶.

Na Escola de Enfermagem da USP, por exemplo, o princípio do “efeito demonstração” contou com o apoio do SESP tanto na organização quanto no auxílio técnico e financeiro.

Essa agência pleiteou bolsas de estudos, nacionais e internacionais, para que enfermeiras brasileiras cursassem a pós-graduação nos Estados Unidos com a intenção de preparar enfermeiras para serem docentes e replicarem o conhecimento, tendo o compromisso de retornarem ao seu estado ou cidade de origem e colocarem em prática o seu aprendizado através de cursos de formação profissional para a enfermagem¹⁷.

O SESP além de capacitar, apoiava a enfermagem brasileira, mas era constante a sua presença em reuniões, e ainda, reunia-se como categoria na Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), atual Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)¹⁷.

A construção da EEUSP foi uma conquista para a enfermagem brasileira e para a profissão. Um soneto, de autoria desconhecida, foi enviado à primeira diretora desta escola recém inaugurada, Edith de

Magalhães Fraenkel, pelo correio comum, sem maiores explicações, demonstrando a boa repercussão que a construção da escola trazia¹⁸:

A Escola de Enfermagem de S. Paulo
(Auto Desconhecido)

Plantada entre pinheiros soberbamente belos,
Ei-la surgindo junto ao C.A.O.C., bem perto do H.C.
Qual flor gigantesca, qual visão singela
Abrindo os braços p'ra acolher você.

Fonte de luz, Origem do Saber e de Harmonia
Seta veloz. Por mão certa desfaz os preconceitos
Energia vital. Transmuda a luta e dor em alegria
Sem proclamar jamais, seus gloriosos feitos.
Escola benfazeja. Espalha a fé e o conhecimento
Amôr ao próximo e como dar conforto.
Como ver caos, estrela no azul do firmamento.
O que exige de nós? Sómente a própria vida
Monte Negro Marú – cortando os mares nos aponta o porto
Palácio de Cristal – longe do lar nos dá guarida.

A primeira turma da EEUSP formou-se em dezembro de 1946. Nesta turma o SESP concedeu 30 bolsas de estudos, sendo que 9 foram canceladas, por abandono, ou seja, 30%. Essa taxa manteve-se alta nos anos seguintes, sendo 42% em 1947, 33% em 1948 e 37,5% em 1949, tendo como principal razão da falta de aproveitamento nas constantes avaliações, em destaque no “período vocacional”, correspondente ao primeiro semestre¹⁹.

Figura 1 - Diplomadas da Primeira Turma da Escola de Enfermagem de São Paulo.

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana - CHCEIA

Paraninfada por Edith Fraenkel, receberam diploma, a 25 de janeiro de 1947, as dezesseis pioneiras da Escola de Enfermagem de São Paulo (atual EEUSP): Amália Corrêa de Carvalho, Clélia Mainardi, Dinah Alves Coelho, Elizabeth Barcellos, Eulina Bastos, Filomena Chiariello, Maria Conceição Leite Aranha, Maria José de Almeida Leite, Marília de Dirceu

Cunha, Maria Salomé Coura, Maria Silvana Teixeira, Nahyda de Almeida Velloso, Ophélia Ribeiro, Zaira Bittencourt e Zuleika Kannebley²⁰.

Em seu discurso, a paraninfa ressaltou a importância da prestação de serviços à humanidade:

Chegastes agora a um ponto da vida em que tendes o privilégio de prestar serviços inestimáveis à humanidade. Servir é um privilégio. [...] o Professor, para quem o ensino não é um privilégio, não é bom professor. O amigo, para quem a amizade não é privilégio, não é amigo verdadeiro; e a enfermeira, para quem a enfermagem não é um privilégio, não pode ser boa enfermeira [...] (Carvalho, 1992, p. 55)²⁰

4.1 FUNDAÇÃO ROCKEFELLER E SESP: SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Nas primeiras décadas do século XX, a Fundação Rockefeller atuou de modo decisivo na implementação de ações voltadas para a saúde pública no Brasil, especialmente no movimento sanitarista¹⁴.

A idéia da cooperação internacional em assuntos de saúde começou em 1851, com a abertura da Primeira Conferência Sanitária Internacional, em Paris¹⁵.

No Ocidente a idéia tornou-se aparente em diversas reuniões bilaterais para o controle de epidemias, realizadas na primeira metade do século XIX. Em 1889/1890, realizou-se em Washington a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos, com o propósito expresso de determinar métodos de controle e erradicação de epidemias no Hemisfério, surgindo o Comitê sobre Regulamentos Sanitários^{21,22}.

Ainda em 1889, uma missão do exército americano foi a Cuba para ajudar no combate à febre amarela.

Na primeira metade do século XX, em 1902, como uma consequência direta da II Conferência dos Estados Americanos, foi

estabelecida a Oficina Sanitária Pan-Americana, a primeira organização Internacional de Saúde²¹.

Em todas essas reuniões o modelo bilateral de saúde foi recomendado como um meio para estender e tornar mais efetiva a cooperação interamericana, ponto de vista que foi mais tarde traduzido em medidas concretas, quando os Ministros das Relações Exteriores de 21 Nações Americanas se reuniram no Rio de Janeiro, em 1942^{21,22}.

A Fundação Rockefeller, criada em 1913 por iniciativa do milionário John D. Rockefeller, com objetivo de implantar as medidas sanitárias baseadas no modelo americano em vários países, priorizando empreender o controle internacional da febre amarela e da malária²³.

Nos Estados Unidos e na Alemanha, a Rockefeller investiu diretamente em pesquisas e instituições ligadas à eugenia¹ e aqui no Brasil se viu envolvida na trama de um movimento sanitário que já se alinhava no país, tendo à frente sanitaristas de projeção política como Carlos Chagas e Belisário Penna, articulados ao aparelhamento do Estado e, especificamente, à criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920^{14,24}.

A Fundação Rockefeller no Brasil foi uma força poderosa que acelerou o desenvolvimento de várias áreas já contempladas com iniciativas locais e que era implantado vagarosamente. A entrada dos investimentos da fundação norte-americana deu ritmo a essas iniciativas e disseminou entre as elites dominantes da época uma concepção diferente da ciência, como uma força social incorporada às práticas públicas²³.

¹ Eugenia foi um dos pilares do Nazismo na Alemanha e chegou a ser considerada um ramo respeitável das Ciências Sociais. O termo quer dizer “bom nascimento” e foi criado em 1883 pelo britânico Francis Galton. Nas primeiras décadas do século XX, a Fundação Rockefeller atuou de modo decisivo na implementação de ações voltadas para a saúde pública no Brasil, especialmente naquilo denominado de movimento sanitarista. Nesse mesmo período, a eugenia brasileira era equivalente ao sanitarismo, onde defendia-se a máxima de que “sanear era eugenizar”.

Figura 2 - John Rockefeller com sua mulher, Martha: riqueza vista como concessão divina que deveria ser retribuída. Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br>

Em 1915, a Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller estabeleceu no Brasil um escritório regional, que permaneceria até 1942, o qual recebeu uma comissão encarregada de elaborar estudos, propor e executar ações de saúde que, em cooperação com o governo brasileiro, visassem, através de medidas preventivas e de controle epidemiológico, a erradicação da febre amarela no país²³.

Nos Estados Unidos, uma figura proeminente no campo das relações interamericanas, com conhecimento das atividades da Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, Nelson A. Rockefeller, em julho de 1940, antes da Segunda Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, em Havana, enviou ao Presidente Franklin Delano Roosevelt, um memorando intitulado "Política Econômica do Hemisfério", no qual se destacada a importância dos programas de saúde nos esforços para alcançar os mais altos níveis econômicos nos países da América Latina. Deste documento, resultou a criação do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos^{23,25,26}.

Em 1942, o Congresso americano aprovou o programa delineado pelo General George C. Durhan, criando-se o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), como Órgão do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos, destinado à coordenar e administrar os

programas bilaterais de saúde na América Latina e outros. O General Durhan foi designado presidente da nova organização, assistido pelo Vice-Presidente, Coronel Harold B. Gotaas^{25,26,27}.

Em outubro e novembro de 1941, o Escritório do Coordenador do IAIA criou uma seção sanitária empenhada na distribuição de literatura sobre saúde pública. Nessa ocasião foram reconhecidas as vantagens de criar um programa executivo de maior alcance. Grande parte do trabalho básico e formulação dos planos para os programas sanitários cooperativos foram feitos no Brasil pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Berent Priele e Fred Soper^{25,26}.

No final de 1941 e início de 1942, a Segunda Guerra Mundial estava no seu auge. Com o ataque dos japoneses às bases navais americanas em *Pearl Harbor*, o conflito se deslocou para o Pacífico e logo para o Atlântico, com o ataque aos navios mercantes brasileiros. A situação dos aliados em termos econômicos assumiu proporções dramáticas com as perdas sofridas, não somente navais, como aéreas. Além disso, a captura pelos japoneses das fontes produtoras de estanho, borracha, quinino, fibras e outras matérias primas, no extremo oriente, agravou mais a situação. Havia necessidade não somente de compensar essas perdas, mas de construir mais do que os alemães, italianos e japoneses destruíram. A decisão da guerra passou a desenvolver-se nos estaleiros, que necessitavam de matérias-primas para a fabricação de equipamentos bélicos em operação²⁸.

Diante dessa situação, fez-se necessária a contribuição das Nações Americanas para respaldar o esforço dos países aliados, em um decisivo confronto com as forças totalitárias. Assim, sob as pressões da Segunda Guerra Mundial, 21 ministros de Negócios das Relações Exteriores de Repúblicas Latino-Americanas, reuniram-se no Rio de Janeiro, em 1942. A após reconhecerem as dificuldades de várias áreas dessas nações de desenvolverem seus recursos de capacidade produtiva necessários ao desenvolvimento econômico e ao progresso, resolveram aprovar entre

outras Resoluções a de número XXX que recomendou aos Governos das Repúblicas Americanas que adotassem medidas capazes de melhorar suas condições de saúde dentro de suas próprias fronteiras, como um meio de procurar estreitar ao máximo a segurança e prosperidade das nações do Hemisfério Ocidental^{22,25}.

Foi ainda recomendado que os programas cooperativos de saúde e saneamento que fossem formulados atendessem também as necessidades da guerra e assim visassem à mobilização dos variados recursos do Hemisfério, de modo que os mesmos se tornassem disponíveis de uma maneira rápida e crescente às Nações Unidas. Para desenvolvimento dos programas, os Estados Unidos cooperariam com fundos e assistência técnica^{23,24,25}.

Figura 3 - O Boletim do SESP

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo -FSPUSP

O Boletim do SESP constituía-se no veículo de informação dos serviços mantidos em cooperação pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América. O número de dezembro de 1949 é significativo do ponto de vista da americanização. O imperialismo norte-americano transformava valores e moldava comportamentos que não se coadunavam com a realidade e historicidade local. A troca de presentes e a figura do “Papai Noel” são indicativos da política de boa vizinhança que se instaurava,

seduzindo a imensa maioria da população, que incorpora costumes e práticas culturais oriundas do American way of life.

O espírito rooseveltiano contido na “Política de Boa Vizinhança” que inaugurou uma nova etapa histórica nas relações internacionais dentro do continente visava não somente os interesses imediatos das Nações, mas também objetivando consolidar uma obra de fraternidade, de solidariedade humana, de efeitos duradouros, realçada pela paz²⁵.

É oportuno esclarecer que antes da conferência, Getúlio Vargas, Presidente da República, depois de familiarizar-se diretamente com a região do Vale do Amazonas, em uma viagem feita à área, havia determinado que Ministro da Educação e Saúde examinasse a questão do saneamento do vale e elaborasse um plano de saneamento com o objetivo de resolver o problema em seu governo²⁹.

Na Ata Final da Conferência dos Chanceleres, o Governo do Brasil, através de Missão Econômica, chefiada pelo Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, se propôs a tomar medidas para promover o programa de desenvolvimento da produção de materiais estratégicos essenciais à defesa do Ocidente e à manutenção das economias do Brasil e das outras Repúblicas americanas²⁹.

Por outro lado, considerando que a situação em termos de economia de guerra, assumia proporções drásticas, o Presidente Franklin Delano Roosevelt, em 1942, nomeou a Comissão Baruck (comissão especial do Governo dos Estados Unidos da América) para estudar as consequências mais urgentes para o esforço de guerra. O relatório apresentado pela Comissão, destacou a importância da borracha como matéria-prima para a produção e constante reprodução de certos artigos vitais, componentes de equipamentos bélicos em operação, enfatizando que falhar num rápido e maciço suprimento do produto, levariam o esforço de guerra ao colapso, com graves prejuízos para a economia³⁰.

O Governo Americano decidiu, imediatamente, criar a *Rubber Reserve Company*, posteriormente *Rubber Development Organization*, agência do Governo que passou a cooperar com o Governo Brasileiro no desenvolvimento da borracha do Vale Amazonas e regiões adjacentes, e estabelecendo um fundo de cinco milhões de dólares destinado a aumentar a produção de borracha no citado Vale e regiões. Ainda, a referida organização passou a colaborar com o Instituto Agrônomo do Norte, na solução dos problemas científicos do desenvolvimento da produção da borracha naquelas regiões²³.

Em 1942, o Ministro Arthur de Souza Costa e o Secretário Summer Wells, assinaram mais um Acordo, o de Saúde e Saneamento, que juntamente com os anteriores foram aprovados pelo Presidente da República através dos Decretos-Leis de números: 4.321, 4.322, 4323, 4.324, 4.325 e 4.326, todos de 21 de maio do mesmo ano. (Anexo I)^{31,32,33,34,35,36}

Para imediata execução deste Acordo, o Presidente da República, pelo Decreto-Lei de nº 4.275, de 17 de abril, autorizou o Ministro da Educação e Saúde a entrar em entendimentos com o IAIA com o propósito de desenvolver um serviço de cooperação em matéria de saúde pública, ficando a organização, o regime de administração, bem como sua articulação com o Ministério da Educação e Saúde para serem definidas em contrato a ser assinado entre o Ministro de Estado e o Representante do IAIA, mediante prévia aprovação do Presidente da República³⁷. (Anexo I)

O Contrato posteriormente denominado de Convênio Básico era composto de 12 cláusulas, sendo que a primeira referia-se ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), uma unidade administrativa mantida pela IAIA e subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Saúde, incluindo entre suas atribuições^{23,26,38} (Anexo IV):

1. O saneamento do Vale do Amazonas, especialmente a profilaxia e os estudos de malária no Vale e a assistência médico-sanitária aos trabalhadores ligados ao desenvolvimento econômico da referida região.

2. O preparo de profissionais para trabalho de saúde pública, compreendendo o aperfeiçoamento de médicos e engenheiros sanitaristas, a formação de enfermeiras de saúde pública e o treinamento de outros técnicos.
3. A colaboração com o Serviço Nacional de Lepra e por intermédio deste, com as repartições sanitárias estaduais, para o combate à Lepra.

Além dessas atribuições, o Contrato previa que outros problemas de saúde pública, deveriam incluir-se na atividade do Serviço, mediante novos e prévios entendimentos e contrato entre as duas partes.

O contrato previa que o Serviço fosse superintendido por um médico do IAIA aceito pelo Ministro da Educação e Saúde, tendo como assistente administrativo, um médico do serviço público federal, indicado pelo referido Ministro e aceito pelo Superintendente do SESP. Definiu ainda o regime de administração do Serviço, sua articulação com o Ministério da Educação e Saúde, bem como, a autoridade administrativa do Superintendente com relação à admissão e dispensa de pessoal e aos gastos de fundos, e estipulou as importâncias que deveriam ser aplicadas durante sua vigência, fixando a data de 31 de dezembro de 1943, a validade do mesmo³⁸.

Em 17 de julho de 1942 o contrato foi assinado pelo Dr. Osvaldo Aranha, Ministro de Estado dos Negócios das Relações Exteriores, pelo Brasil, pelo Dr. Jefferson Caffery, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Rio de Janeiro, pelo Governo dos Estados Unidos da América e pelo Major Dr. George Mundock Saunders, como representante do IAIA³⁶.

Neste ano, a Fundação Rockefeller retirou-se do Brasil e os serviços por ela implantados foram absorvidos pelo recém-criado Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), resultado, portanto, de acordo bilateral firmado entre o governo brasileiro e o norte-americano. O contexto internacional era marcado pela Segunda Grande Guerra Mundial. Os

Estados Unidos (EUA), preocupados com a posição dos países da América Latina no conflito, asseguraram uma estratégia de alianças que possibilitasse a utilização de algumas áreas como bases militares. No caso do Brasil, matérias primas como borracha e minérios aumentavam o interesse norte-americano. Para garantir o apoio logístico, os EUA ofereciam os recursos para impulsionar o desenvolvimento industrial brasileiro^{23,39}.

O interesse dos dois governos de intensificar a exploração e exportação do minério de ferro de Itabira, no Vale do Rio Doce, resultou na reconstrução da Estrada de Ferro Vitória/Minas, conforme foi definido no Acordo firmado em 03 de março de 1942, sendo estudada a possibilidade da participação do SESP nos trabalhos de saneamento do Vale. E com base no estabelecido no item 3 da cláusula primeira do contrato firmado para o Vale do Amazonas que dispunha: deverão incluir-se nas atividades do Serviço, outros problemas de saúde pública, mediante novos e prévios entendimentos e contato entre as duas partes", foi assinado um novo contrato em 10 de fevereiro de 1943, aprovado pelo Presidente da República através do Decreto-Lei de nº 5.592 de 18 de junho do mesmo ano, com a vigência do primeiro. O SESP assumiu então a responsabilidade de execução de medidas gerais de saúde e saneamento e, mais especialmente a profilaxia e estudo da malária, a instalação de serviços de água e esgotos em algumas das principais cidades do Vale e o estabelecimento de um centro de saúde modelo em uma dessas cidades^{23,37}.(Anexo III)

Em virtude dos Contratos do Amazonas e do Rio Doce se referirem à execução de trabalhos preliminares que deveriam ser concluídos em 31 de dezembro de 1943, a 09 de novembro foi proposta a primeira prorrogação por mais 5 anos, de 01 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948²⁹.

Em 25 de novembro de 1943, os Ministros Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema, pelo Brasil, o Embaixador Jefferson Caffrey, pelos Estados Unidos e o Major George Mudock Saunder pelo IAIA, assinaram no Itamaraty o novo contrato de prorrogação, que foi aprovado pelo Presidente

da República, através do Decreto-Lei de nº 6.260 de 11 de fevereiro de 1944^{40,41}.(Anexo V)

O general George C. Dunhan, presidente do IAIA, apresentou algumas sugestões de alteração do contrato relativo ao prosseguimento do Programa, sendo que em 22 de novembro de 1944, o Presidente da República assinou o Decreto-Lei de nº 7.064, aprovando as modificações sugeridas, as quais alteraram substancialmente os contratos anteriores e vieram facilitar e melhorar a execução do Programa, permitindo a crescente participação de brasileiros na atuação do Serviço. Resultou então a transferência da responsabilidade de Superintendente do SESP, para um brasileiro, recaindo a escolha no Doutor Sérvulo Lima, médico do Ministério da Educação e Saúde que já vinha participando da vida do Serviço⁴²(Anexo VI).

O Governo Brasileiro manifestou interesse pela prorrogação do Contrato que seria encerrado em dezembro de 1948, a fim de que os trabalhos empreendidos não fossem interrompidos.

Em 1949, o Congresso Americano prorrogou a existência do IAIA até junho de 1955, o que possibilitou prolongar os Contratos com os Governos das Repúblicas Americanas por um período maior. As extensões cobriram todas as provisões básicas, decidindo-se, porém separar a duração do Programa das contribuições financeiras. Uma vez que a duração dependia de fatores de política externa, era lógico concordar e prorrogar o Programa durante um período de cinco anos, resolvendo-se cada ano a verba de que o Governo poderia dispor para execução do Programa^{21,26}.

5 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Trata-se de um estudo qualitativo, de abordagem histórico-social com utilização do método da pesquisa documental e da micro-história. O material disponível nos acervos do Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA/EEUSP, Arquivo Histórico da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção São Paulo – ABEn-SP, Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery – CEDOC/EEAN/UFRJ, Biblioteca Wanda de Aguiar Horta da Escola de Enfermagem da USP, Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP – FSP-USP e Fundação Casa de Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ serviram a pesquisa proposta, contudo, cabe destacar a importância dos registros existentes no CHCEIA/EEUSP. Este último foi Inaugurado em 1992 com o intuito de resgatar a memória histórica da enfermagem brasileira e ibero-americana, a proposta fundamental do Centro Histórico é reavaliar o passado centrando a guarda de objetos e documentos importantes para a enfermagem paulista e brasileira.

Os exemplares do “Boletim do SESP”, importante veículo de informação e divulgação mantido em cooperação pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, da época, a respeito do desenvolvimento da enfermagem no Brasil, criação de novas escolas de enfermagem, obras de saneamento básico e campanhas de saúde pública, foram encontrados no Acervo do Centro de Informação e Referência (CIR) da Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP e na Biblioteca do COC-Fiocruz.

A biografia de Edith de Magalhães Fraenkel foi analisada a partir de obras e artigos encontrados nos acervos documentais que serviram de fonte para a pesquisa. É oportuno destacar o livro escrito por Amália Corrêa de Carvalho: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – Resumo histórico – 1942-1980, tendo em vista a riqueza de detalhes e de informações, e ainda, com dedicatória à própria Edith Fraenkel. Este livro foi

publicado em comemoração aos 50 anos de existência da EEUSP, ao qual, de acordo com a autora, só foi possível ser realizada devido à grande contribuição de pessoas próximas e que vivenciaram alguns episódios durante a sua atuação na EEUSP, lembrando que Edith Fraenkel foi primeira diretora desta escola. Dentre elas, destacam-se Maria Rosa de Souza Pinheiro, a segunda diretora da EEUSP, e Anayde Correa de Carvalho, que fizeram a revisão do texto e sugestões e Taka Oguisso, na época, Consultora do *International Council of Nurses* (ICN), sediado em Genebra, Suíça, que enviou profuso material do “*The International Council of Nurses*” e “*International Nursing Review*” sobre a atuação de Edith Fraenkel na área internacional, dedicando horas antes e após expedição, conforme relata em uma de suas cartas escrita à Amália Carvalho: “[...] continuo aproveitando todos os minutos e chego mais cedo ou saio mais tarde do ICN para continuar procurando mais atas e outros papéis velhos em busca de algo mais sobre D. Edith”²⁰.

Anayde Corrêa de Carvalho, irmã de Amália Corrêa de Carvalho, foi coordenadora da Comissão de Documentação e Estudos da ABEn, no período de 1970-1972 e realizou uma das obras ímpares na História da Enfermagem. Trata-se do livro, que também serviu a pesquisa, “Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976”, resultado da análise de documentos acumulados e preservados pelas dezoito diretorias que assumiram o governo da Associação, de 1926 a 1976, encontrados na sede da ABEn, em Brasília. Este livro foi um compromisso de Anayde em comemoração ao cinquentenário da entidade (1926-1976)¹⁰.

A realização de um estudo de natureza histórica tem como interesse a garantia da memória da profissão de Enfermagem¹, inclusive da própria Escola de Enfermagem da USP, enquanto instituição formadora de gerações de enfermeiros, que sediou o primeiro evento de natureza científica do Brasil no âmbito da Enfermagem, organizada por líderes do movimento associativo paulista nos anos 40, professoras, diretora e colaboradoras da EEUSP. É nesse sentido que o projeto em pauta se

organizou, pautado no método histórico e fundado na documentação alusiva ao tema proposto.

A pesquisa alicerça-se na coleta e análise de dados, buscando responder a um ou mais problemas de pesquisa e, dessa forma, descobrir com algo novo para o conhecimento em dada área, respondendo a questões e analisando desdobramentos de eventos passados no tempo presente, resgatando a memória de pessoas e de instituições e culturas. Neste procedimento de pesquisa, são analisadas fontes primárias (documentos, fotografias, relatos de vida, entre outros) e secundárias (material já interpretado como referências bibliográficas). Os passos da metodologia incluem a localização e identificação das fontes e análise dos dados¹.

Porto, Freitas, Siles (2009) pontuam que, a classificação acima em fontes primárias e secundárias não é, atualmente, necessária (embora nas fontes legais ainda sejam utilizadas), porque os documentos em si têm valor histórico independente desse tipo de taxonomia⁴³.

A pesquisa histórica geralmente se apóia em documentos para seu desenvolvimento como registros, entrevistas, jornais, atas de reuniões. Neste tipo de pesquisa, os documentos e outros dados serão avaliados criticamente, buscando as causas ou efeitos de situações passadas ou suas implicações nos dias atuais, buscando trazer a tona um novo conhecimento⁴⁴.

Na presente investigação, busquei identificar os desdobramentos que reformularam o ensino e exercício profissional da enfermagem brasileira no Movimento da Enfermagem Paulista na década de 1940, consubstanciada no Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem que teve como lema “elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”, emergindo uma nova identidade profissional⁴⁵.

Ainda no tocante ao método da pesquisa documental, cabe ressaltar que o pesquisador pode trabalhar com “fichas”, fazendo resumos

das informações obtidas junto às fontes documentais, permitindo uma ordenação e classificação do material em função das variáveis estudadas de forma clara. Esta metodologia sistematizada facilita o processo de redação dos resultados, pois evita a necessidade de manuseio sucessivo dos documentos⁴⁶.

Cabe pontuar que as imagens selecionadas e inseridas neste estudo não foram utilizadas ou analisadas com o rigor da pesquisa centrada no documento imagético, mas sim, inseridas no debate com a pesquisa e contexto bibliográfico.

Em relação ao conceito de identidades sociais e profissionais, cabe destacar o pensamento de Claude Dubar, cujo pensamento foi interpretado por Mongone (2001), destacando que a identidade profissional não deve ser confundida com a identidade social, mas ambas mantêm uma relação muito estreita⁴⁷, pois segundo Dubar:

O trabalho está no centro do processo de construção/desconstrução/reconstrução das formas identitárias profissionais porque é pelo trabalho que os indivíduos, nas sociedades salariais, adquirem o reconhecimento financeiro e simbólico da sua atividade. (Mongone, 2001, p.24)⁴⁹

Para Berger e Luckmann (1985), a identidade se configura como elemento chave da subjetividade e da sociedade, construindo-se e sendo remodelada através dos processos e relações sociais. As identidades são singulares ao sujeito e produzidas a partir de interações do indivíduo, da consciência e da estrutura social na qual este está inserido, sendo a “identidade um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade”⁴⁸.

5.1 MÉTODO DE ANÁLISE: MICRO-HISTÓRIA

A Micro-história surge a partir da década de 1970, de um movimento de historiadores italianos. Esses historiadores apontam para a riqueza de possibilidades proporcionada pela micro-análise social, baseando-se no recorte temático em um assunto bastante específico. No nosso caso, trata-se da análise acerca da motivação para a organização do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem e atuação de Edith de Magalhães Fraenkel naquele contexto.

O recorte deve ser temático e, segundo Giovanni Levi (1992), ao mesmo tempo relacionado com um assunto mais amplo, que no presente estudo relaciona-se à reformulação do ensino profissional de enfermagem.

Levi (1992) defende que a micro-história avança nas pesquisas historiográficas por romper com a prática calcada na retórica e na estética, por ampliar o olhar como um *zoom* numa fotografia. O pesquisador observaria um pequeno espaço bastante ampliado, mas, ao mesmo tempo, tendo-se em conta o restante da fotografia, apesar de não estar ampliada⁴⁹.

O trabalho da micro-história centraliza numa busca de descrição mais realista de comportamento humano, empregando um modelo de ação que possa dar voz a personagens, lugares, pequenos eventos que não eram considerados na historiografia tradicional. Segundo Levi, a micro-história possui um papel muito específico dentro da chamada nova história cultural: “refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos”⁴⁹.

A descrição micro-histórica serve para registrar uma série de acontecimentos ou fatos significativos, os quais podem parecer insignificantes para um olhar apressado ou aquele que busca grandes contornos, e podem ser interpretados por sua inserção num contexto mais

amplo, ou seja, na trama do discurso social, segundo o historiador Henrique Espada Lima⁵⁰. Acrescenta, ainda:

A micro-história foi formulada, nos seus princípios, como um conjunto de proposições e questionamentos sobre os métodos e os procedimentos da história social, articulando discussões esparsas em torno da relação da história com as outras ciências sociais – em especial a economia, a demografia e a antropologia. Um tecido de diálogos amplo e multifacetado que, em suas várias vertentes, era influenciado por proposições tão diversas quanto à historiografia francesa ligada à revista *Annales*, a história social britânica, as tradições marxistas e socialistas italianas ou a antropologia social. (Lima, 2006, p.16)⁵⁰

A micro-história trabalha com o conjunto de objetos de pesquisa e análise e articula-se com a discussão sobre as relações entre ciência histórica e antropologia histórica. Nessa perspectiva, a argumentação micro-histórica perpassa pela atenção ao agente marginal, aos conflitos entre as configurações sócio-culturais, porém, a micro-história zela pelo *detalhe revelador*⁵⁰.

Carlos Ginzburg, em 1976 lançou sua obra “*O queijo e os vermes*”, na qual trata do depoimento de um moleiro, Menocchio, do norte da Itália, que no século XVI ousara afirmar que o mundo tinha origem na putrefação e fora condenado pela Inquisição papal naquele século. Nessa obra, Ginzburg (1986) abandonou o conceito de mentalidades e adotou o de cultura, definindo-a como “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento, próprios das classes subalternas num certo período histórico”⁵¹.

Segundo Pedone (2003), a micro-história é um enfoque dentro da história social que pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, a maneira em que os indivíduos produzem o mundo social mediante as alianças e os conflitos. Logo, a micro-história estuda o cotidiano, as representações, as redes de relações sociais e, busca, também, analisar o passado, o presente e o futuro sob o olhar de uma pequena comunidade⁵².

De acordo com Revel (1998), “o que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou mutilada, de realidades macrosociais: é (...) uma versão diferente”. Logo, a micro-história “baseia-se na disposição de um capital ‘material’ feita de informações, de conhecimento” e sendo esta produzida por uma experiência mais elementar, como a do grupo restrito e, até mesmo, do indivíduo “é mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes”⁵³.

E, ainda, para Bensa (1998), a “micro-história reconstrói, em torno de alguns personagens precisos, aquilo que o seu espaço social foi” e nos dá, também, “a consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente sem suas vidas. Em troca, é também o peso do tempo longo que é desvelado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontra em outras épocas e mesmo em outros lugares”⁵⁴.

O objeto de estudo do micro-historiador, segundo Barros (2004), não precisa ser o espaço micro-recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (um congresso, por exemplo) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar⁵⁵.

Sob a abordagem da Micro-história, o presente estudo pretende avançar na discussão acerca da contribuição do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, como um evento circunscrito historicamente no tempo e espaço, mas que permite a compreensão mais ampla da realidade no tocante à reformulação do ensino profissional em enfermagem no período delimitado para essa investigação.

A pesquisa micro-histórica tende a envolver-se cada vez mais com o privado, o pessoal, o vivido, além de uma relação cada vez mais

estreita em antropologia. Mostra ainda mais a representação de indivíduos, pequenos grupos (suas identidades), experiências de vida, valorizando mais a própria ação desses indivíduos e grupos.

6 RESULTADOS

Figura 4 - Edith de Magalhães Fraenkel

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana - CHCEIA

Edith de Magalhães Fraenkel nasceu no Rio de Janeiro, dia 09 de maio de 1889, uma das personalidades marcantes da Enfermagem moderna brasileira.

Exerceu inúmeros cargos e atividades, dedicando sua vida inteiramente à prática e ao ensino de enfermagem com um trabalho humanitário e social.

Foi a primeira brasileira a graduar-se em um curso superior de Enfermagem. Reorganizou e registrou a Associação Brasileira de

Enfermagem (ABEn), sendo sua primeira presidente; filou a ABEn no Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN); idealizou a Revista Brasileira de Enfermagem, colocando-a novamente em circulação após sua interrupção, considerado os anos de 1942 a 1945 pela análise da seriação dos volumes, correspondentes aos volumes XI a XIV; fundou a EEUSP; criou a ABEn – Seção São Paulo; organizou e fez realizar os quatro primeiros Congressos Brasileiros de Enfermagem e o primeiro Congresso Internacional de Enfermagem no Brasil¹⁰.

Essa trajetória conferiu-lhe um respeitável currículo, admirado por todos e que contribuiu para a reconfiguração do ensino e da prática de enfermagem, bem como da identidade profissional.

A firmeza na personalidade, autoridade, dedicação e inquestionável liderança em seus trabalhos conferia a Edith Fraenkel muita admiração de seus pares, como Amália Corrêa de Carvalho, Victoria Secaf, entre outras, que a ela se referem com muita admiração e respeito.

[...] figura ímpar, invulgar, de uma líder nata, enfermeira por vocação e escolha consciente, feminista por convicção, grande administradora, capaz de ser extremamente energética, autoritária, e ao mesmo tempo humana e branda, de acordo com as circunstâncias, e com o tipo de pessoas com as quais tratava [...]¹⁰

[...]Pioneira das pioneiras⁵⁶

Em um artigo publicado na revista *Anaes de Enfermagem*, de 1932, Edith Fraenkel deixou bem claro o que acreditava ser o exercício da enfermagem:

É a enfermagem um amplo desdobramento do amor materno, o desejo sempre existente nos seres humanos, mais desenvolvido na mulher que no homem, de auxiliar os que sofrem, proteger os infelizes e como tal deve ter existido desde que o mundo é mundo. (Carvalho, 1992, p.13)²⁰

6.1 PRIMEIRA FASE: INFÂNCIA, JUVENTUDE E O DESPERTAR DE UMA VOCAÇÃO

Edith de Magalhães Fraenkel nasceu no dia 09 de maio de 1889, no bairro de Santa Thereza no Rio de Janeiro, antiga capital da República. Filha de Aldina de Magalhães e Karl Fraenkel. Foram seus irmãos: Cláudio (médico), Walter Carlos (engenheiro, professor e diretor da Escola Visconde de Cairú), Benjamim Constant (professor) e Carlos (engenheiro e militar reformado do Exército Brasileiro)²⁰.

Figura 5 - Um dos mais antigos bairros do Rio, Santa Thereza. Ilustração: Ana Maria Moura.

Fonte: <http://www.faperj.br>

Seu pai, Karl Fraenkel (1854-1906) nasceu em Frankfurt, Alemanha, filho do médico Daniel Fraenkel e de Júlia Rosental. Foi naturalizado brasileiro, lecionou alemão no Colégio Militar e posteriormente seguiu a carreira diplomática na qualidade de cônsul do Brasil em países europeus e sul-americanos²⁰.

Sua mãe, Aldina de Magalhães (1864-1938) nasceu no Rio de Janeiro, filha de Maria Joaquina Bittencourt Costa e do Tenente Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1837-1891).

Figura 6 - Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães

Fonte: <http://www.igrejapositivistabrasil.org.br>

O avô materno de Edith de Magalhães Fraenkel, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, político, militar e professor brasileiro. Nascido em 1833 no Porto do Meyer, bairro de São Lourenço, Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Em 1852, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha²⁰.

Em 1859, já primeiro tenente, formou-se em ciências físicas e matemáticas pela Escola Central. Entre 1861 e 1866, trabalhou como

assistente no Observatório Astronômico. A partir de 1862, foi professor de matemática do Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant), do qual seria diretor em 1869. Em 1865, como capitão do Exército, participou da Guerra do Paraguai, retornando dois anos depois por motivos de saúde. A esta altura, já tomara contato com as obras de Auguste Comte e a filosofia positivista. Em 1880, lecionou na Escola Normal e foi seu diretor; em julho de 1887, assumiu a vice-presidência do recém-fundado Clube Militar²⁰.

Figura 7 - Escola Militar da Praia Vermelha, c. 1885. (Coleção Marc Ferrez)

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc>

Foi promovido a tenente (1888) e nesse mesmo ano recebeu a patente de Coronel. Presidiu a sessão do Clube Militar (09/11/1889) em que foi decidida a queda da monarquia e garantiu o apoio de Deodoro da Fonseca, militar prestigiado pela crise (1885) e pela vitória do abolicionismo. Proclamada a República, integrou o governo provisório, na pasta da Guerra, e foi aclamado general-de-brigada (1890), passou a dirigir o Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, no qual elaborou uma reforma de ensino de nítida orientação baseada nos ensinamentos de Auguste Comte,

idealizador do positivismo: a ditadura republicana dos cientistas e a educação como prática anuladora das tensões sociais. Por sua firmeza de opiniões e sem jamais abandonar seus ideais, depois de um desentendimento com o Marechal Deodoro, abandonou a política. Adoeceu e infelizmente morreu praticamente indigente pouco depois de completar 58 anos, em Jurujuba, Niterói. Suas principais obras foram *Memórias sobre a Teoria das Quantidades Negativas* e *Relatório sobre a Organização do Ensino dos Cegos*. Exemplo de grande idealista não conseguiu adaptar-se à política. Manteve-se firme nas suas opiniões e jamais deixou de defender seus ideais²².

Figura 8 - Bernjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) como ministro da Instrução Pública reformulou todo o ensino brasileiro de acordo com as idéias de Auguste-Comte.²⁰

Dele, a neta apresentou semelhanças marcantes em sua personalidade, o que os torna interligados historicamente, como a firmeza de

caráter, determinação, capacidade de trabalho e um profundo amor à Pátria, atributos transparentes em seus desígnios e atos e, mais ainda, o respeito pelos seus compatriotas menos abastados e carentes de auxílio e compreensão²⁰.

Porém, a forte convicção feminista de Edith Fraenkel, durante toda a sua trajetória profissional, fez com que se diferenciasse de seu avô, no aspecto político, já que Benjamin Constant, guiado pela filosofia positivista, deixou os mais belos exemplos em favor da educação e da cultura, mas, era contra a admissão de mulheres nas escolas de ensino superior²⁰.

O sistema educacional do país, naquela época, procurava dar, pelo menos, instrução primária a uma parte da população. O preparo profissional ficava reservado a uma parte da elite que podia frequentar escolas particulares, existentes em maior número. Dessa elite, o sexo masculino deveria seguir uma carreira. Por isso tinha prioridade, na família, para a instrução profissional universitária. Era reservando às mulheres, boa formação para o lar e certo preparo acadêmico¹⁰.

De acordo com Carvalho (1992), não foram encontradas muitas informações sobre manifestações políticas de Edith Fraenkel, senão as suas fortes convicções femininas. Participou com ardor da política associativa, deixando um grande exemplo para as colegas e alunas. Mantinha-se formal, demonstrando total independência em suas opiniões, discutindo de igual para igual com os senhores com quem tratava os assuntos de interesse comum, desconsiderando as atitudes de superioridade que em geral os médicos assumiam perante as enfermeiras e alunas de enfermagem²⁰.

Edith Fraenkel pertencia a uma família culta e de destaque. Devido à carreira diplomática do pai, a família residiu mais de doze anos fora do país. Viveu sua infância na Alemanha, Suécia e Uruguai. Nestes países aprendeu a língua local, além daquela oficial nas embaixadas, o francês²⁰.

O pai de Edith desejava que a filha estudasse medicina, profissão do avô paterno, considerado uma das profissões de grande destaque social à época.

No ano de 1906, com a morte do pai, veio definitivamente, com sua família e fixou residência no Rio de Janeiro²⁰.

Com as dificuldades financeiras enfrentadas por sua mãe, viúva, Edith Fraenkel completou o curso Normal e foi lecionar o ensino primário, por 6 anos em uma escola particular no Bairro de Santa Thereza. A diretora dessa escola era cunhada de Maurício de Abreu, secretário do Departamento de Saúde Pública. Deste modo, Edith tomou conhecimento do curso de visitadoras sanitárias da Cruz Vermelha Brasileira⁵⁶.

Figura 9 - Sede Central da Cruz Vermelha Brasileira, Rio de Janeiro - RJ

Figura 10 - Enfermeiras voluntárias

Fonte: <http://www.cruzvermelhani.org.br>

Criada em março de 1916, a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio de Janeiro, teve como finalidade preparar socorristas voluntárias para situações de emergência.⁴

De acordo com Oguisso et al.(2009), o Brasil nessa época, era uma jovem República, e os brasileiros haviam vivido momentos de extrema comoção social, cujas vicissitudes marcaram profundamente a instituição da democracia⁵.

Em consonância com o movimento internacional de auxílio e cuidados aos feridos da Primeira Guerra Mundial, a Cruz Vermelha Brasileira passou a preparar voluntárias para a guerra. Nessa circunstância foram criados cursos, por essa entidade, em São Paulo no ano de 1914 e no Rio de Janeiro⁵.

Em 1916, como repercussão do movimento mundial de melhoria nas condições de assistência aos feridos da Primeira Grande Guerra, a Cruz Vermelha Brasileira criou uma Escola no Rio de Janeiro, subordinada ao Ministério da Guerra preparando enfermeiras em curso de dois anos de

duração. Os diplomas expedidos pela escola eram registrados inicialmente no Ministério da Guerra e considerados oficiais.^{5,20}

A Primeira Grande Guerra² (1914-1918) foi o cenário que abriu novos caminhos para Edith Fraenkel, despertando uma vocação, a do cuidado, pois a destinou a fazer o curso de Samaritana na Cruz Vermelha⁵⁶.

Entre 1871 e 1914, durante a chamada *belle époque*, a sociedade europeia, liberal e capitalista, passou por uma das fases de maior prosperidade. O desenvolvimento industrial trouxe para boa parte da população um conforto nunca antes experimentado, enquanto a ciência e a técnica abriam possibilidades inimagináveis de comunicação e transporte, com a invenção do telégrafo, do telefone e do automóvel⁵⁷.

Figura 11 - *Belle époque* retratada na obra-prima de Pierre-August Renoir: "*Le Moulin de la Galette*". Paris, Musée d'Orsay.

Entretanto, as disputas territoriais entre as potências e a má distribuição dos benefícios do progresso entre a população criavam um clima de instabilidade constante. O risco de um confronto iminente pairava no ar.

² A expressão Grande Guerra, cunhada para o conflito que pela primeira vez na história envolveu todo o planeta, se justifica pelas proporções que o confronto alcançou, pelo aparato bélico que foi mobilizado e pela destruição devastadora que provocou. As novas armas, fruto do desenvolvimento industrial, e os métodos inéditos empregados nos combates deram aos países capitalistas o poder quase absoluto de matar e destruir⁵⁸.

Até que, em 1914, as previsões se confirmaram, com o início da "guerra que ia acabar com todas as guerras", como se costumava dizer na época. Na prática, não foi isso que o mundo assistiu. Outro conflito, maior e ainda mais devastador, iria eclodir 25 anos depois⁵⁷.

Por volta de 1914, havia inúmeros motivos para o acirramento das divergências entre os países europeus. Era grande, por exemplo, a insatisfação entre as nações que tinham chegado tarde à partilha da África e da Ásia; a disputa ostensiva por novos mercados e fontes de matérias-primas envolvia muitos governos imperialistas; e as tensões nacionalistas, acumuladas durante décadas, pareciam prestes a explodir. O que estava em jogo eram interesses estratégicos para vencer a eterna competição pela hegemonia na Europa e no mundo⁵⁸.

A Primeira Grande Guerra foi, portanto, o primeiro acontecimento que fez despertar a atenção de Edith de Magalhães Fraenkel para a assistência social voltada não apenas aos problemas que uma guerra acarreta, mas para os combatentes nas linhas de frente, como também para seus familiares e comunidade como um todo.

6.2 SEGUNDA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL - O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Na década de 20, as preocupações com a saúde pública no Brasil apresentavam-se relacionadas, em grande parte, aos interesses da economia cafeeira, que transformara o país num dos principais supridores de matérias-primas no mercado mundial. O café tinha ampliado o mercado interno, promovido o desenvolvimento ferroviário, alicerçado a rede bancária e fornecido as bases para o crescimento industrial. Com o crescimento progressivo dos núcleos urbanos, houve a incidência de inúmeras doenças e problemas de saneamento em geral. Entre as epidemias, a da gripe espanhola, que se abateu sobre a Europa do pós-guerra, generalizou-se, chegando ao Rio de Janeiro em setembro de 1918⁵⁹.

Neste ano, Edith de Magalhães Fraenkel concluiu o curso da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha, destinado ao preparo de socorristas voluntárias para atender aos feridos da Primeira Grande Guerra (1914-1918), dando-lhe subsídios para atuar intensamente na epidemia de Gripe Espanhola que se alastrou no Rio de Janeiro, responsável por mais de quinze mil mortes, naquele mesmo ano. Seu trabalho foi intenso, dia e noite, durante um período prolongado e, que lhe concedeu o título de Sócio Honorário da Cruz Vermelha Brasileira em reconhecimento pela sua atuação⁶⁰.

A partir da Primeira Guerra Mundial as importações de café brasileiro caíram, gerando desemprego, elevação geral do custo de vida, problemas de abastecimento, concordatas e falências. A questão social começou a ser discutida e foi percebida a necessidade de uma revisão do papel do Estado.

As condições precárias de saúde no Brasil tiveram repercussão internacional, sendo denunciadas na imprensa a ineficiência dos serviços públicos e a distorção das informações oficiais sobre a situação. Enquanto a sociedade brasileira esteve dominada por esta economia agro-exportadora, assentadas na monocultura cafeeira, o que se exigia do sistema de saúde era, sobretudo, uma política de saneamento destinado aos espaços de circulação das mercadorias exportáveis e a erradicação ou controle das doenças que poderiam prejudicar a exportação⁶¹.

Para Hochman (1993), o período Pós-Primeira Guerra foi, no exterior e no Brasil, marcado por intensa atuação de movimentos de caráter nacionalista. Esses movimentos pretendiam reestruturar os princípios da nacionalidade e realizá-los por intermédio do Estado Nacional⁶².

A morte do presidente eleito Rodrigues Alves, no início de 1919, vitimado pela “gripe espanhola”, demonstrou, de forma trágica, uma das faces do estado sanitário do País. A experiência das epidemias de cólera do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, que atingiram a todos, ricos e pobres, em quase todos os lugares - cidades, regiões, países -, explicitou

para as elites os problemas da interdependência social e a necessidade da criação de organizações e políticas permanentes, amplas, coletivas, compulsórias e locais para prevenir e combater os riscos da infecção e do contágio em massa. Foi dessa forma que o tema da reforma urbana e sanitária, mobilizou as elites políticas e intelectuais, entrando na agenda pública gerando resultados concretos⁶².

Figura 12 - Legenda: “Mortandade da tuberculose comparada com outras doenças transmissíveis frequentes no Distrito Federal – 1903 a 1921”⁶³

Passa-se, então, a requerer e a exigir do governo a implementação de medidas saneadoras e de mudanças urgentes na área da

saúde pública. A Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em fevereiro de 1918 pelas elites política e intelectual, sob direção do médico Belisário Pena, pretendia alertar as elites políticas, intelectuais e econômicas para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação de saneamento no interior do País. O “saneamento dos sertões”, como ficou consagrado, foi um dos diversos caminhos encontrados para recuperar e civilizar o país⁶².

Desde 1916, com a publicação do relatório da expedição médico-científica realizada por Belisário Penna e Arthur Neiva e a enorme repercussão da frase “O Brasil é um imenso hospital”, dita por Miguel Pereira, a saúde e o saneamento tornaram-se temas nacionais⁶².

Nesse contexto, Carlos Chagas assumiu a direção do Instituto de Manguinhos em 1917, após a morte de Oswaldo Cruz. No ano seguinte, ele foi chamado pelo governo brasileiro para coordenar a campanha contra epidemia de gripe espanhola e, encarregado pelo Presidente Epitácio Pessoa, de elaborar um programa de saúde pública. A atuação de Carlos Chagas ao movimento dos médicos sanitaristas, criadores e participantes da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em prol da saúde pública como de responsabilidade governamental, resultou na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 2 de janeiro de 1920, pelo decreto nº 3.987 de 02/01/1920, órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, bem como a reforma sanitária⁶⁴.

A criação do DNSP institucionalizou, de forma definitiva, as práticas sanitárias, tornando possível a ascendência política do círculo intelectual médico-sanitário e permitindo a entrada de uma nova geração de jovens sanitaristas nos projetos governamentais voltados para o setor da saúde. Esses médicos passaram a influenciar nas decisões relativas à questão sanitária, sob a liderança do diretor do departamento, Carlos Chagas, e com o apoio logístico e financeiro da Fundação Rockefeller^{64,65}.

Os médicos sanitaristas do DNSP, principalmente os da Inspetoria de Profilaxia de Tuberculose, o inspetor Dr. Plácido Barbosa e seu

assistente, Dr. J. P. Fontenelle percebiam que para o êxito do trabalho deles seria necessário estabelecer um elo entre os dispensários e os lares dos doentes. Esse elo almejado e indispensável em toda organização sanitária seria a enfermeira de saúde pública, de acordo com o instituído nos Estados Unidos da América. Essa enfermeira faria “a ligação entre os ambulatórios e os lares dos pacientes, estimulando-os a executar os tratamentos médicos e inculcando-lhes noções sanitárias”⁶⁶.

Com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que visava à extensão dos serviços de saneamento urbano e rural, além da higiene industrial e materno-infantil, a Saúde Pública passou a ser tomada, portanto, como questão social e política⁶⁴.

A reforma introduzia a propaganda e a educação sanitária na técnica rotineira de ação, inovando o modelo campanhista de seu antecessor, Oswaldo Cruz, que era puramente fiscal e policial.

Nessa reforma em prol à saúde pública, foram criados órgãos especializados na luta contra a tuberculose, a lepra, as doenças venéreas, a Reforma Sanitária Rural, a fiscalização de alimentos e foi criada a atual Escola de Enfermagem Anna Nery.

A assistência hospitalar, infantil e a higiene industrial se destacaram como problemas individualizados. As atividades de saneamento expandiram-se também para outros Estados.

Com o controle das epidemias nas grandes cidades brasileiras o modelo campanhista deslocou a sua ação para o campo e para o combate das endemias rurais, já que a agricultura era a atividade hegemônica da economia da época.

Segundo Castro Santos e Faria (2004), o campanhismo ainda é visto por muitos estudiosos como mera estratégia policial, sendo as campanhas antivariólicas e antiamarílicas encetadas pela Diretoria Geral da Saúde Pública e planejadas por Oswaldo Cruz tinham estreita vinculação

com as antigas concepções alemãs de “polícia médica”. Ainda segundo os autores, mais tarde as campanhas tiveram outro recorte: mantiveram as características de hierarquização, ou seja, eram planejadas do “centro de decisões nacionais” para a “periferia”, mas perderam seu caráter policialesco de tempos anteriores⁶⁷.

6.3 TERCEIRA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL - CURSO DE VISITADORAS SANITÁRIAS - PASSAGEM DE ALUNA À CHEFE DO SERVIÇO DE VISITADORAS DO DNSP

Em 1919, Edith de Magalhães Fraenkel se destacou e chamou a atenção das autoridades sanitárias por seu interesse, dedicação pelos problemas de saúde do país, atuação, engajamento junto aos trabalhos da Cruz Vermelha, foi convidada pelo Secretário do DNSP para fazer o “Curso de Visitadoras do Serviço de Tuberculose”, sendo a primeira candidata a se inscrever²⁰.

Figura 13 - Edith de Magalhães Fraenkel

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana - CHCEIA

Contratada para trabalhar no DNSP como visitadora sanitária, logo foi reconhecida por sua chefia pela capacidade de trabalho e liderança, sendo nomeada, então, chefe do Serviço de Visitadoras²⁰.

Em maio de 1921, Carlos Chagas solicitou a cooperação do *International Health Board* (IHB) da Fundação Rockefeller, nos Estados Unidos, para o desenvolvimento de um serviço de enfermagem em conexão com o DNSP. Tendo sido aceito o convite pelo IHB, em 2 de setembro do mesmo ano chega ao Brasil a enfermeira norte-americana Ethel Parsons para chefiar a Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem⁶.

Figura 14 - Ethel O. Parsons

Fonte: Carvalho, 2008

Ao se referir à importância da Fundação Rockefeller e de Ethel Parsons na implantação da enfermagem moderna no Brasil na década de vinte, com suas 30 enfermeiras norte-americanas, Edith Fraenkel se

expressou em uma de suas publicações em *Anaes de Enfermagem* em 1934 o seguinte:

[...] Mrs. Ethel Parsons, possuidora de um admirável espírito de organizadora, foi sempre um exemplo de perseverança e de tenacidade. Lutou muito, defrontou injustiças porque poucos haviam compreendido, de início, o seu programa de ação. Impassível ante todas as objecções, continuava ela a executar o plano prévio e habilmente traçado, sem desvio de uma linha.

Seu trabalho aqui deve enchê-la de satisfação íntima, pois não há país algum onde um serviço e uma escola de enfermagem se tenham desenvolvido tão rapidamente e sob bases tão sólidas como se deu no Brasil. (Carvalho, 1992, p.81)²⁰

Esta Missão tinha por fim avaliar as condições existentes para a organização de uma escola ou cursos de treinamento de enfermeiras, e também para o desenvolvimento de um serviço público de enfermagem no país e foi responsável pelo planejamento e organização da Escola de Enfermeiras do DNSP, hoje Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, que foi provisoriamente instalada em uma área contígua ao Hospital Geral de Assistência (atual Hospital Escola São Francisco de Assis/UFRJ), iniciando as atividades acadêmicas em 19 de fevereiro de 1923^{6,65}.

No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, o número de profissionais da saúde (diplomadas pela Escola Anna Nery, criada em 1923) era reduzido, o que impossibilitava a atuação das enfermeiras diplomadas em escala nacional.

Em 1918 foi montado, junto à Faculdade de Medicina da USP, um Laboratório de Higiene que em 1924 foi transformado no Instituto de Higiene, sob direção do Professor Geraldo Horácio de Paula Souza⁹.

O médico sanitarista paulista, Geraldo Horácio de Paula Souza, ou Paula Souza, como preferia ser chamado, sentiu a necessidade da existência de um profissional que pudesse completar a assistência à saúde

na comunidade, fazendo o seguimento dos casos atendidos nos Centros de Saúde, prestando assistência domiciliar quando necessária, ou encaminhando novos casos para consulta ou controle. A comunidade paulista necessitava de enfermeiras de saúde pública, já iniciado as atividades no Rio de Janeiro por influência de Carlos Chagas^{9,68}.

Foi criado em 1925, então, o primeiro Curso de Educação Sanitária, no Instituto de Higiene de São Paulo – embrião da atual Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP). As candidatas ao curso, de um ano de duração, deviam apresentar o diploma da Escola Normal (corresponde ao atual ensino médio), como requisito mínimo para a matrícula⁹.

Somente em 1942 foram criados o Serviço de Enfermagem do Instituto de Higiene e a Escola de Enfermagem da USP.

Segundo Faria (2006) o Curso de Educadoras Sanitárias, com o passar do tempo, sofreu grandes percalços a partir da implantação da EEUSP, pois vieram à tona questões de hierarquia profissional e competência técnica, tornando incontestável a liderança profissional das enfermeiras diplomadas, pois as educadoras eram vistas como enfermeiras “informais”, como se faltasse um treinamento profissional “de peso”; ou seja, de certa maneira, pode-se dizer que com a presença e a liderança da enfermeira diplomada, a visitadora era “desqualificada”⁶⁹.

De modo não tão diferente, no Rio de Janeiro, à época da implantação do ensino e da formação da enfermeira do DNSP, dizia Ethel Parsons que as educadoras sanitárias representavam um risco à coletividade, pois não as via preparadas para o seu mister. Com isso, a própria Parsons procura justificar a necessidade de substituição da educadora sanitária do DNSP pela enfermeira formada naquele Departamento.

6.4 QUARTA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL E A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS BRASILEIRAS - ANED

Com a regulamentação do exercício da enfermagem em 1931 (Decreto 20.109, de 15 de junho de 1931), criou-se o *Padrão Anna Nery*, para a equiparação das demais escolas de enfermagem já consolidadas ou a serem criadas, institucionalizando-se definitivamente a profissão no Brasil.

Constata-se que, de acordo com o artigo 3º do referido Decreto, houve a participação efetiva da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) no “processo de exame para revalidação de diplomas” de enfermeiros. Para tanto, esse decreto, além de regulamentar o exercício da enfermagem no Brasil, também fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem. Nesse sentido, dito Decreto determina que para a composição da banca de validação de diplomas emitidos no exterior, era necessário ter indicação da Associação:

Art. 3º- A banca examinadora a que se refere o artigo 1º deverá constar: da Diretoria da Escola de Enfermeiras Ana Nery, de duas enfermeiras diplomadas indicadas pela diretoria da Associação de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, de dois professores da Escola Anna Nery, dos quais um médico e outra enfermeira, ambos indicados pela Superintendência Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (Decreto nº 20.109/31).

De acordo com Sauthier (2000, p. 21) “a partir de então se oficializa o padrão Anna Nery, o modo de ser enfermeiro, influenciando a configuração do perfil profissional da enfermeira brasileira”⁷⁰. A preocupação com a manutenção e perpetuação do modelo de ensino e profissional formado pela escola padrão faz com que as enfermeiras americanas, orientadas pela tradição das escolas de enfermagem de seu país, criem uma associação de alunas.

É oportuno destacar que segundo Bertha Lucille Pullen, terceira diretora da EEAN, em carta enviada à Anayde Corrêa de Carvalho em 15 de novembro de 1972, “depois que se diplomou a primeira turma de enfermeiras em 1925, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas foi organizada graças aos esforços de Ethel Parsons e D. Edith Fraenkel”¹⁰.

Com a diplomação da primeira turma de alunas da EEAN em 1925, criar uma associação de ex-alunas “era conveniente tanto à escola, que manteria certo controle sobre o conjunto das enfermeiras por ela diplomadas”⁷² e, também para as alunas que seriam membros de uma associação ligada à EEAN. A ideia se concretiza com a inclusão, na futura associação de enfermeiras diplomadas e que haviam se formado no exterior, favorecendo, assim, Edith de Magalhães Fraenkel e Rachel Haddock Lobo que atuavam na EEAN.

A criação de uma associação de enfermeiras estava em consonância com a ideia das enfermeiras americanas da Missão Técnica que, segundo Patrícia Donahue, citada por Barreira, Sauthier e Baptista (2001, p.158) “tinham incorporado ao seu habitus a prática da livre associação para a consecução de objetivos comuns”. Ainda de acordo com Donahue, já citada, havia o consenso entre as enfermeiras americanas de que para uma profissão ser reconhecida necessitava de uma associação e de uma revista^{71,72}.

O movimento associativista da enfermagem paulista na década de 1940 reflete, em boa parte, o contexto mais amplo da enfermagem, ou seja, a criação de entidades representativas da classe, tanto no âmbito nacional (ABEn), quanto internacional (Academia Americana de Enfermagem, Associação Americana de Enfermagem – ANA, dentre outras, em várias especialidades), conforme bem pontua Donahue (1985)⁷².

Não é de se estranhar, portanto, que Edith de Magalhães Fraenkel, tendo vivenciado de perto a organização das escolas de enfermagem nos países da América do Norte, tenha se influenciado por aquele espírito de fortalecimento, de união associativista dos enfermeiros⁷².

De acordo com Carvalho (2008) consagrou-se como data de criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED) o dia 12 de agosto de 1926.

Em primeiro de junho de 1929, com o objetivo de ingressar a ANED no International Council of Nurses (ICN) houve a necessidade de mudar a nomenclatura para *Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras* (ANEDB), uma vez que “nacional” não remetia especificamente à um país ou nação. Esta denominação permaneceu até 7 de agosto de 1944, quando ocorre reforma no estatuto da entidade e esta passa a se chamar Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED)¹⁰.

Em 21 de agosto de 1954 passou a designar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), nome que permanece até hoje. A atual Associação Brasileira de Enfermagem, entidade representativa da categoria, que, ao lado de uma luta em defesa dos interesses profissionais, desenvolveu a revista *Anais de Enfermagem* (hoje, *Revista Brasileira de Enfermagem*) como meio de disseminar as intenções do Estado na área da saúde.

No contexto de institucionalização e expansão do ensino da enfermagem no Brasil a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), relaciona-se intimamente. Conforme assinalou Carvalho (2008), duas comissões permanentes tiveram papel relevantes no desenvolvimento da Enfermagem no Brasil; a de Legislação e a de Educação¹⁰.

Em 5 de maio de 1926, o estatuto da Associação foi publicado no Diário Oficial da União. A Comissão de Educação (na época Divisão de Educação) foi organizada em 1938, entretanto suas atividades relacionadas ao ensino entre 1938 e 1946 referiram-se apenas no que diz respeito a projetos de criação de novas escolas, quando a preocupação era que contemplassem os requisitos da escola padrão (Escola de Enfermeiras Anna Nery, segundo o Decreto nº 17.268 de 31.03.1926). (Anexo VII)

No ano de 1946, a Divisão de Educação foi definitivamente estabelecida, da qual poderiam fazer parte as enfermeiras que integravam o corpo docente das escolas de enfermagem e as superintendentes de serviços de enfermagem.

De acordo com Carvalho (1972), os objetivos da Divisão de Educação eram estudar todos os assuntos relacionados ao ensino de enfermagem; procurar melhorar os padrões de enfermagem a fim de prestar melhor assistência ao público; cooperar com a Associação Brasileira de Enfermeiros Diplomados (ABED - hoje ABEn), no sentido de desenvolver o senso de responsabilidade e interesse pelos assuntos referentes à Enfermagem entre os membros que se dedicam à Administração de escola ao ensino e à supervisão de estudantes⁴.

Verificamos a estreita relação da ABEn como o ensino de enfermagem evidenciada também pelas características dos membros da Divisão de Educação, pelos objetivos desta Divisão.

O ano de 1948 foi de intensa atividade para a Divisão de Educação, à qual coube estudar e propor ementas ao Projeto de Lei 92-A/48, que dispunha sobre o ensino de enfermagem e também propor a organização do currículo mínimo. Por essa razão, a Divisão de Educação criou a Comissão de Currículo para este fim específico que em 1949 apresentou seu parecer. O projeto transformou-se na Lei 775/49, que dispõe sobre o ensino de enfermagem no Brasil, que segundo Carvalho (2008), não constituiu a meta desejada pela ABED para o ensino de Enfermagem e foi posteriormente motivo de discussões na Divisão de Educação¹⁰.

Na primeira metade do século XX, a Associação Brasileira de Enfermagem desempenhou importante papel no desenvolvimento do ensino da Enfermagem na medida em que a qualidade do referido ensino era posta em discussão e havia uma preocupação incessante das líderes da enfermagem com essa questão. Nesse contexto, a Lei 775, de 6 de agosto de 1949, que dispunha sobre o ensino de enfermagem em todo o país, foi

considerada como uma normatização importante para disciplinar o crescimento desordenado de escolas de enfermagem.

A expansão do ensino da enfermagem nas décadas de 30, 40 e 50 aconteceu a partir de uma realidade social definida, num contexto de acelerados processos de urbanização e industrialização, das quais as políticas educacionais de saúde eram reflexos.

O relatório de levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil realizado nos anos de 1956 a 1958 pela Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn explicita esta expansão:

Tabela 1 - Número de escolas de enfermagem, segundo a data de instalação: 1916 – 1956

PERÍODOS	NÚMERO DE ESCOLAS
1916 - 1921	02
1922 - 1926	01
1927 - 1931	-
1932 - 1936	02
1937 - 1941	05
1942 - 1946	06
1947 - 1951	11
1952 - 1956	07

Fonte: Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem, 1926-1986: Documentário. Brasília (DF): ABEn Nacional; 2008.

Até 1956 haviam 33 escolas de enfermagem, vale destacar a participação da Igreja neste processo, segundo CARVALHO (1972), até 1954 existiam 12 escolas de enfermagem e 11 de auxiliares de enfermagem mantida por instituições religiosas⁴.

6.5 QUINTA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL – ATUAÇÃO COMO ENFERMEIRA DE SAÚDE PÚBLICA

Durante sua atuação no Serviço de Tuberculose do DNSP, onde foi nomeada enfermeira-chefe deste serviço, Edith Fraenkel, tomou conhecimento se que a Fundação Rockefeller estava oferecendo bolsa de estudo para quem se interessasse em fazer o curso de enfermagem nos Estados Unidos⁹.

Em 1922, aceitando sugestão de Ethel Parsons, chefe da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem, Edith Fraenkel candidatou-se e foi aceita na Escola de Enfermagem do “*Philadelphia General Hospital*”. Foi a primeira brasileira a fazer o curso de Enfermagem de três anos completo, motivo que a torna admirável pelo seu pioneirismo e coragem num país onde o preconceito e a crença arraigada da sociedade da época, que acreditava que a enfermagem não era apropriada para uma moça bem nascida, afastando da área da saúde pessoas bem dotadas que poderiam oferecer o seu trabalho e o melhor de sua inteligência e preparo nos campos de assistência hospitalar e de saúde pública²⁰.

Na Escola de Enfermagem de Filadélfia foi estudante exemplar. Mrs. Parsons, em visita à Filadélfia, assim expressou sobre a vida escolar de Edith Fraenkel, em carta dirigida à Miss Johanna Swarte, enfermeira-chefe, que substituíra Ethel Parsons na Superintendência Geral do Serviço de Saúde Pública durante suas férias, com cópia para Miss Kieninger, diretora da recém criada Escola de Enfermagem Anna Nery²⁰:

[...] Estou certa de que a Sra, ficará mais do que satisfeita com os progressos de Miss Fraenkel. Pelos seus boletins de eficiência verifiquei que ela mereceu maior número de notas máximas (A+) do que qualquer outra estudante; teve apenas uma nota regular (B); as demais foram „muito bem“ (A). Nos trabalhos teóricos suas notas foram entre 95 e 100, com apenas um 90. Isto durante os primeiros meses de estudos, quando seu conhecimento da língua inglesa ainda era muito limitado. Miss Clayton está entusiasmada com ela. Disse que Miss Fraenkel tem

qualidades especiais de liderança, que exerce realmente boa influência sobre as demais estudantes e que sua nacionalidade não parece ser considerada pelas colegas. Seu inglês pareceu-me excelente, mas ela se queixa de ter dificuldades com os termos de gírias [...] (Carvalho, 1992, p.24)²⁰

No Brasil, em 1922 haviam chegado treze outras enfermeiras norte-americanas, seis das quais especialmente para a Escola criada em novembro desse mesmo ano com o nome de Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública, hoje Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁷.

Edith de Magalhães Fraenkel, após o curso, permaneceu nos Estados Unidos e no Canadá até Novembro de 1925, visitando escolas de enfermagem. Nesta época todas as instrutoras da EEAN eram norte-americanas. Com o retorno de Edith Fraenkel e sua designação para substituir a primeira instrutora americana, Anita Lander, cujo tempo de permanência já havia se esgotado, propiciou um reconhecimento especial de Clara Louise Kieninger, primeira diretora da EEAN que, no relatório anual de 1925, referiu-se a Edith Fraenkel como a mudança mais importante havida no corpo docente, ou seja, a primeira substituição de uma enfermeira norte-americana por uma brasileira⁹.

Permaneceu na função de instrutora até 1927, quando a Escola passou a contar com professoras selecionadas dentre as enfermeiras formadas na primeira turma. Foi durante o período de 1925 a 1927 que desempenhou papel preponderante na criação da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, projeto que se iniciou com a idéia de trinta e cinco diplomadas nas duas primeiras turmas de formarem uma associação de ex-alunas da Escola Anna Nery⁹.

Edith Fraenkel, pela experiência que havia tido nos Estados Unidos, convenceu-se de que era urgente que as enfermeiras pudessem contar com uma entidade de classe que congregasse e representasse todo o grupo, sugerindo, portanto, a criação de uma associação que congregasse todas as enfermeiras, brasileiras e estrangeiras, opinião defendida também

por Ethel Parsons e pelas demais enfermeiras norte-americanas. E assim se fez, criando-se a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras – ANED⁷.

Figura 15 - Edith Fraenkel, sorridente no início de sua carreira como enfermeira de Saúde Pública. Na ocasião em que foi tirada esta fotografia, 22 de junho de 1928, Edith era Diretora da Divisão de Enfermeiras de Saúde Pública do Departamento Nacional de Saúde Pública – DNSP. Fotografia original em poder de Clélia Allevato⁷².

Em 1927, recomeçou o trabalho no Departamento Nacional de Saúde Pública na qualidade de enfermeira chefe, contando com o auxílio de

algumas colegas egressas das duas primeiras turmas da Escola Anna Nery. De enfermeira chefe passou a Diretoria da Divisão de Enfermagem de Saúde Pública de Departamento Nacional de Saúde Pública; no ano seguinte participou da campanha de combate à epidemia de febre amarela que grassava no Rio naquela época.

Em 1931, Edith Fraenkel assumiu o cargo de Superintendente Geral do Serviço de Enfermagem, substituindo Ethel Parsons, que regressou aos Estados Unidos, após alguns anos de valiosíssimos trabalhos no Brasil. Durante o período que Edith Fraenkel permaneceu no cargo, de 1931 a 1938, presidiu ou participou de diversas comissões criadas com a finalidade de estudar problemas relacionados com a assistência ou com o ensino de enfermagem no país. A Superintendência do Serviço de Enfermagem estava subordinada à Escola Anna Nery, o que aumentava suas responsabilidades em relação ao ensino de enfermagem⁷³.

Esse foi um dos períodos mais árduos de sua vida, pois dentre os problemas mais aflitivos e de mais difícil solução na época estava a profilaxia da tuberculose, no início, pela carência de pessoal habilitado para a assistência pública, teve que continuar o preparo e a utilização de visitadoras que realizaram o trabalho estafante junto à população carente do Rio, agrupada em morros geralmente de difícil acesso, e sempre avessa a qualquer “intromissão” em seus lares. Assim como no caso dos outros problemas de saúde faltava ao Departamento Nacional Pública número suficiente de enfermeiras para que pudesse haver uma ligação direta entre o Serviço e os domicílios dos doentes. Mesmo assim o resultado do esforço desse pequeno grupo parece ter sido muito positivo, em se levando em conta as dificuldades que tiveram de ser vencidas ou contornadas⁷³.

Sobre as dificuldades encontradas pelas visitadoras nos morros do Rio de Janeiro, Haydée Cunha, enfermeira diplomada em uma das turmas pioneiras da Escola Anna Nery, publicou em seu artigo “A vida nos morros”, publicado em *Anaes de Enfermagem*, em 1936:

[...] Falta d' água, de higiene, de instrução. Mergulhadores nas trevas os seus moradores vivem como à margem da vida da cidade... Os morros são os deserdados da nossa cidade.

[...] Ressalvada a nossa suspeição, devemos ressaltar, como de injustiça, que as autoridades sanitárias jamais esqueceram os morros.

As visitadoras de Saúde, sem medir sacrifícios, vencendo o cansaço natural em tais escaladas, causticadas pelo sol ou batidas pela chuva, no cumprimento não só de suas funções mas, ainda animadas pelo nobre sentimento de solidariedade humana, fazem as suas frequentes peregrinações, levando o conselho prudente da ciência, o socorro e, principalmente, a assistência moral de que tanto necessita aquela gente tão injustamente julgada[...] (Carvalho, 1992, p.31)¹⁹

Em 1939, devido a mudanças nos ministérios, Edith Fraenkel passou a Superintendente do Serviço de Enfermagem do Ministério da Educação e Saúde. E foi nessa condição que recebeu o convite para assumir a direção da escola de enfermagem a ser criada em São Paulo, anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, graças a um convênio entre a Fundação Rockefeller e o Governo do Estado¹⁹.

Do convênio, assinado por ambas as partes, constava a exigência, por parte daquela entidade, da criação de uma escola de enfermagem nos moldes da Escola Anna Nery: “padrão Anna Nery”.

O “ananerismo” constituiu uma forma de identidade que está presente nos dias de hoje e no senso comum, como “enfermeiro padrão”.

6.6 SEXTA FASE: EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL – LIDERANÇA NO MOVIMENTO DA ENFERMAGEM PAULISTA NA DÉCADA DE 1940

Devido à falta de enfermeiras graduadas em São Paulo, até aproximadamente a segunda metade da década de 1940, as autoridades sanitárias deram preferência à formação de educadoras ou visitadoras⁸.

Edith Fraenkel, a partir de novembro de 1941, iniciou seu trabalho com a organização e preparo do Serviço de Enfermagem do Hospital das Clínicas, já em fase final de construção e onde deveria ser instalada a Escola. Teve de atuar como diretora da Escola e orientadora da Subdivisão de Enfermagem do Hospital e nessa qualidade, auxiliada pelas enfermeiras contratadas a partir de agosto de 1942, tanto para o hospital quanto para a escola, escreveu as técnicas e os procedimentos de enfermagem a serem utilizados pela equipe do hospital e pelas professoras e alunas da escola. Participou na qualidade de Secretária, da Comissão criada para estudar os planos de construção de edifício destinado a abrigar a sede da escola e do internato para as alunas⁸.

Foi um período de trabalho intenso, dividida entre a organização e instalação do serviço de enfermagem do hospital e o planejamento de todas as atividades iniciais da escola, inclusive de alojamento para as estudantes, visto o regime de internato ser obrigatório na época⁸.

A Escola prosperou rapidamente, apesar de instalada no Hospital das Clínicas o desconforto da situação, tanto na parte destinada à administração como nos andares destinados à residência das alunas, não impediu o seu progresso. O prédio onde a Escola deveria funcionar só foi inaugurado em 31 de outubro de 1947.

Como parte do movimento associativo da enfermagem paulista deu-se com a criação da Associação das Enfermeiras (ABED) em São Paulo.

6.6.1 Criação da ABED- Seção São Paulo

Em 1945, Edith Fraenkel reavivou a antiga ANED, que recebeu o nome de Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), a qual, nos anos 50, passou à atual denominação de Associação Brasileira de Enfermagem, ABEn. Madre Marie Domineuc, Secretária da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, teve papel importante na criação dessa entidade, assim como Haydée Guanais Dourado. O estatuto da ABED, elaborado por comissão presidida por Edith Fraenkel e aprovado em 1945, previa a existência de Seções Estaduais da ABEn⁹.

Edith Fraenkel foi fundadora e a primeira presidente da Seção de São Paulo, ocupando o cargo de 1946 a 1948.

Acreditando que o progresso da profissão do país seria mais lento e penoso se não houvesse conjugação dos esforços de todas as enfermeiras no sentido de impulsionar o seu desenvolvimento por todos os meios a seu alcance, Edith Fraenkel considerou o meio mais fácil e apropriado o trabalho através da associação de classe⁹.

As atividades da Associação Brasileira de Enfermagem passaram do Rio de Janeiro, quase todas para São Paulo sob a liderança de Edith Fraenkel, auxiliada por Ella Hasenjaeger, com o concurso das docentes da Escola de Enfermagem e das enfermeiras do Hospital das Clínicas. Contavam ainda com a colaboração da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. A Revista da Associação, “Anais de Enfermagem”, que não era publicada desde 1941, ressurgiu em 1946 em São Paulo, de outra forma e com outro vigor. Tinha Edith Fraenkel como redatora chefe e como colaboradoras quase exclusivamente as docentes enfermeiras e alguns professores da Escola.

6.6.2 SESP e a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

O SESP foi, indiscutivelmente, um extraordinário estimulador do progresso da enfermagem no Brasil. O seu trabalho não se limitou às realizações nos vários setores dos Programas do Serviço. Reconhecendo a grande deficiência de enfermeiras no país, o SESP fez todo esforço para auxiliar a formação de novos profissionais ora emprestando o seu apoio para a criação e até mesmo a construção de escolas, contribuindo diretamente para a promoção de cursos, reuniões e projetos de pesquisas, ora financiando os estudos de bolsistas no estrangeiro e nas escolas nacionais.

Em outubro de 1942, a enfermeira americana Elizabeth Tennant, do Conselho Internacional de Saúde da Fundação Rockfeller, foi designada conselheira de enfermagem para o Brasil, junto à Divisão de Saúde e Saneamento do IAIA, realizou breve investigação sobre a enfermagem no País, apresentando ao SESP, um relatório detalhado dos resultados colhidos com um projeto de programa para ser executado⁸.

O relatório de Miss Tennant, de Junho de 1940, indicou que três escolas de enfermagem existentes na época diplomaram 600 enfermeiras, de acordo com o padrão da Escola Ana Nery, considerada de alto padrão, o que representava uma média de 30 enfermeiras por ano. No entanto não existiam mais de 400 enfermeiras diplomadas em atividade profissional. Este número não atendia absolutamente às necessidades dos hospitais existentes que montava a 1.225, segundo os arquivos oficiais⁷⁴.

Em suma, o relatório mencionado apontava que era, indiscutivelmente, um número muito pequeno de enfermeiras no Brasil para atender às necessidades normais. Nesse sentido, Miss Tennant, no seu relatório de apelo ao Senhor Interventor Federal no Estado de São Paulo, de Junho de 1940, o Sr. Adhemar de Barros, dizia “... tem-se verificado que o numero de enfermeiras competentes é sempre insuficiente para atender às necessidades existentes”.

O programa apresentado pela Enfermeira Elizabeth Tennant, recomendava a criação de um órgão central de enfermagem no Ministério da Educação e Saúde e enfatizava a necessidade de criação de outras escolas de enfermagem no País. Sugeria, especificamente que o SESP se interessasse pela construção de quatro escolas: no Rio de Janeiro, na Bahia, em São Paulo e em Belém^{74,75}.

Diante da escassez de enfermeiras e ainda a necessidade do SESP iniciar imediatamente suas atividades, com a abertura de hospitais e a implantação de um programa de saúde pública na região amazônica, a enfermeira Tennant propôs em seu relatório, como solução de emergência, a criação de cursos rápidos destinados a preparar auxiliar capacitado a desenvolver certo número de atividades indispensáveis a serviços de hospitais e de unidades de saúde pública⁷⁵.

Em novembro do mesmo ano, à criada na estrutura central do Serviço, o Programa (Divisão) de Enfermagem com os seguintes objetivos⁷⁴:

1. Prover, inicialmente, orientação para todo o pessoal de enfermagem do IAIA, lotado no SESP;
2. Designar todo o pessoal de enfermagem, americano e brasileiro, para os projetos e sub-projetos
3. Manter um serviço de consultoria, para vários aspectos das atividades dos sub-projetos,
4. Estudar oportunidades para o desenvolvimento de atividades educativas em relação aos problemas de enfermagem, conforme eles surjam e que possam parecer potencialmente válidos,
5. Estudar as áreas interessadas em atividades de educação em enfermagem, determinando especialmente, as possibilidades que o SESP pode contribuir com serviços, com ajuda financeira ou com ambas;
6. Promover contatos com indivíduos e grupos de todas as categorias, que possam ser considerados importantes para

divulgação da melhor maneira possível, do valor da enfermagem e da educação em enfermagem do País

7. Cooperar com os profissionais de enfermagem com vista à divulgação e ao fortalecimento do trabalho de enfermeiras

Na década de 1940, a enfermagem brasileira necessitava de líderes em todas as regiões do Brasil. Paralelamente, a Segunda Guerra Mundial impunha a multiplicação de profissionais como necessária e urgente. Não sobrepondo à qualidade anteriormente exigida, no pós-1930 a formação profissional foi significativamente ampliada através do princípio pedagógico da Fundação Rockefeller, o “efeito demonstração”, conquistado pelo efetivo contingente de bolsistas, que mantinha seus estudos financiados pelo Serviço Especial de Saúde Pública – SESP. Como propunha a Fundação Rockefeller, o *American way of life* deveria redimensionar as estruturas sanitárias formando uma nova elite de profissionais⁶⁶.

A enfermagem nacional deveria ser composta por mulheres e homens capazes promover a saúde das populações sem restrição, bem como consolidar instituições oficiais de assistência, ampliando o sentido atribuído à relação saúde-doença. O ensino assumia fundamental importância, pois deveria redimensionar o exercício profissional, inclusive, para novos campos de atuação.

O prédio da EEUSP foi inaugurado oficialmente no dia 31 de outubro de 1947. Personalidades de grande relevo estavam presentes na sessão solene de inauguração e comemorativa do quinto aniversário de criação da Escola: Governador do Estado, altas autoridades do ensino e da saúde e representantes do SESP, entidade financeira da obra. A contribuição do SESP está perpetuada na placa que se encontra na entrada da Escola, com a inscrição:

Figura 16 - Placa de confirmação da “Política da Boa Vizinhança SESP/EEUSP”

6.6.3 A criação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Em novembro de 1941, Edith Fraenkel deixou o cargo de Superintendente Geral do Serviço de Enfermagem, do Ministério da Educação e Saúde, e foi comissionada pelo Governo Federal junto à Faculdade de Medicina de São Paulo para organizar a Escola. Além de Edith Fraenkel, algumas outras enfermeiras também vieram do Rio de Janeiro para auxiliá-la, entre elas podem ser citadas: Luiza Then Araújo, da 1ª turma da Escola Anna Nery, Hilda Anna Krisch, que havia feito o curso na Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano, em São Paulo, complementado na Escola Anna Nery, em 1936, Zélia Constantino Carvalho, formada em 1931, Haydée Guanais Dourado, Maria Cecília Penteado e Raquel Weingarten¹⁹.

Várias delas passaram a ajudar também na organização do Hospital das Clínicas, que serviria de campo de estágio das alunas. Outras

chegaram logo depois que o curso teve início, tais como Yolanda Lindemberg Lima, Iracema Isabel Niebler e Clarice Della Torre Ferrarini, todas formadas pela Escola Anna Nery. Esta última foi posteriormente designada Diretora da Divisão de Enfermagem, do Hospital das Clínicas, nela permanecendo longos anos, e onde programou um modelo de liderança, organização e de assistência de enfermagem que serviu de exemplo para a grande maioria dos hospitais criados posteriormente no Brasil e mesmo na América Latina⁸.

Figura 17 - Folheto de divulgação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Fonte: Fundo SESP/COC/FIOCRUZ.

Figura 18 - Construção da Escola de Enfermagem da USP (fase inicial)

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA

Figura 19 - Construção da Escola de Enfermagem da USP (fase final)

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA

Na época da criação da Escola a assistência à saúde estava concentrada nos primeiros hospitais gerais criados no Brasil, as Santas Casas de Misericórdia, sendo que a da cidade de São Paulo foi fundada por volta de 1560, onde foram formados núcleos incipientes de serviços de

enfermagem, dirigidos por religiosas que treinavam leigos para prestarem a assistência aos doentes⁷⁶.

A recepção ao forasteiro, ao imigrante e a elaboração de uma consciência sobre o problema dos pobres, enjeitados, loucos e todo tipo marginalizado, foi construído antes nos espaços da Misericórdia, para depois serem eles absorvidos também pela administração republicana. O primeiro e mais importante desses esforços, foi a busca pela modernização do atendimento médico, que se efetivou com a criação das novas instalações da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, mantenedora dos hospitais mais antigos da cidade⁷⁶.

Khoury (2004) afirma que a Santa Casa de Misericórdia é uma das mais antigas instituições de assistência hospitalar em funcionamento na cidade de São Paulo. Outro hospital criado basicamente para atender a numerosa colônia portuguesa era o Hospital São Joaquim, atualmente Hospital da Beneficência Portuguesa, também dirigido por congregação religiosa que assegurava um ambiente de respeito e confiança que muito agradava aos doentes hospitalizados e familiares⁷⁷.

No final do século XIX, médicos paulistas iniciaram um movimento que determinou a criação da Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia, pela Lei Estadual n. 19, de 24 de novembro de 1891. Somente se tornou realidade com a Lei n. 1.357, de 19 de dezembro de 1912, estabelecendo o curso da Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo, posteriormente, Faculdade de Medicina e Cirurgia (atual Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo)⁷⁶.

Em outubro de 1898 foi organizada a Escola Livre de Farmácia, oficializada em setembro de 1899, concedendo a seus diplomados o direito de exercerem a arte farmacêutica. Os cursos de odontologia e obstetrícia foram criados e passaram a funcionar em 1900, e o nome da Escola foi mudado para Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo. O curso de obstetrícia funcionou na Maternidade de São Paulo até 1911, quando foi extinto e substituído, a partir de março de 1912, pela Escola de

Parteiras, na mesma Maternidade. Em 1931, passou a chamar-se Escola de Obstetrícia e Enfermagem Especializada e, em 1939, foi anexada à cadeira de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina com o nome de Curso de Enfermagem Obstétrica. Em 1944, mudou-se da Maternidade de São Paulo para o Hospital das Clínicas e, em 1962 passou a integrar a Universidade de São Paulo com o nome de Escola de Obstetrícia, anexa ao Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina. Finalmente, em 1971, foi integrada à EEUSP^{64,76}.

Em 1918, foi montado, junto à Faculdade de Medicina um Laboratório de Higiene, que em 1924 foi transformado no Instituto de Higiene, sob a direção do Professor Geraldo de Paula Souza. E, por iniciativa do Instituto de Higiene foi criado um curso para nutricionistas, em outubro de 1939, constituindo hoje o Departamento de Nutrição, da Faculdade de Saúde Pública, nome atual do antigo Instituto de Higiene⁷⁶.

Em 25 de janeiro de 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, pelo Decreto Estadual n. 6.283/34, e as diversas instituições superiores existentes, como a própria Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Farmácia e Odontologia e outras foram sendo incorporadas a esta Universidade. O último curso a ser criado na Universidade, à época, foi o de enfermagem. Vale ressaltar que, na verdade, ele foi o quarto curso a ser criado na cidade, depois das Escolas do Hospital Samaritano, em 1894, da Cruz Vermelha Brasileira, Filial de São Paulo, em 1914, e do Hospital São Paulo, em 1938. Posteriormente, e até a década de 1950, foram criadas outras duas Escolas: a do Hospital Santa Catarina, em 1955, e a Escola de Enfermagem São José, na Santa Casa de Misericórdia, em 1959⁷⁸.

Para atender a nova prática de saúde, que começava a deixar de lado a saúde pública e priorizava o atendimento às necessidades individuais, foi criado, em 1940, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o primeiro do gênero no País. Seu objetivo básico era servir de campo prático para estudantes de medicina, mas

também para a aprendizagem de outras categorias profissionais da saúde: como a Enfermagem.

O Decreto-Lei Estadual N.º 13.040/1942, que criou a Escola de Enfermagem de São Paulo como parte integrante da Universidade de São Paulo, anexa à Faculdade de Medicina, teve como finalidade preparar enfermeiros para os serviços de saúde pública e hospitalares e de habilitar os diplomados por escolas estrangeiras, assegurava sua autonomia dentro da jurisdição da Faculdade e dispunha sobre: a existência do curso normal de enfermagem, de três anos de duração e de cursos pós-graduados; o elenco das disciplinas do curso normal de enfermagem e sua seriação; a obrigatoriedade dos estágios no Hospital das Clínicas e no distrito sanitário do Instituto de Higiene; os requisitos para a admissão ao curso, que constavam da exigência de diploma de Escola Normal ou certificado de conclusão do ginásio e idade entre 18 e 35 anos^{8,79}.

Na fase final de construção do Hospital das Clínicas, foi reservado a ala esquerda do 5.º andar para o funcionamento da parte administrativa da Escola e do 6.º, para residência das alunas. Posteriormente, também a ala direita do 10.º andar foi cedida à Escola para residência de alunas⁸.

Figura 20 - Hospital das Clínicas de São Paulo - FMUSP

Fonte: Memorial Histórico da Medicina de São Paulo. 1940/1941

Figura 21 - Mapa do Complexo HCFMUSP e da Escola de Enfermagem da USP

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana – CHCEIA

A Fundação Rockefeller, por meio de seu Conselho Sanitário Internacional, dispôs-se a colaborar financeiramente para a construção e o equipamento da Faculdade de Medicina e do Instituto de Higiene, mas estipulava, como uma das condições para o auxílio financeiro, a criação de uma escola de enfermagem, nos moldes da Escola Anna Nery.

Do relatório de Edith de Magalhães Fraenkel, organizadora e primeira Diretora da Escola de Enfermagem da USP, apresentado por ocasião de seu afastamento da Escola, em 1955, consta que a ideia original foi do Dr. George Saunders, da Fundação Rockefeller, que se comprometeu com a concessão de bolsas de estudo a seis educadoras sanitárias para fazerem o curso de enfermagem nos Estados Unidos ou no Canadá, além de auxílio financeiro para a instalação da biblioteca e dos laboratórios da Escola⁸⁰.

Enviada pela Fundação Rockefeller, a Chefe da Seção de Enfermagem da Fundação, Miss Mary Elizabeth Tenant pronunciou-se assim junto às autoridades governamentais do Estado:

Estamos convencidos de que todo novo progresso no ensino médico, na hospitalização e cuidado do doente, e bem assim no ramo da saúde pública e higiene, no Estado de São Paulo, tudo depende, em grande parte, da organização da enfermagem em um alto padrão profissional (Carvalho, 1980, p.29)⁸.

O interesse imediato da Fundação Rockefeller na criação de uma Escola de Enfermagem em São Paulo, e o auxílio que estava dando ao Governo deste Estado não visava apenas São Paulo, mas objetivava uma repercussão em todo o País. Ainda, a entidade deveria ter a primazia sobre outros projetos, em virtude da possibilidade da instalação da Escola junto à Faculdade de Medicina, ao Instituto de Higiene e ao Hospital das Clínicas de São Paulo⁷⁵.

Miss Tenant explicou ao Ministro Gustavo Capanema, da Educação e Saúde, que a Fundação Rockefeller considerava a sua

contribuição à criação do Instituto de Higiene de São Paulo, como também a contribuição à Faculdade de Medicina, não como doação somente ao Estado de São Paulo, mas doação para a solução dos problemas do ensino médico e de higiene, para todo Brasil. O Ministro assegurou que o Governo Federal prestaria a colaboração possível à Escola de Enfermagem de São Paulo⁸.

Edith Fraenkel, que se mostrou disposta a aceitar a direção da nova Escola (desde que oficialmente convidada), impunha, entretanto, a condição de ter liberdade na escolha do seu corpo docente⁸.

Como bolsista da Fundação Rockefeller, havia seguido em 1939 para os Estados Unidos e Canadá, por um ano e meio, para observar e estudar a organização de escolas de enfermagem, entre elas as das Universidades Vanderbilt, John Hopkins e de Boston, nos Estados Unidos, e da Universidade de Toronto, no Canadá, preparando-se para o cargo de diretora da nova Escola. Fez estágio, também, na Divisão de Enfermagem do “Teacher’s College” da Universidade de Colúmbia, em New York⁸¹.

De volta dos Estados Unidos, Edith Fraenkel assumiu em 1941 os trabalhos de planejamento da Escola e iniciou a elaboração do Regulamento e os entendimentos com as autoridades sobre sua instalação⁷⁹.

Em outubro de 1941, o engenheiro Ernesto de Souza Campos, que era também médico e professor da Faculdade de Medicina, submeteu à apreciação do Professor Benedito Montenegro, diretor dessa Faculdade, o primeiro projeto para a construção da Escola, o qual não foi aproveitado em virtude do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) haver decidido financiar a construção da Escola. Assim, foi aprovado e executado o planejamento feito pelo arquiteto do próprio SESP⁸.

Souza Campos iniciava o programa descritivo deste projeto com longa citação sobre padrões para escolas de enfermagem retirada do “A Curriculum Guide for School of Nursing” da *National League of Nursing Education*, editado em New York, em 1937. Mesmo abandonado enquanto

um projeto de edificação, o Curriculum Guide orientou as formulações do currículo pleno da Escola por mais de uma década⁸.

No dia 31 de outubro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei Estadual N.º 13.040, assinado pelo Interventor Federal Fernando Costa e por Theotonio Monteiro de Barros Filho, Secretário da Educação e Saúde, que finalmente criava a Escola de Enfermagem de São Paulo. Em dezembro, Edith Fraenkel foi nomeada, em comissão, para dirigir a nova entidade, tendo entrado no exercício desse cargo no dia 2 de janeiro de 1943, após mais de ano de trabalho preparatório efetivo junto à futura entidade e ao Hospital das Clínicas. A própria Edith Fraenkel menciona no relatório do ano de 1944: “de 1942 a 1943 foi o tempo utilizado exclusivamente em organização e preparo prévio do Hospital das Clínicas e da Escola [...]”⁸¹.

Participou na qualidade de Secretária, da Comissão criada para estudar os planos de construção de edifício destinado a abrigar a sede da escola e do internato para as alunas. Foi um período de trabalho intenso, dividida entre a organização e instalação do serviço de enfermagem do hospital e o planejamento de todas as atividades iniciais da escola, inclusive de alojamento para as estudantes, visto o regime de internato ser obrigatório na época⁷².

A Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo, foi criada pelo Decreto-lei n. 13.040, de 31 de outubro de 1942. Sua história foi minuciosamente narrada por uma das docentes desta Escola, Amália Corrêa de Carvalho e publicada em 1980⁸.

Figura 22 - Edith de Magalhães Fraenkel e Nelson Rockefeller, na construção da EEUSP, em 1944. Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana

Em 1944, a diretora recebeu a colaboração da enfermeira norte-americana Ella Hasenjaeger, portadora do título de Mestre em Enfermagem concedido pelo *Teacher's College* da Universidade de Columbia, New York⁸.

Ella Hasenjaeger, autora do livro "Assepsis in Communicable Disease Nursing"⁸², que aborda sobre as técnicas de assepsia utilizadas pela enfermagem em doenças infectocontagiosas naquela época. Ella

ajudou Edith Fraenkel no planejamento do currículo e efetivação de três estágios do curso: enfermagem em moléstias infectocontagiosas e enfermagem pediátrica, ambos realizados na Santa Casa de Misericórdia de Santos e de enfermagem psiquiátrica, no Hospital Central do Juqueri, na capital^{19,81}.

Figura 23 - Ella Hasenjaeger, consultora norte-americana da EEUSP: 1944-1951

Fonte: Carvalho, 1980.

Consta no relatório de Edith Fraenkel, correspondente ao ano de 1947, as seguintes informações sobre os estágio:

[...] 1) Enfermagem psiquiátrica:

Devido às dificuldades de transporte, fomos obrigadas a transferir nosso campo de trabalho e observação, do Hospital Central do Juquerí, para o Sanatório Pinel em abril de 1947.

A Escola possui atualmente uma caminhonete para transporte àquela instituição.

2) Enfermagem pediátrica e moléstia transmissíveis:

Não se achando ainda em funcionamento êsses 2 serviços no Hospital das Clínicas, as estudantes fazem esses estágios na Santa Casa da Misericórdia de Santos.

A Supervisão nestes setores só foi possível pela cooperação inestimável de Miss Ella Hasenjaeger, Consultora de Enfermagem desta Escola que, não medindo sacrifícios nem conhecendo dificuldades, chefiou inteligentemente aqueles serviços. [...] ⁸³

A primeira turma, classe de 1946, se diplomou marcada pelo pioneirismo da inovação trazida pela contribuição valiosa de Ella Hasenjaeger para o ensino e as práticas das alunas de enfermagem.

Figura 24 - Diplomadas da turma de 1946 (*in memoriam*, uma das alunas da primeira turma, Dra. Amália Corrêa de Carvalho)

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana

A Escola prosperou rapidamente, apesar de instalada no Hospital das Clínicas o desconforto da situação, tanto na parte administrativa como nos andares destinados à residência das alunas, não impediu seu progresso¹⁹.

Em 31 de outubro de 1947, foi inaugurado oficialmente o prédio da Escola, com acomodação para 168 estudantes, facilidades para estudo e recreação.

Preocupada com a saúde das alunas internas, a intensidade dos trabalhos nos diversos serviços do HC, Edith Fraenkel, manteve um ambulatório e uma pequena enfermaria, conhecida como “Sala da Saúde”,

para atendimento das mesmas que apresentassem enfermidades sem gravidade, de pronta recuperação⁸³.

A assistência de enfermagem era prestada pelas próprias estudantes com a supervisão de uma das docentes enfermeiras da Escola, em estágio regular. Além desta supervisão, a “Sala da Saúde” recebia a visita diária de um médico, que em geral, era responsável também pelo ensino da disciplina Patologia. O atendimento no ambulatório era estendido a todos os servidores da Escola. A extinção do internato em 1973 tornou a Sala de Saúde desnecessária¹⁹.

A propósito de sua construção, o jornal Estado de S. Paulo publicou a matéria na qual explicitava as qualidades de suas instalações e o arrojo de sua arquitetura:

[...] Fica ali junto ao Hospital das Clínicas, num amplo, confortável e moderno edifício, construído especialmente para receber as jovens aspirantes a enfermeira, que vêm de todos os recantos do Brasil, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. À primeira vista a escola já impressiona bem. Suas sacadinhas, cada qual correspondendo a um quarto, o gramado da frente, suas linhas simples e modernas, tudo isso lhe dá um aspecto acolhedor e amigável. Na frente ficam as salas de aula, biblioteca e laboratórios, onde as alunas recebem um cuidadoso aprendizado teórico e técnico de todas as matérias do curso. O salão de festas, de teto arredondado, é muito original, com formato de uma grande concha. Aí as alunas dançam, recebem as pessoas amigas. O pátio interno é também agradável e ameno, onde se pode descansar após um longo dia de trabalho, conversar e distrair-se. Os quartos são todos individuais, com armários e estantes embutidos, tudo cômodo, alegre e moderno, com uma ampla janela, e uma porta que dá para a sacadinha. E em cima de tudo, dominando uma vista maravilhosa, o grande terraço, talvez mais belo que os famosos jardins suspensos [...]⁸⁴

A equiparação Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) foi efetuada pelo Decreto Federal nº 21.965, de 21 de outubro de 1946, em vista de Relatório favorável apresentado pela enfermeira Rosaly Taborda, designada pelo Ministério da Educação e Saúde para essa verificação por indicação da Escola Anna Nery. Por força do

Decreto Federal nº 20.109/31, que regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para equiparação das escolas de enfermagem, a Escola Anna Nery foi considerada oficial padrão à qual as demais, oficiais ou particulares, deveriam equiparar-se. 2

Como já mencionada dantes, em 1949, foi promulgada a primeira lei federal regulando o ensino de enfermagem, a Lei nº 775/49, que definiu dois níveis básicos para o ensino de Enfermagem: o curso de enfermagem, que deveria ser em trinta e seis meses, e criação do curso de auxiliar de enfermagem, a ser realizado em dezoito meses, e que transformou as escolas equiparadas em escolas reconhecidas. O processo de adaptação da EEUSP, adequando-se a esta lei foi prorrogado até 1954, com a aprovação do novo regulamento, baixado pelo decreto estadual, Decreto nº 23.796 de 10 de novembro de 1954⁷⁹.

6.6.4 Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem

O movimento associativo, fundado em 1926 por enfermeiras diplomadas e professoras da Escola de Enfermagem Anna Nery, Rio de Janeiro, contava, desde sua origem, com a presença marcante de Edith de Magalhães Fraenkel, que além de criar a primeira Seção da ABEn, no Brasil, era efetivamente uma líder da enfermagem paulistana, diretora da Escola de Enfermagem de S. Paulo e colaboradora do Hospital das Clínicas, em espaços anexos à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Como pioneira da Enfermagem brasileira, D. Edith Fraenkel impulsionou o movimento associativo para além do Rio de Janeiro; organizou o primeiro evento de natureza científica juntamente com Maria Rosa Sousa Pinheiro, Gleite de Alcântara, Amália Corrêa de Carvalho, Anayde Corrêa de Carvalho, Clarice Ferrarini, Ruth Borges Teixeira, Madre Marie Domineuc, bem como Ella Hansenjaeger, consultora americana, que atuou na Escola de Enfermagem nas décadas de 1940 e 1950¹⁹.

As líderes desse período representavam a nova formação e orientação profissional da enfermagem brasileira, pois a formação anterior, como atesta a historiografia, voltava-se para questões de saúde pública, restringindo a atuação da enfermagem a campos específicos do cuidado, sem priorizar demandas da saúde do trabalhador e saúde mental⁸⁵.

O Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem (posteriormente denominado Congresso Brasileiro de Enfermagem), instalado em 17 de março de 1947 como parte das comemorações da fundação do prédio modernista da Escola de Enfermagem de S. Paulo, apontou a necessidade premente de re-orientação da formação profissional, capacitar postulantes e profissionais para uma atuação voltada à administração dos serviços de enfermagem, especificamente, em ambientes hospitalares⁸⁶.

Os acontecimentos que precederam os primeiros congressos de enfermagem, assim como os que se desenvolveram do decorrer da realização de cada um, mostram ter havido certa uniformidade de planejamento e de execução, respeitadas as diferenças da época em que aconteceram.

O movimento associativo teve sua razão de ser e sua gênese merece destaque na história da enfermagem brasileira, pois sob a liderança de Edith Fraenkel esse movimento se firmou a partir da EEUSP, na década de 1940, quando se planejou e concretizou o Primeiro Congresso Nacional da Enfermagem. As ações e intencionalidades do movimento associativo em enfermagem foi, desde o seu início, congregar enfermeiras em torno de seus interesses, sejam voltadas para as questões do ensino, da formação, seja na atenção às demandas assistenciais, gerencias, dentre outras, como a capacitação da própria enfermeira para liderar sua equipe de trabalho. Nesse contexto, as ações iniciadas por Edith de Magalhães remontam a reunião com enfermeiras americanas da Missão Parsons e dirigentes da Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1926⁹.

A ideia da criação de um primeiro evento nacional, que mobiliza e agregasse forças das enfermeiras, foi registrada na reunião mensal de 12 de

junho de 1945, a presidente da ABED, Zaíra Cintra Vidal, propunha que a Associação realizasse um congresso nacional de Enfermagem, em setembro do ano corrente, no Distrito Federal. Mas também essa ideia era compartilhada por outras lideranças da enfermagem da época como a Madre Marie Domineuc, que disse a respeito desse acontecimento que a criação de novas escolas de enfermagem, de 1933 a 1945, permitiria esperar um crescimento mais rápido da profissão⁹.

A análise do que se passava no ambiente profissional paulista da década de 1940 possibilita a percepção de que, como “éramos tão poucas [...] a unidade da Associação Nacional parecia indispensável à evolução. As experiências de colaboração com mais assistentes sociais em 1943 e com as religiosas enfermeiras em 1944 haviam provado que o programa era “*caminhar juntos*”, Daí a sugestão para que fosse realizado um congresso nacional⁸¹. Isto mostra que a D. Edith Fraenkel era uma líder que não trabalhava de forma isolada; ao contrário, pessoas de seu círculo social de convivência foram imprescindíveis na concretização do movimento associativo paulista e propulsionaram a profissão, tornando-a mais (re)conhecida na sociedade.

Edith de Magalhães Fraenkel, acolhendo sugestão de Madre Marie Domineuc, fez realizar em São Paulo, o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, no recém inaugurado edifício da Escola de Enfermagem, onde hospedou todas as congressistas vindas de diversos Estados do país. Por ter sido o primeiro, e por sua excelente programação, constituiu um grande sucesso e foi o início de uma série de congressos anuais em que os problemas da profissão, dos profissionais e das escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem eram discutidos, solucionados ou encaminhados para estudo e soluções posteriores. Mais uma vez inovou, tendo sido a primeira presidente de uma Seção Estadual da Associação, a única existente na ocasião, a vencer barreiras consideradas intransponíveis e reunir a cúpula da enfermagem brasileira para a discussão dos problemas da classe. Sob sua inquestionável liderança foram dados os primeiros passos para a união das enfermeiras em torno dos múltiplos problemas a

serem estudados em conjunto a fim de conseguir resultados satisfatórios para todos, do Rio Grande do Sul ao Amazonas¹⁹.

Zaíra Cintra Vidal recebeu a seguinte carta de Edith Fraenkel, a 3 de outubro de 1946:

A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, da Seção de São Paulo, deseja convidar a associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas para um congresso sobre enfermagem a realizar-se, provavelmente, em março p. f. Pensamos que o Congresso terá, no máximo, a duração de uma semana devendo ser ventilados estudos referentes ao ensino de enfermagem, enfermagem de Saúde Pública e outros, todos relacionados com aspectos gerais da enfermagem no Brasil e no mundo em geral.

É de se esperar que o prédio da Escola de Enfermagem de São Paulo já se encontre quase pronto, podendo oferecer nessa ocasião residência às enfermeiras.

Assim sendo, esperamos ansiosamente que todas possam nos dar o prazer de vir até São Paulo, e que nos auxiliar também a preparar o programa que deverá estar pronto antes [...] (Carvalho, 2008, p.345)⁹

O I Congresso Nacional de Enfermagem foi, portanto, realizado por iniciativa da ABEn – Seção de São Paulo, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; teve como lema “Elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”¹⁹.

Figura 25 - Elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”

Fonte: Aben – Seção São Paulo.

O que nos chama atenção em relação ao 1º Congresso Nacional de Enfermagem foi a divulgação feita do evento ao destacarem o propósito dessa congregação no sentido da busca de um “programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”. Nesse sentido, ainda, percebe-se a força propulsora que as unia em torno

da formação profissional, mais ainda na questão da divulgação e do (re)conhecimento social. Assim, no Folhetim de divulgação do evento, destacam-se: a identificação do Estado de São Paulo no cenário nacional; a inserção da “Lâmpada”, símbolo da Enfermagem moderna, como para dizer que São Paulo se moderniza com a Enfermagem Profissional e também as cores que impregnam o mapa do Brasil, para dizer, a alegria que deve unir as enfermeiras para esse evento, tão significativo como sendo o primeiro e marcante na história da profissionalização da enfermagem brasileira.

A responsabilidade do planejamento e execução do programa científico esteve a cargo das Divisões de Educação e Saúde Pública. Assim, a Comissão de Programa foi organizada com os seguintes membros: Ella Hasenjaeger (presidente); Marieta March, secretária; Madre Marie Domineuc, Edith de Magalhães Fraenkel, Lucia Jardim, Aleluia Frota Salles, Madre São Geraldo. Para auxiliar essa comissão foram organizadas subcomissões presididas por: Corina Berlinck (responsável pela exposição em geral); Glete de Alcântara (exposição de Enfermagem); Ruth Borges Teixeira (hospedagem) e Zilda Almeida Carvalho (propaganda).

À sessão inaugural, presidida por Edith Fraenkel, estiveram presentes ou representados, o ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, o ministro da Aeronáutica, o governador do Estado, Ademar de Barros, o reitor da Universidade de São Paulo, Benedito Montenegro e o diretor do Departamento Nacional de Saúde. Compareceram, também, cerca de vinte oficiais brasileiros e norte-americanos e enfermeiras a serviço da Força Aérea Americana, no Brasil. A saudação às congressistas e convidados foi feita pela presidente da Seção de São Paulo, Edith M. Fraenkel, que, em poucas palavras, focalizou direta e objetivamente alguns princípios básicos para o ensino de Enfermagem:

[...].A análise do estado atual da enfermagem no Brasil demonstra dois fatos fundamentais: em primeiro lugar a desproporção existente entre o número de enfermeiras diplomadas e o número das que são necessárias para uma boa enfermagem; em segundo lugar o perigo que pode

representar, quer moral quer profissionalmente, a tendência de sanar essa lacuna permitindo-se a formação rápida e incompleta de enfermeiras. A pressa é inimiga da perfeição.

A instalação deste Congresso visa exatamente esses dois pontos: há a necessidade de se fomentar a vocação, de se aumentar o número de profissionais, mas é necessário, também, que se dê um preparo técnico apurado e que se mantenha em dia esse preparo. (Carvalho, AC. Edith de Magalhães Fraenkel. São Paulo, EEUSP, 1992, p. 55)¹⁹

Na abertura do evento, Edith concluiu sua breve saudação, desejando que todas as enfermeiras tivessem sempre em mente que a “a união das enfermeiras é o fator principal do desenvolvimento da profissão”¹⁹.

As decisões mais relevantes aprovadas pelo Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem foram⁸⁷:

- a) Recomeçar os trabalhos visando à criação do Conselho Federal de Enfermagem, assunto que já havia sendo discutido e que desde 1944 constituía item importante dos planos de trabalho da diretoria da Associação e de iniciativas das enfermeiras junto às autoridades competentes;
- b) Considerando o retorno ao regime Democrático, que voltasse a funcionar, como Divisão de Enfermagem nos moldes das Divisões de Organização Sanitária e Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, o antigo Serviço de Enfermeiras, desmembrado, pela reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1939;
- c) Escolas de Enfermagem deveriam acrescentar ao ensino teórico da psiquiatria, estágios mínimos de dois meses, em hospital de doença mental, considerando a falta de preparo das enfermeiras no ramo da psiquiatria, cuja importância se expandia no campo da medicina;
- d) Estimular a criação de cursos especializados, em nível universitário, para enfermeiras chefes e supervisoras, em

Escolas de Enfermagem e Hospitais interessados, considerando que os serviços se ressentem da falta de preparo especializados de chefes em administração e ensino e que os cursos básicos de enfermagem só preparam as enfermeiras para a educação sanitária do público e do cuidado do paciente;

- e) O II Congresso Nacional deveria ser realizado sob os auspícios da Secção do Distrito Federal (Rio de Janeiro) da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, em 1948;
- f) A ABED deveria apresentar ao Conselho Internacional de Enfermagem - ICN, convite para a realização, no Brasil, do Congresso Internacional.¹⁴

Figura 26 - Folheto Propaganda Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem

Fonte: Fundo SESP/COC/FIOCRUZ

O material de divulgação do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, promovido pela Associação de Enfermeiras Diplomadas – ABED, em 1947, nas dependências da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo é relevante para a análise das representações da enfermagem. Significativamente, o material apresentado, em primeiro plano, retratava uma enfermeira, sócia a caminho do congresso, como sendo uma mulher elegante, moderna e emancipada. A aeronave e o

cenário urbano de onde emergem outras duas sócias caracterizavam o perfil desejado. Destemidas, as profissionais são representadas como mulheres politicamente atuantes, decididas a transpor barreiras, inclusive geográficas, em prol da consolidação da identidade profissional e da legitimidade do exercício de suas funções³.

Figura 27 - O material de divulgação do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, promovido pela Associação de Enfermeiras Diplomadas – ABED, em 1947.

Fonte: Fundo SESP/COC/FIOCRUZ.

³ Souza Campos PF; Takashi MH. Exposição Memória e História de Enfermagem do I Congresso de Enfermagem. In: 61º Congresso Brasileiro de Enfermagem. Fortaleza-CE. Dezembro, 2009.

No fim do Primeiro Congresso, o número de associadas na Secção de São Paulo, que era de 29, inicialmente, mais do que dobrou, atingindo o número de 64 associados, demonstrando alto espírito associativo num grande empreendimento, de acordo com o objetivo do Congresso.

Os problemas suscitados e as deliberações do Primeiro Congresso de Enfermagem são indicativos da primazia da liderança paulistana frente à enfermagem profissional no pós-1930. O evento marcou poderosamente novas diretrizes da enfermagem nacional, sobretudo, no que concerne a questão acadêmica, pois tornava patente a identidade pretendida para a nova formação profissional preconizada, qual seja uma enfermagem de liderança, voltada para a clínica e administração dos serviços de enfermagem, para a saúde mental e do trabalhador.

Para comemorar essa primeira congregação de enfermeiras brasileiras e homenagear as hóspedes de São Paulo, foi solicitada, ao grande poeta paulista Guilherme de Almeida, uma poesia sobre a Enfermeira. A solicitação foi atendida com “A mão que nunca falta”, publicada em *Anaes de Enfermagem* de abril-junho de 1947:

A Mão que nunca falta

Podem faltar em nossa vida, um dia,
A mão do amor materno, que abençoa,
E a mão amor-amor, que acaricia.
Mas, resta sempre a mão paciente e boa
de alguém, que baixa despercebida:
- a mão que colhe a lágrima dolente,
a mão que estanca o sangue da ferida,
a mão que enxuga o suor da fonte ardente,
a mão que toma a pulsação da vida...

Podem faltar em nossa vida, um dia,
a mão do amor materno, que abençoa,
e a mão do amor-amor, que acaricia.
Mas, resta sempre a mão paciente e boa,
a mão útil de uma íntima estrangeira:
a mão piedosa e sábia da enfermeira.

Guilherme de Almeida

Figura 28 - Grupo de enfermeiras que participou do evento com destaque para Ella Hasenjaeger, que atuou como consultora na EEFMUSP, cujos esforços introduziram o ensino da psiquiatria no currículo da Escola, bem como a presença de Filhas da Caridade da Ordem de São Vicente de Paulo.

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana

7 DESDOBRAMENTOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO PAULISTA DA ENFERMAGEM NA DÉCADA DE 1940

7.1 A ENFERMEIRA-CHEFE

Uma das decisões marcantes do I Congresso Nacional de Enfermagem consistiu na criação de cursos especializados para a formação de Enfermeiras-Chefes e supervisoras em escolas de enfermagem e em hospitais.

A decisão do I Congresso Nacional de Enfermagem sobre a criação de cursos especializados para a formação de Enfermeiras-Chefes e supervisoras era plenamente compreensível, considerando-se a premente necessidade pontuada por líderes nacionais e internacionais (como Miss Mary Elizabeth Tennant e a própria Edith de Magalhães Fraenkel), que já havia pontuado a necessidade de formar profissionais competentes, atendendo às demandas da época. Estas, como era de se supor, estavam ligadas ao cenário da prática médica hospitalar, e nesse cenário, a enfermeira chefe e suas supervisoras eram, indiscutivelmente, a chave do sucesso para a prática médica curativo, seja participando do momento do planejamento ao da consecução do plano assistencial e gerencial, seja na organização dos espaços, na disciplina dos seus agentes. Com isto, justificar-se-ia a presença e a ação gerencial tanto da chefe quanto das supervisoras nas instituições como o Hospital das Clínicas, celeiro de formação de gerações de profissionais da saúde.

No evento foram apresentados seis trabalhos referentes à temática da enfermeira chefe, que foram publicados na *Revista Anais de Enfermagem* do mesmo ano, no volume XVI, n.22⁸⁷.

Figura 29 - Revista Anais de Enfermagem. Publicação dedicada ao Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem. Fonte: Aben – Seção São Paulo.

A questão da formação de Enfermeira-Chefe como curso de Pós-Graduação, levantada no Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem partiu da necessidade de se incluir no currículo uma formação que priorizasse uma das funções primordiais e essenciais nos serviços de enfermagem, além da assistência: o ensino, a administração e supervisão.

A necessidade de uma formação ampliada ao gerenciamento e à prática de enfermagem foi identificada à medida que foi observada uma carência na formação das mesmas em relação ao gerenciamento e práticas educacionais.

Dos 12 trabalhos apresentados no I CNE, 6 foram levantados e apontavam os seguintes problemas referentes a essa temática, sendo assunto majoritário do evento⁸⁷:

1. Formação de Enfermeira Chefe – apresentado por Waleska Paixão, diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas (Belo Horizonte - MG): refere-se às condições para a formação das enfermeiras chefes e instrutoras: ambiente provável; oportunidade de exercer as funções e desenvolver as qualidades próprias de chefe; estímulo; instrução organizada. Também destaca o valor da enfermeira chefe sob o ponto de vista do paciente, das alunas de enfermagem e da administração da enfermaria. Aceita a colaboração técnica das enfermeiras norte-americanas
2. O valor da enfermeira chefe sob o ponto de vista da Diretora de Serviço de Enfermagem – apresentado por Zilda A. Carvalho, professora da EEUSP (São Paulo - SP): revela que as enfermeiras têm sido “amadoras” em papéis de chefia, apesar de toda boa vontade e desempenho. Aponta como causa principal das falhas a ausência de preparo especializado, sugerindo cursos de especialização para enfermeiras chefes e mostra como esse preparo beneficiaria o paciente, as alunas de enfermagem e administração da enfermaria.
3. O valor da enfermeira chefe sob o ponto de vista da Diretora do Serviço de Enfermagem – apresentado por Berila Pinto de Carvalho, chefe do Departamento de Enfermagem da Santa Casa de Misericórdia de Santos (Santos - SP): reconhece a necessidade de formação especializada para a função de enfermeira chefe. Revela que a ajuda norte-americana para tal fim é positiva, solicitando-a para a Santa Casa de Misericórdia, em Santos (SP).

4. O valor da enfermeira chefe sob o ponto de vista da estudante – apresentado por Maria José de Almeida Leite, recém diplomada da EEUSP (São Paulo-SP): Lista a dez qualidades descritas por Ordway, considerando requisitos que uma líder deve ter, sendo elas: 1) Energia e força mental; 2) Senso de responsabilidade e direção; 3) Entusiasmo; 4) Afabilidade; 5) Honestidade; 6) Domínio da técnica profissional; 7) Decisão; 8) Inteligência; 9) Facilidade para ensinar; 10) Confiança. Comenta o desenvolvimento das mesmas na enfermeira chefe. Posiciona-se contra as limitações da enfermeira chefe nas atividades de “escrituração” e fiscalização do serviço, sendo preciso assumir papel de instrutora e orientadora, que lhes estimulasse o trabalho e desse exemplo.
5. Programa para cursos de enfermeira chefe – apresentado por Maria Rosa Sousa Pinheiro, vice-diretora da EEUSP (São Paulo - SP): mostra como a situação nacional exige a criação imediata de cursos para enfermeira chefe, que deveriam ser realizadas “*in loco*”, em tempo parcial. Conclui dizendo que deveriam ser organizados cursos de emergência como elementos especializados de fora e que procurasse preparar pessoal do Brasil, enviando enfermeiras aos Estados Unidos para seguimento dos cursos regulares de Administração e Supervisão. Traz o programa completo para o curso de emergência de administração e supervisão.
6. Como proporcionar supervisão para enfermeira chefe – apresentada por Irmã Matilde Nina, diretora da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac (Rio de Janeiro – RJ): relata como foi realizada a supervisão das enfermeiras chefe, no Distrito Federal (referindo-se à época: Rio de Janeiro), através da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, e a atuação de Miss Catharine Kaine colocada à disposição da Escola pelo SESP.

Um exemplo da atuação das enfermeiras ao qual houve a percepção do despreparo em questão, foi a Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), criada em 1946, que adotou a hospitalização como base de seu programa, segundo os conceitos da moderna organização hospitalar, incluindo a utilização de novos equipamentos, normas e rotinas, métodos e técnicas⁸⁸.

Segundo Barreira (2005), a enfermeira de "alto padrão" era considerada pela Campanha como elemento indispensável à garantia da qualidade dos serviços oferecidos e hospitalares. Para tanto, a Campanha demandava enfermeiras que fossem capazes de organizar, não somente o serviço de enfermagem de um hospital, mas também de elaborar normas e rotinas para cada serviço e para cada cargo; prever, quantificar, especificar e avaliar materiais e equipamentos de todos os tipos; recrutar, selecionar e treinar diversas categorias de pessoal auxiliar; chefiar e supervisionar grandes grupos de funcionários; implantar e manter as normas de serviço em funcionamento⁸⁸. Ou seja, configurava-se a necessidade da função do novo perfil de exigência: o da Enfermeira-Chefe.

Em 1950, a Campanha passou a contar com 92 enfermeiras em seu quadro, sendo criada a sua Superintendência de Enfermagem. As verbas destinadas para o pessoal de enfermagem eram elevadas e a remuneração compensadora; assim, a instituição era procurada por grande número de candidatas a emprego, apesar do medo do contágio^{88,89}.

O principal órgão de divulgação da ABED foi a *Revista Anais de Enfermagem*, veículo de grande importância para a divulgação das funções e atribuições das enfermeiras-chefes nos campos de estágio hospitalares e nos hospitais em geral.

A Enfermeira-Chefe, em meados do século XX, representava a enfermeira modelo, incumbida de ensinar pelo exemplo, pelas atitudes e valores morais e sócio-profissionais, sendo responsável pela assistência de enfermagem a pacientes da unidade onde as estudantes estagiavam, pelo

ensino às alunas de enfermagem e pela administração e supervisão de todos os fatores que englobavam a enfermagem sob sua responsabilidade⁹⁰.

Para Ella Hansenjaeger, consultora do IAIA/SESP junto à EEUSP, o sucesso de uma instituição de ensino deveria ser atribuído não apenas à habilidade de sua diretora, mas era necessário que esta reunisse ao seu redor um corpo eficiente de colaboradoras, as enfermeiras-chefes.⁴⁵ Ainda, segundo a autora, na formação da Enfermeira-Chefe deve-se ter conhecimento em neurologia, psiquiatria, doenças contagiosas, etc. que auxiliem na compreensão do desenvolvimento das condições e atitudes que contribuam para o bem estar do paciente⁹⁰.

A Enfermeira-chefe deveria ter um preparo especial, com ensino adequado e grande experiência profissional em ambiente hospitalar, tendo qualidades morais e intelectuais que possibilitassem lidar com seres humanos e ter o “dom da direção” para manter o interesse pelas questões sociais e ministrar os ensinamentos de modo eficiente aos seus auxiliares⁹¹.

É imprescindível que os gerentes dos serviços de enfermagem saibam requerer das instituições a responsabilidade administrativa, ética e legal de dimensionar o quadro funcional. Investir em recursos humanos e materiais⁹². Além disso, a prática educativa é de fundamental importância na enfermagem, tanto para o paciente quanto para o profissional. Assim, tanto a instituição formadora, quanto a de trabalho, tem a responsabilidade de propor programas apropriados às necessidades de qualificação em novas situações e reciclar o profissional, qualificando-os para as exigências assistenciais, tecnológicas ou para as mudanças necessárias frente à assistência e qualidade.

Outra questão que se colocava às escolas e aos cursos de enfermagem era concernente à questão, no currículo dos cursos de enfermagem, dos ideais de humanização da assistência e os imperativos da conduta ética com as premências da capacitação do aluno para atuar em um mercado de trabalho, no qual a atuação requerida do enfermeiro é, cada vez

mais, voltada para a gerência de processos e para procedimentos tecnológicos complexos.

Mas o maior desafio que as escolas de enfermagem tiveram que enfrentar desde o início da enfermagem moderna no Brasil foi o da produção do conhecimento. Não obstante todos os esforços, somente na virada do século XX para o século XXI, é que a enfermagem logrou firmar sua reputação de produtora de conhecimento na comunidade científica nacional e internacional. Isto se fez pela demonstração de sua capacidade de ampliar e renovar, através as gerações, o seu contingente de pesquisadores, o que passa necessariamente pela iniciação científica do estudante de graduação e o engajamento precoce do diplomado nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*⁹³.

Outro aspecto importante em relação à formação da enfermagem era, continua talvez sendo a falta de preparo e de conhecimento em relação ao trabalho científico, pois a maioria dos profissionais formados em nível universitário não percebia a pesquisa como parte integrante do seu cotidiano profissional, alegando a falta de tempo e suporte organizacional (recursos humanos, financeiros e materiais) como justificativa, mesmo sabendo que competia e continua competindo ao enfermeiro buscar sempre novos conhecimentos, de forma permanente, seja na literatura, revisões sistemáticas já elaboradas, às quais responderão os questionamentos sobre o melhor cuidado a ser prestado, bem como realizar uma avaliação crítica da sua aplicação ao seu cotidiano⁹⁴.

Para Freire (1998, p.44), a reflexão sobre a prática é um momento fundamental, pois “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Para o autor, o saber que a prática espontânea produz é um saber ingênuo. Porém, através da reflexão sobre a prática e com apoio nas pesquisas, este saber vai paulatinamente se tornando cada vez mais crítico⁹⁵.

7.2 ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA

A Saúde Pública no país foi uma temática importante no rol dos 12 trabalhos apresentados no evento; desse montante, 4 estavam relacionados à essa questão.

Uma das repercussões geradas pelo I CNE se concretizou, em 1948, por Edith Fraenkel com a reformulação do programa da Enfermagem de Saúde Pública, sua especialidade desde o início. Esta disciplina foi dividida em dois estágios: urbana e rural. O primeiro foi feito junto ao Centro de Saúde do Instituto de Higiene, hoje Faculdade de Saúde Pública da USP, e o rural, no Centro de Saúde de Araraquara, no interior de São Paulo, então mantido pela Fundação Rockefeller¹⁹.

Esta iniciativa, segundo Carvalho (1992), foi considerada pioneira no ensino de enfermagem, conferindo um dos marcos pioneiros trazidos pelo Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem¹⁹.

Nesta época, e como em todos os anos, a EEUSP realizou campanha de divulgação entre os jovens dos Estados da Federação sobre a profissão. Um *fôlder* criado pela Escola, naquele período, defendia a ação da enfermeira em Saúde Pública e também mencionava a necessidade de se aumentar o número de enfermeiras, cujo tema foi levantado no Segundo Congresso Nacional de Enfermagem, realizado no auditório do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, em julho de 1948, que teve como lema: “Aumentar o número de enfermeiras é contribuir para a Saúde Mundial”⁹.

Em relação ao I CNE, Emengarda de Faria Alvin, chefe do Centro de Saúde de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro), discutiu, em artigo publicado na Revista *Anais de Enfermagem*, no ano de 1948, a situação do contingente de enfermeiras no país, pontuando que havia pouquíssimas enfermeiras trabalhando e ingressando no setor do serviço de Saúde Pública. Ainda, no tocante ao trabalho mencionado, a autora concluiu que⁸⁷:

1. A remuneração no Distrito Federal (Rio de Janeiro), até àquela época, era inadequada, e na maioria dos Estados ainda continua sendo. Talvez seja esta explicação que se possa dar ao fato de tantas estudantes terminarem o curso, visando unicamente o serviço particular.
2. Com a crise da época e elevado custo de vida, trabalhar em Saúde Pública torna-se difícil para as estudantes, cujas famílias residam em outros Estados. Desta forma, uma solução mais fácil era permanecer na escola ou aceitar um cargo hospitalar, onde, na maioria dos casos a moradia ou ao menos a alimentação estava garantida.
3. As atividades da enfermeira de Saúde Pública são desinteressantes. Embora o estágio de saúde pública, feito pela aluna no último período do curso, seja o mais adequado possível, sendo-lhes oferecidas todas as facilidades e oportunidades de prática, não representava absolutamente a situação real do ambiente de trabalho em Saúde Pública. Em quase todos os serviços o trabalho rotineiro, emprestando-se uma importância exagerada ao fator “número”, abandonando-se muitas vezes o princípio: que a principal função da enfermeira de saúde pública é a educação sanitária, aproveitando ela todas as oportunidades que se lhe oferecem neste sentido, não devendo ser tolhida por dados estatísticos ou normas obsoletas.
4. O ambiente profissional, dificuldade do trabalho executado e pouco prestígio social, são fatores que afastam as recém-diplomadas do setor da saúde pública, acrescentando, ainda, muitas deficiências dos vários setores de trabalho, o problema insolúvel, na época, da tuberculose, a situação alimentar, a impossibilidade de internar doentes, a deficiência assistência social.

Para Castro Santos e Faria (2004), a crise da saúde pública nos anos 40 não significou ruína ou desmantelamento – conforme atesta o próprio SESP, mas uma mudança de prioridades por partes políticas públicas de Estado Novo, durante o qual a industrialização e o desenvolvimento econômico ocupariam papel central. Ainda, segundo os autores, a saúde perdeu espaço mesmo diante da educação (item do binômio “educação e desenvolvimento”) como tema de reformas⁹⁶.

Figura 30 - Uma profissão de futuro para jovens do nosso país

Fonte: Centro Histórico da Enfermagem Ibero-Americana

Figura 31 - Internato/Ensino teórico-prático na EEFMUSP

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana

Figura 32 - Equipamentos sociais que proporcionavam experiências às alunas da EEFMUSP.

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana

A ESCOLA DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

OFERECE:

1. Curso moderno de enfermagem, em 3 anos, com experiência nas seguintes Clínicas: Médica, Cirúrgica, Psiquiátrica, Neurológica, Dermatológica, Doenças Transmissíveis, Obstétrica, Pediátrica e de Saúde Pública (urbana e rural).
2. O curso teórico abrange as matérias dos seguintes grupos:
 - a. Ciências Biológicas e Físicas
 - b. Ciências Sociais
 - c. Enfermagem e Ciências Afins
 - d. Ciência Médica
 - e. Saúde Pública
3. Ao terminar o curso a estudante recebe o grau de Enfermeira concedido pela Universidade de São Paulo.
4. Residência e manutenção inteiramente gratuitas.

* *

REQUISITOS MÍNIMOS DE ADMISSÃO

1. Boa saúde
2. Curso Normal ou Ginásial (completo)
3. 18 anos de idade

Para outras informações, dirigir-se à Secretaria da Escola:

Av. Ademar de Barros, 440
Tel.: 51-9895 ou 52-5090
SÃO PAULO — BRASIL

em ambiente realmente propício.

Baile de formatura

Quarto de aluna

Serviço de Saúde da Escola

Figura 33 - Divulgação do curso e critérios de seleção das candidatas à EEFMUSP

Fonte: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana

A questão da Educação Sanitária e dos cuidados de enfermagem em domicílio foi levantada por Marieta March, assistente técnica de Enfermagem em Saúde Pública da Faculdade de Higiene de São Paulo, salientando a importância do aspecto educativo do “cuidado em domicílio” e a vantagem econômica de leitos hospitalares para casos de maior gravidade. Apontou como razões do insucesso do “cuidado de domicílio” os planos teóricos que se apóiam em possibilidades que nunca chegam a se concretizar, o número de enfermeiras necessárias a sua execução e

extensas áreas de trabalho com suas dificuldades características. Sugeriu planos de trabalho abordando aspectos de educação sanitária mais urgente, onde se empregasse os máximos esforços e recursos⁸⁷.

Figura 34 - Alunas em um dos cursos de visitadoras sanitárias, realizado no Programa do Rio Doce. Fonte: Fundo SESP/COC/FIOCRUZ.

Em relação à Enfermagem na Amazônia, foi apresentado e discutido no I CNE, na Seção de Saúde Pública Rural, por Sumaia Curi, enfermeira da Amazônia, apontou as dificuldades na área de saúde pública e das peculiaridades da Amazônia.

Baseado no “efeito demonstração”, princípio do SESP, o curso de Educadoras Sanitárias, consubstanciou-se numa das expressões da nova política de saúde pública, que entendia que os problemas de higiene eram resultado da falta de educação sanitária. Nesse sentido, a possibilidade de

eliminação dos problemas de saúde se daria através da ação educativa das “mensageiras da saúde”⁹³.

Portanto, a criação da Escola de Enfermagem em São Paulo, em 1942, atendia à necessidade de recursos humanos tanto na Amazônia como no Vale do Rio Doce, mas o projeto não se reduzia a interesses políticos e estratégicos. Havia demandas bastante distintas no próprio Estado de São Paulo, naquela época, por parte das elites políticas e dos dirigentes da saúde pública. Essas demandas relacionavam-se a interesses da população, ditados, por sua vez, pela expansão de centros urbanos com São Paulo e pela modernização capitalista no campo⁹⁷.

Com a criação da Escola de Enfermagem da USP, houve conflito entre as profissionais: Educadora Sanitária (1925) e a Enfermeira de Saúde Pública (1942). Essa discussão trouxe à tona questões de hierarquia profissional e da competência teórica, que com o passar dos anos, a liderança profissional das enfermeiras diplomadas tornou-se incontestável⁹⁸.

As educadoras e enfermeiras recebiam aulas teóricas de higiene pré-natal, parasitologia, química, fisiologia aplicada à higiene, bacteriologia, higiene industrial, epidemiologia, bioestatística, higiene rural, higiene pessoal, higiene infantil, higiene mental e higiene dental⁹³.

O principal objetivo do Serviço de Enfermagem era:

[...] preparar pessoal e desenvolver recursos para instrução de enfermagem de saúde pública em nível pós-básico, incluindo a prática supervisionada em serviços de saúde pública urbanos e rurais. [...]⁹⁹

Como parte dos desdobramentos e das discussões do I CNE sobre a questão da deficiência do número de enfermeiras diplomadas no país, propunha-se a criação de cursos rápidos para a formação de visitadoras em áreas mais distantes das regiões mais desenvolvidas, economicamente, do país, como a região norte (Amazônia e Vale do Rio

Doce), em que as visitadoras se limitavam a ministrar noções fundamentais de higiene⁸⁷.

Em relação à Enfermagem em Saúde Pública no Distrito Federal (Rio de Janeiro), foi apresentado sobre os Problemas de enfermagem de saúde pública – por Mirabel S. Ferreira Jorge, coordenadora de Enfermagem de Saúde Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro): ela descreveu o trabalho que estava sendo desenvolvido no Distrito Federal e as dificuldades encontradas⁸⁷.

Na área de Imunização e Profilaxia, foram apresentados 2 trabalhos:

1. Imunização e Profilaxia das Forças Armadas norte-americanas – apresentado por Carrol P. Hungate, da Comissão Mixta Militar Brasil-Estados Unidos: exaltou a medicina preventiva como beneficiadora de um número maior de pessoas e de maior amplitude sobre a medicina curativa, que exige instituições médicas e numerosos especialistas. Contou as realizações em saúde pública nos EUA e norte do Brasil onde permaneceram tropas americanas por 3 anos⁸⁷.
2. Panorama mundial de profilaxia e imunização – sem autor: que vangloria o recém-descoberto inseticida DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) que trouxe grande contribuição à extinção de vetores de moléstias, constituindo assim, arma poderosa na campanha profilática dos mesmos⁸⁷.

Esses trabalhos ressaltam a importância da medicina preventiva, que por força de seus métodos de ação, pode socorrer coletividades numerosas mediante trabalhos e realizações de amplitude. A medicina curativa, ao contrário, tinha sua ação restrita a um determinado número de indivíduos (indivíduos doentes). Não menos importante a ação da medicina preventiva, que atingiria resultados consideravelmente importantes ao lidar com as questões políticas da prevenção e promoção da saúde.

7.3 ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA

A questão da Enfermagem Psiquiátrica foi levantada pelo médico do Hospital do Juquerí, Mário Yahn, durante o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem. Seu trabalho intitulava-se: “O valor da enfermagem psiquiátrica”, destacando que para compreender bem o valor dessa área de atuação da enfermagem era necessário analisar:

- a) Os problemas do paciente mental como indivíduo isolado que traz consigo um problema de saúde;
- b) Os problemas que significam para a sociedade o grande número de pacientes que são acometidos de moléstias mentais.

Mário Yahn descreveu sua experiência no Hospital do Juquerí, exaltando a laborterapia (praxiterapia) como uma das conquistas mais eficientes da terapêutica psiquiátrica, conforme descrito:

Para dar vos dar um simples exemplo, refiro apenas uma das particularidades que se passa no interior do serviço psiquiátrico.

O tempo vazio, sem ocupação é um acontecimento pernicioso para a generalidade dos indivíduos internados. Nos serviços psiquiátricos há sempre a preocupação de, logo que cedem os períodos agudos da moléstia, fazer com que o paciente se entregue a qualquer atividade. Visamos, com isso, o proporcionar-lhe distração, livrá-lo de ociosidade, desenvolver-lhe a iniciativa e reconduzi-lo o mais rapidamente a um sistema de vida que o aproxime, quanto antes, do sistema de vida normal.

É isso em suma, que damos o nome de Laborterapia, uma das conquistas mais eficientes da terapêutica psiquiátrica em geral. (Yahn, 1947, p. 45)⁸⁷

Para Yahn (1947), o preparo especializado na área de conhecimento era necessário porque tais saberes técnicos dariam subsídios aos resultados positivos dos tratamentos realizados ao paciente em tratamento psiquiátrico. Um exemplo dado por Yahn referia-se à esquizofrenia, que naquela época era uma doença que atingia mais o paciente, em plena juventude e que, se não fosse tratada precocemente, caminhava para a cronicidade e incurabilidade. O referido Yahn pontuava que 40% dos pacientes internados nos grandes hospitais psiquiátricos representando um problema de saúde pública de grande impacto⁸⁷.

A necessidade do aprimoramento na formação da disciplina em Enfermagem Psiquiátrica apontava, também, para a nova identidade assumida pela enfermagem brasileira naquela época: a assistência em ambiente hospitalar. Era necessária, em sua formação nesta área, aptidão administrativa, uma vez que o papel da enfermagem psiquiátrica, na década de 1940, era quase em sua totalidade sobre pacientes internados⁸⁷.

A Escola de Enfermagem da USP redimensionou o ensino com a inclusão dos estágios em Enfermagem Psiquiátrica no seu currículo, graças à atuação de Ella Hasenjaeger, na década de 40, que possibilitou o avanço dessa área até então desprestigiada na enfermagem brasileira¹⁰⁰.

A assistência de enfermagem psiquiátrica também seguia novos rumos, haja visto que a Lei 775/49 tornou obrigatório o ensino teórico e prático da matéria nas escolas de enfermagem, determinando um grande esforço por parte destas para organizarem campos de estágio com condições mínimas de aprendizagem e preparação das professoras especializadas para ministrar tais ensinamentos.

Em 1955, o SESP promoveu a vinda da enfermeira americana Verna Fraser ao Brasil, para atuar como consultora de enfermagem psiquiátrica, junto às escolas de enfermagem e aos hospitais especializados. Esta enfermeira permaneceu no Brasil por dois anos, atuando em várias unidades da Federação. Promoveu encontros com as diretoras de escolas de enfermagem e professoras de enfermagem psiquiátrica, apoiou a

reorganização de sanatórios e organizou com as enfermeiras especialistas brasileiras uma Comissão de Enfermagem Psiquiátrica, que produziu um plano de ação que, apresentado no IX Congresso Brasileiro de Enfermagem, ensejou a aprovação de Recomendações no sentido da adoção de um novo conceito de hospital psiquiátrico e de enfermagem psiquiátrica¹⁰¹. Este novo conceito retratou a mudança na atenção à saúde mental do cidadão e o rompimento dos saberes e práticas até então vigentes, e o consequente fortalecimento das práticas antimanicomiais e práticas diferenciadas de se lidar com a loucura.

Embora tenha sido sinalizado no Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem o problema do ensino e da prática em Enfermagem Psiquiátrica, percebe-se que atualmente, conforme Lucchese (2005), o ensino não tem atingindo a construção de competências necessárias para a atuação da enfermagem nessa área¹⁰².

Observa-se, que em grande parte dos cursos, a presença do enfoque do modelo clínico, em que a doença é vista, exclusivamente, como um conjunto de sinais e sintomas que requerem intervenções para o alcance de um estado de equilíbrio psíquico, prevalecendo um ensino pautado em modelos e processos pedagógicos conservadores, voltados para os princípios da psiquiatria asilar¹⁰³.

Figura 35 - Psiquiatria asilar. Fonte: Acervo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br>)

7.4 REFORMULAÇÃO DO ENSINO: LEI 775, DE 6 DE AGOSTO DE 1949

A década de 40, marcada pela consolidação de uma sociedade de base industrial, destaca-se por eventos importantes que estimularam a criação de novas escolas de enfermagem, o desenvolvimento da área curativa e o surgimento de grandes hospitais. Nesse sentido, após a criação do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, outros hospitais foram criados em várias capitais de Estados, também denominados "Hospitais das Clínicas".

Até 1949, esteve em vigência o currículo da época da implantação da Escola de Enfermeiras do DNSP, o qual garantia o seguimento do modelo de assistência nos moldes da enfermagem americana e pretendia cumprir o programa daquele Departamento, no combate às endemias, pelo atendimento ao homem doente e controle dos contatos a domicílio. Seu marco conceitual atendia às metas governamentais e ao mercado de trabalho¹⁰⁴.

Em 1949, ocorreu a primeira modificação do currículo das escolas de enfermagem através da referida Lei 775/49. (BRASIL, 1974), a qual regulamentou o ensino da enfermagem em todo o território nacional, tornando obrigatório o vínculo das escolas a um Centro Universitário ou a uma Faculdade de Medicina, mas também regulamentou a criação do curso de auxiliar de enfermagem e estipulou auxílio federal às escolas de enfermagem oficialmente reconhecidas, dando novo impulso à profissão^{9,105}.

De outro modo, a Lei 775/49 evitou a aplicação imediatamente da exigência de maior escolaridade das candidatas ao curso de enfermagem, admitindo-se aquelas interessadas com nível ginásial completo. Entretanto, essa questão da escolaridade não chegou a impedir a entrada das escolas

de enfermagem nas universidades, certamente lhes acarretou uma posição incômoda, em relação às demais carreiras de nível superior⁷.

A Lei 775/49 refletia o ensino da enfermagem que se voltava para a área hospitalar. Cabe pontuar que o modelo da prática hospitalar era centrado no modelo clínico, com uma prática médica (e de enfermagem) fragmentada e subdividida em áreas especializadas, talvez porque se pretendia atender ao mercado de trabalho, que foi amplamente discutida no I CNE sobre os novos campos de atuação da enfermagem brasileira¹⁰⁴.

É oportuno lembrar que essa lei tornou obrigatório o ensino teórico e prático da matéria nas escolas de enfermagem, o que determinou um grande esforço por parte destas para organizarem campos de estágio com condições mínimas de aprendizagem e preparar professoras especializadas para ministrar tais ensinamentos¹⁰⁶.

A Lei 775/49, que oficializou o curso de auxiliares de enfermagem, determinou que esse funcionasse junto às escolas de enfermagem, com duração de um ano e meio, visando o preparo apenas para o trabalho hospitalar. Como o número de auxiliares formados nessa década foi muito pequeno, apenas cento e oito mulheres, nesta fase, no que diz respeito ao mercado de trabalho e à assistência de enfermagem, o curso correspondia “a uma semente, que viria a germinar nas décadas seguintes”⁸⁸.

A partir desta lei, designou-se à Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde a verificação para o funcionamento e posterior reconhecimento das escolas, que instituiu a obrigatoriedade de vinculação das escolas de enfermagem a centros universitários ou às faculdades de medicina.

A Lei 775/1949 que regulamentou o ensino de enfermagem no país e constituiu-se em um marco na história da enfermagem brasileira, por encerrar a vigência do Decreto 20.109/1931, que concedia à Escola de Enfermagem Anna Nery, o privilégio de ser o “padrão oficial”, e que obrigava as demais escolas de enfermagem brasileiras se equipararem a ela^{9,88}. Com

isto, delineou-se nova identidade da enfermagem brasileira com fim no ananerismo.

Após duas décadas de instalação, o modelo implantado pelas enfermeiras norte-americanas na capital da República (Rio de Janeiro) encontrava-se distanciado das necessidades sociais e de trabalho do país, haja vista que a construção de hospitais e clínicas particulares, decorrentes da urbanização e modernização da sociedade brasileira, demandava outro perfil profissional, que fosse capaz de gerenciar os serviços de enfermagem, ampliando o conhecimento com as novas tecnologias e visão de cuidado.

Além disso, o “padrão Anna Nery” restringia possibilidades de ingresso de moças negras e/ou pobres, que contrapunha o posicionamento do SESP, grande patrocinador da EEUSP, que objetivava a disseminação do ensino e da formação profissional em todos os campos da saúde do território brasileiro, pelo efeito demonstração^{107,108}.

Como já mencionado dantes, a expansão do ensino de enfermagem nas décadas de 30 a 50, no Brasil, reflete mudanças dos cenários político e econômico, mormente considerando-se os processos de urbanização crescente.

No bojo dessa discussão sobre o quantitativo das Escolas de Enfermagem e as exigências legais para sua existência, não se pode deslocar do pensamento de que as atenções governamentais voltam-se mais para o crescimento econômico e para o controle político-ideológico do que para as questões da saúde e educação, as quais passam a ser definidas como áreas secundárias no planejamento estatal¹⁰⁹.

7.5 FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM

A inclusão do curso de auxiliar de enfermagem foi uma decisão encontrada pelas enfermeiras para resolver o problema da escassez de pessoal de enfermagem para trabalhar nos postos de saúde pública como nos hospitais. Essa inclusão visou também atender à estratégia encontrada pelo SESP para prover as regiões Norte e Nordeste de pessoal com a habilidade mínima necessária para cuidar dos doentes.

Em relação à questão da formação dos Auxiliares de Enfermagem, foram apresentados 2 trabalhos no I CNE, que abordavam a necessidade e a formação, sendo eles⁸⁷:

1. Formação de auxiliares de enfermagem – apresentado por Rosaly Taborda, professora da EEAN e presidente da ABED – Seção Rio de Janeiro (na época, Distrito Federal): apontava como lastimável a situação dos hospitais e o abandono dos pacientes frente à formação escassa, demorada e dispendiosa de enfermeiras. A autora reforçava a necessidade de pensar e resolver seriamente a questão do preparo de pessoal auxiliar e apresentou programa de curso para auxiliar de enfermagem para discussão, e que contemplava 864 horas (6 meses) de estágio prático e 153 horas de aulas e demonstrações, totalizando 8 meses de duração de curso, tendo como exigências para o ingresso no curso: curso primário completo, saúde, idoneidade moral, idade mínima de 18 anos e máxima de 38 anos.
2. Cursos para auxiliar de enfermagem – apresentado por Corina Berlinck, professora da EEUSP: relatou sua preocupação com criação de um Conselho Nacional de Enfermagem que tivesse a incumbência de inspecionar e orientar cursos para auxiliar de enfermagem.

No tocante à complexidade dos serviços e da organização do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, discutia-se a

influência dos modelos administrativos e a divisão do processo de trabalho dentro do hospital, tanto para a enfermagem como para outras áreas. Essa divisão do processo de trabalho na enfermagem ocorreu, segundo Ferraz (1992), devido a desproporcionalidade entre o grande número de leitos e o pequeno número de enfermeiras, pois as ações administrativas e de educação ficariam no encargo das enfermeiras, sendo delegado ao pessoal auxiliar as ações mais voltadas para a assistência ou o cuidado direto ao doente¹¹⁰.

A Lei 775/49 contribuiu para o desenvolvimento da profissão, o ensino da enfermagem, procurando atender o enfoque assistencial curativo e dando destaque às ciências físicas, biológicas e às disciplinas que preparavam para o desempenho da função. Além de definir o currículo, a Lei determinava as condições em que se deveria processar a preparação de enfermeiras e de auxiliares de enfermagem.

A partir de 1950, ampliou-se o parque industrial brasileiro e a população urbana e previdenciária cresceu significativamente. Na razão inversa do crescimento industrial, a saúde pública perdeu gradativamente sua importância, mesmo nos programas oficiais, cedendo lugar à atenção médica individualizada¹¹¹. Com isso, vê-se que a assistência curativa cresceu e os hospitais incorporaram a moderna tecnologia médico-científica e passaram a requerer, cada vez mais, a participação de enfermeiras de "alto padrão", como também eram chamadas as enfermeiras diplomadas. Ampliaram-se, portanto, as oportunidades de trabalho para as enfermeiras e também para os auxiliares nesse nível da atenção à saúde curativa, já que havia uma demanda de mercado crescente pelos profissionais dessa área.

A enfermagem científica brasileira, que nasceu eminentemente preventiva, passou a ocupar a rede hospitalar majoritariamente privada, empresarial e lucrativa, atendendo aos interesses capitalistas. Na medida em que se ampliavam as oportunidades de trabalho, crescia o número de escolas e cursos de enfermagem e de auxiliares^{109,111}.

A ampliação do mercado de trabalho para a enfermagem, além de fazer crescer as escolas de enfermagem e de auxiliares, fez com que crescesse a população de enfermagem, de tal modo que o exercício da profissão precisou ser regulamentado novamente, o que ocorreu através da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que regulamentou o exercício da enfermagem profissional no Brasil. 3 Essa Lei estabeleceu as atribuições do Auxiliar de Enfermagem como integrante da equipe de enfermagem, sob supervisão do enfermeiro (art. 5º, Lei nº 2.604/55)¹¹².

A prioridade conferida ao tratamento curativo, pela prática de saúde dominante, se fazia sentir no mercado de trabalho e na formação predominantemente hospitalar da enfermagem.

Na década de 60 aconteceram fatos importantes que contribuíram para o desenvolvimento da enfermagem no País. Um deles foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que passou a considerar de nível superior as Escolas de Enfermagem e a exigir o curso colegial como pré-requisito para o ingresso¹¹³.

Essa mesma Lei classificou as Escolas de Auxiliar de Enfermagem como de nível médio e criou, ainda, escolas médias de enfermagem acessíveis aos portadores de curso ginásial. Foram as escolas médias criadas pela LDB de 1961 que deram origem ao curso Técnico em Enfermagem. O primeiro deles foi criado na Escola Ana Néri e aprovado pelo Parecer do CEPN de nº 171/66. A enfermagem passou a ter três níveis profissionais: enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem¹¹⁴.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edith de Magalhães Fraenkel desempenhou papel importante no desenvolvimento da enfermagem profissional, demonstrando para gerações de enfermeiros o papel de liderança política em prol do ensino da enfermagem, da melhoria da assistência à saúde no país, inclusive a luta com tenacidade pelo reconhecimento da nossa profissão.

Nessa perspectiva, Oguisso (2002) afirma ser “necessário conhecer a História da Enfermagem Brasileira para compreender os meandros percorridos pelas pioneiras da profissão e entender as razões que motivaram as decisões tomadas, cujas consequências se refletem nos dias de hoje [...]”. Estudar o passado constitui ponto de partida para avaliar as dificuldades que devem ter cercado a promulgação de todos os diplomas legais de determinação do currículo mínimo de enfermagem, de regulamentação do exercício da profissão ou do controle da classe pela própria classe (2002, p.71)¹¹⁵. Refere ainda, que todas as descobertas científicas e conquistas de grandes feitos, dos mais variados campos de atividades, sempre são precedidas de muito trabalho, dedicação, perseverança, sacrifício e lutas¹¹⁶.

Sendo assim, a visibilidade conquistada pelos esforços de Edith de Magalhães Fraenkel instituiu o mais alto padrão do ensino da área, tal qual aplicado em países da América do Norte como Estados Unidos e Canadá. O rigor de sua competência permitia que a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo fosse noticiada como maior Escola de Enfermagem da América do Sul.

Seu empenho pela valorização e elevação da figura feminina, em curso universitário e campo de trabalho na Enfermagem, fez com que Edith Fraenkel se empenhasse em favor dos direitos das mulheres; pela reivindicação do direito do voto. Tais conquistas precisam ainda ser

ampliadas em benefício da mulher, especialmente na questão da isonomia nos direitos trabalhistas e das condições de trabalho entre os sexos.

D. Edith também fundou, em 1920, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, transformada depois na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)¹⁹. Por seu trabalho desenvolvido e apoio demonstrado à instituição, recebeu da Federação uma homenagem que descrevia sua personalidade em sua trajetória profissional:

[...] Destacou-se D. Edith Fraenkel como cidadã brasileira preocupada com a situação social do homem brasileiro e com a falta de profissionais de saúde... foi conhecida pelas enfermeiras e pelas autoridades que com ela privaram como uma pessoa que, à bem da justiça e do direito, jamais abandonou sem solução qualquer problema. Provou saber tomar decisões corretas, com equilíbrio, sempre que foi necessário. (Carvalho, 1992, p.64)¹⁹

Essa investigação possibilitou desvelar os desdobramentos do I Congresso Nacional de Enfermagem, no qual Edith Fraenkel não somente contribuiu para a reformulação do ensino de enfermagem no Brasil e formação de uma nova identidade da profissão, como pontuou e enfatizou um dos grandes problemas daquela época e que se faz atual a respeito da Enfermagem: a falta da união dos profissionais dessa área.

Conforme pontua Castro Santos (2010), um dos grandes desafios que se coloca para as lideranças atuais da profissão são as tensões geradas pelas clivagens internas entre as enfermeiras e os auxiliares e técnicos, escapando da sedução dos rituais de dominação de status, que historicamente marcaram as relações entre o poder médico e a “enfermagem subalterna”. Ainda, segundo este autor, esforços importantes têm sido feitos para superação dos problemas envolvidos na hierarquização dos auxiliares e técnicos de Enfermagem, com apoio de organizações internacionais⁶⁴.

Na década analisada na presente investigação, a preocupação com a capacitação da “enfermeira chefe”, como líder da equipe de

enfermagem, já ressaltava a distinção entre enfermeira e auxiliar de enfermagem.

Nesse sentido, percebem-se, ainda nos dias atuais, dificuldades em relação à “identidade” sobre quem é o enfermeiro e o que ele faz perante a sociedade. Talvez essa situação reflita a origem de conflitos entre o papel do enfermeiro e dos demais profissionais de enfermagem, cujo trabalho é realizado em equipe com diferentes graus de formação, mas com atribuições distintas e, por vezes, semelhantes, no que se refere ao cuidado do paciente.

A Enfermagem tem caminhado para a construção de um corpo de conhecimento próprio, buscando, através da articulação de sua práxis sedimentada em estudos em diversas áreas de conhecimento e de interesse, para firmar a referida consolidação. Assim, a pesquisa em enfermagem tem crescido substancialmente nos últimos anos, abrindo múltiplas perspectivas para a disseminação do conhecimento. Para tanto, os eventos científicos, como os Congressos Brasileiros de Enfermagem (inclusive o I CNE) passaram a representar momentos fecundos para a discussão política e consolidação/ transformações necessárias para os avanços na área, enquanto espaços privilegiados que congregam enfermeiros no entorno de suas práticas, permitindo trocas de ideias e divulgação de conhecimentos produzidos.

Por outro lado, não é outorgando o direito de se intitular “doutor” (Resolução COFEN Nº 256/2001, de 12 de julho de 2011), que o enfermeiro irá garantir essa prerrogativa; ao contrário, o reconhecimento social desse profissional deve ser conquistado pela fundamentação científica da sua práxis e pela inserção política em espaços que garantam tal legitimidade. É oportuno lembrar que, atualmente, diferente do período estudado, o diploma passa a não significar necessariamente uma garantia de emprego. Além dos conhecimentos adquiridos na sua formação, a empregabilidade está relacionada principalmente à qualificação profissional e pessoal, às competências técnicas associadas à capacidade de decisão, de adaptação a

novas situações, de comunicação oral e escrita, de trabalho em equipe. O profissional será valorizado na medida da sua habilidade para estabelecer relações e de assumir liderança.

Para Gastaldo e Meyer (1989), a grande maioria dos profissionais e estudantes de enfermagem parece desconhecer as suas reais atribuições e diz¹⁰⁵:

O atrelamento às necessidades do sistema, entre outros, fez da enfermeira um profissional afastado do seu próprio objeto de trabalho. Ligada ao controle dos demais componentes da equipe, através da administração, já não produz o conhecimento necessário à sua prática, que também já não é sua, pois já está delegada. Encontra-se assim a profissão enfermeira: sem identidade, não produzindo um conhecimento que propulsione a profissão ao encontro das necessidades da maioria da população, frágil e desestruturada. [...] As escolas de enfermagem só formarão profissionais realmente aptos a avançar na enfermagem, quando permitirem que as contradições existentes na profissão aflorem e sejam tratadas ao longo do processo de formação da enfermeira. (Gastaldo e Meyer, 1989, p.12)¹⁰⁵.

Percebe-se que os temas do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem são temas de interesse na atualidade, pois apontaram para as necessidades na área de Saúde e da Enfermagem, no que tange à Educação e à aquisição de conhecimentos pela enfermeira na área administrativa (como enfermeira chefe). Tais elementos configuram-se como sendo relevantes nos dias atuais, seja na formação do profissional enfermeiro, seja no ensino ou no aprimoramento dos requisitos primordiais para a assistência, administração dos serviços de saúde, liderança e autonomia. Estes requisitos estarão sempre passando por atualizações e mudanças com o avanço das tecnologias e das necessidades de saúde na sociedade, constituindo-se, portanto, em elementos dinâmicos do processo de crescimento e aperfeiçoamento das técnicas e teorias da Enfermagem.

Com isso, vê-se que o compromisso com o futuro da Enfermagem dependerá do desempenho das futuras gerações e, principalmente, das atuais.

Apontado, no Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, por Edith de Magalhães Fraenkel, na saudação às congressistas, um elemento importante para o desenvolvimento da profissão: a união das enfermeiras.

[...] A instalação deste Congresso visa exatamente dois pontos: há a necessidade de se fomentar a vocação, de se aumentar o número de profissionais, mas é necessário também que se dê preparo técnico apurado e que se mantenha em dia esse preparo.

Existe a maior boa vontade por parte das autoridades, sentimos o apoio moral de todos que de nós se aproximam; responderam as congressistas com presteza e entusiasmo ao apelo feito.

São sinais suspiciosos e fazem prever os objetivos deste Congresso serão alcançados: porém. Para que realmente se concretize, é necessário que toda enfermeira tome como norma e use como frase mágica, tal qual um “Sezamo, abre-te” capaz de descobrir um mundo de tesouros, capaz de derrubar montanhas e de tudo resolver, o princípio de que, **a união das enfermeiras** é o fator principal do desenvolvimento em plano elevado”. (Carvalho, 1992, p.91)¹⁹

O desafio atual para a enfermagem persiste sendo a falta de união dos enfermeiros, de um ponto de vista amplo, constituindo-se como um elemento estático. Percebe-se que entidades médicas lutam para aumentar o status da profissão perante a sociedade, seja pelo engajamento político, cultural e social e, ainda, lutam para que o ensino nessa área não seja mercantilizado, a fim de garantir a sua credibilidade.

A união dos enfermeiros é invocado por Edith Fraenkel, que escreveu a esse respeito no editorial da Revista *Anaes de Enfermagem*, publicada logo após a realização do I CNE. Nesse espírito, ela conclui sua escrita chamando a atenção para a necessidade da criação dos Conselhos de Enfermagem, como se segue:

[...] Só assim, através do corpo de líderes, a enfermagem poderá se desenvolver. O controle individual inibe a iniciativa, o desenvolvimento e a compreensão geral. O nosso País se transformará numa terra melhor e as enfermeiras se sentirão mais felizes, se aceitarmos a responsabilidade de, reunindo a nossa força profissional, formamos uma frente única neste campo de ação feminino, tendo como lema o bem estar do nosso povo. (Carvalho, 1992, p.92)¹⁹

REFERÊNCIAS

1. Padilha MICS, Borenstein MS. O método de pesquisa histórica na enfermagem. *Texto & Contexto Enferm.* 2005;14(4):575-84.
2. Gondra JG. Medicina, higiene e educação escolar. In: Lopes, EMT, Faria Filho LM, Veiga, CG, organizador. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica; 2000. p. 519-50.
3. Carrijo AR. Registros de uma prática: anotações de enfermagem na memória de enfermeiras da primeira escola nightingaleana no Brasil (1959-1970) [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2007.
4. Carvalho AC. Orientação e ensino de estudantes de enfermagem no campo clínico. São Paulo: Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo; 1972.
5. Oguisso T, Dutra VO, Souza Campos PF. Cruz Vermelha Brasileira – Filiação do Estado de São Paulo – Formação em tempo de paz. Barueri: Manole; 2009.
6. Sauthier J. A missão das enfermeiras norte americanas na capital da República (1921-1931) [tese]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1998.

-
7. Baptista SS, Barreira IA. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. *Rev Bras Enferm.* 2006;59(n. esp):441-6.
 8. Carvalho AC. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – resumo histórico 1942-1980. São Paulo: EEUSP; 1980.
 9. Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem, 1926-1986: Documentário. Brasília: ABEn Nacional; 2008.
 10. Germano RM. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 1993.
 11. Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem. Sessenta anos da Escola de Enfermagem: uma trajetória brilhante. São Paulo: EEUSP; 2002.
 12. Marinho MGSMC. A presença norte-americana na educação superior brasileira. *Thesis.* 2005;1(3):54-77.
 13. Kobayashi E, Faria L, Costa MC. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. *Sociologias.* 2009;11(22):314-51.

14. Castro Santos LA. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados. Rev Ciênc Soc.* 1985;28(2):193-210.
15. Campos AV. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de saúde pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.
16. Santiago ES. Tradição e modernidade: desanexação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2011.
17. Organização e funcionamento. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/0F/00/143.
18. A Escola de Enfermagem se São Paulo. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FSESP/AMS/00/US/00/32.
19. Carvalho AC. Edith de Magalhães Fraenkel. São Paulo: EEUSP; 1992.
20. Arrighi JM. Organização dos Estados Americanos. São Paulo: Manole; 2004.
21. Serviço Especial de Saúde Pública. Diplomatic notes and contrats beetween Brazil and the United States of America from 1942 to 1952 in the development of a bilateral cooperative heallh program; 1953.

22. Coleção Fundação Rockefeller – CRF. Resumo histórico. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz [internet]. Rio de Janeiro; [citado 2011 jan. 20]. Disponível em: http://www.cocsite.coc.fiocruz.br/areas/dad/guia_acervo/arq_pessoal/fundacao_rockefeller.htm.
23. Garnel MRT. Portugal e as conferências sanitárias internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*) Rev Hist Soc Cult. 2009; 229-251. ISSN: 1645-2259.
24. Castro MW. Rolsevelt e a luta continental contra a doença. Boletim do SESP. 1945;(22);1945.
25. Campos ALV. Cooperação internacional em saúde: o Serviço Especial de saúde Pública e seu programa de Enfermagem. Ciênc Saúde Coletiva. 2008;13(3):879-88.
26. Lima NT. O Brasil e a organização pan-americana da saúde: uma história de três dimensões. In: Finkelman J. Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.
27. Salinas SS. Antes da Tormenta: origens da segunda guerra mundial, 1918-1939. Campinas: Unicamp; 1996.
28. SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA. A Saúde Pública no Vale do Amazonas, Boletim do SESP, n 12, julho, 1944, Rio de Janeiro.
29. Menezes de Peçanha AF. Um Estudo de Desenvolvimento Institucional. Rev Fundação SESP. 1976;XXI(1).
30. Brasil. Decreto-Lei nº 4.321, de 21.05.1942. Aprova o acordo sobre saúde e saneamento do Vale da Amazônia, entre o Brasil e os Estados Unidos da América [internet]. Rio de Janeiro; 1942 [citado 2010 jul. 10].

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328016/dou-secao-1-23-05-1942-pg-3/pdfView>.

31. Brasil. Decreto-Lei nº 4.322, de 21.05.1942. Aprova o acordo para a melhoria da Estrada de Ferro Vitória/Minas e venda de minério de ferro entre o Brasil, Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América [internet]. Rio de Janeiro; 1942 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328016/dou-secao-1-23-05-1942-pg-3/pdfView>.

32. Brasil. Decreto-Lei nº 4.323, de 21 de maio de 1942. Aprova acordo relativo ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa entre o Brasil e os Estados Unidos da América [internet]. Rio de Janeiro; 1942 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328016/dou-secao-1-23-05-1942-pg-3/pdfView>.

33. Brasil. Decreto-Lei nº 4.324 de 21 de maio de 1942. Aprova o acordo para cessão gratuita da Grã-Bretanha ao Brasil, das propriedades da companhia possuidora das Minas de Itabira, em Minas Gerais [internet]. Rio de Janeiro; 1942 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328016/dou-secao-1-23-05-1942-pg-3/pdfView>.

34. Brasil. Decreto-Lei nº 4.325, de 21 de maio de 1942. Aprova o acordo para expansão da borracha entre o Brasil e os Estados Unidos da América [internet]. Rio de Janeiro; 1942 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328016/dou-secao-1-23-05-1942-pg-3/pdfView>.

35. Brasil. Decreto-Lei nº 4.326, de 21 de maio de 1942. Aprova o acordo para desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais do Brasil entre o Brasil e os Estados Unidos da América [internet]. Rio de Janeiro; 1942 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2328016/dou-secao-1-23-05-1942-pg-3/pdfView>.

36. Brasil. Decreto-Lei nº 5.592, de 18 de junho de 1943. Aprova o contrato sobre saneamento do Vale do Rio Doce firmado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América [internet]. Rio de Janeiro; 1943 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>.

37. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, de 21.08.1942 - Termos do contrato sobre saúde e saneamento firmado entre o governo do Brasil e o governo dos Estados Unidos da América [internet]. Rio de Janeiro [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>.

38. Castro Santos LA. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Rev Ciênc Soc. 1985;28(2):193-210.

39. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, de 07.12.1943 - Termos do contrato relativo ao prosseguimento do programa de cooperação em matéria de saneamento e saúde pública no Brasil [internet]. Rio de Janeiro [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>.

40. Brasil. Decreto-Lei nº 6.260, de 11 de fevereiro de 1944. Aprova o Contrato relativo ao prosseguimento do programa de cooperação em matéria de saúde e saneamento [internet]. Rio de Janeiro [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>.

41. Brasil. Decreto-Lei nº 7.064, de 22 de novembro de 1944. Aprova as modificações introduzidas no contrato relativo ao prosseguimento do programa de cooperação em matéria de saneamento e saúde pública [internet]. Rio de Janeiro; 1944 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>.

42. Porto F, Freitas GF, Siles JG. Fontes históricas e ético-legais: possibilidades e inovações. *Cult Cuid*. 2009;13(25):30-35.
43. Polit DF, Beck CT, Hungler BP. Fundamentos de pesquisa em Enfermagem. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2004.
44. Schmarczek M, Neiros EF. 33 anos do congresso brasileiro de enfermagem- retrospectiva. Porto Alegre: Palloti; [198-].
45. Rojas Soriano R. Manual de pesquisa social. Petrópolis: Vozes; 2004.
46. Mongone JA. De alunos a professoras: analisando o processo da construção inicial da docência [dissertação]. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista; 2011.
47. Berger PL, Luckmann T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes; 1985.
48. Levi G. Sobre a micro-história. In: Burke P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP; 1992. p. 133-61.
49. Lima HE. A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. São Paulo: Record; 2006.
50. Ginzburg C. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras; 1986.
51. Pedone C. “Tú siempre jalas a los tuyos”: cadenas y redes migratoria de las familias ecuatorianas hacia España [tese]. Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona; 2003.
52. Revel J. Microanálise e construção do social. In: Revel J, organizador. Jogos de escala: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1998. p. 15-38.

-
53. Bensa A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: Revel J, organizador. Jogos de escala: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1998. p. 39-76.
54. Barros JA. O campo da história: especialidades e abordagem. 6ª ed. Petrópolis: Vozes; 2009.
55. Secaf V, Costa HCBV. Enfermeiras do Brasil. História das pioneiras. São Paulo: Martinari; 2007.
56. Marques AM. A grande guerra de 1914: uma guerra para acabar com todas as guerras. Brasil: Lê; 2000.
57. Ferro M. A Grande Guerra - 1914-1918. Brasil: Edições 70; 2008.
58. Bertolli Filho C. História da saúde pública no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Ática; 2008.
59. Mancia JR, Padilha MICS. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. Rev Bras Enferm. 2006;59(n. esp);432-7.
60. Berger PL, Luckmann T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes; 1985.
61. Hochman, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). Estud Hist. 1993;6(11):40-61.
62. Nascimento DR. Fundação Ataúpho de Paiva: (Liga Brasileira contra a Tuberculose): um século de luta. Rio de Janeiro: Quadratim; 2002.
63. Baptista TWF. História das políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: Matta CG, Pontes ALM, organizador. Políticas de saúde:

organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.

64. Castro Santos LA. As duras penas: estratégias, conquistas e desafios da enfermagem em escala mundial. In: Castro Santos LA, Faria L. Saúde e história. São Paulo: Hucitec; 2010, p. 187-208.

65. Forjaz MV. Resumo das origens e desenvolvimento das escolas de enfermagem no Brasil focalizando a interferência do pensamento católico. Rev Bras Enferm. 1959;12(3):315-27.

66. Castro Santos LA, Faria LR. A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo. Horizontes. 2004;22(2):123-50.

67. Faria L. A Casa de Geraldo de Paula Souza: texto e imagem sobre um sanitarista paulista. Hist Cien. Saúde-Manguinhos. 2005;12(3):1011-24.

68. Faria L. Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção. Cad Pagu. 2006;(27):173-212.

69. Sauthier J. A missão das enfermeiras norte americanas na capital da República (1921-1931) [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery. Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1998.

70. Barreira IA, Sauthier J, Baptista SS. O movimento associativo das enfermeiras diplomadas brasileiras na primeira metade do século 20. Rev Bras Enferm 2001;53(4):157-73.

71. Donahue P. Historia de la enfermería. Madrid: Doyma; 1985

72. Rodrigues APS. Prêmio “Edith de Magalhães Fraenkel” – Retrospectiva histórica. Rev Gaúch Enferm. 1986;7(1): 93-112.

-
73. Amorim WM. A reconfiguração da primeira escola de enfermagem brasileira: a missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949.[tese]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ; 2004.
74. Organização e funcionamento. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/0F/00/143.
75. A Escola de Enfermagem de São Paulo. Código de referência: BR.FIOCRUZ-COC/FSESP/AMS/00/US/00/32.
76. Silva MRB. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. *Rev Bras de Hist.* 2007;27(53):243-266.
77. Khoury YA. Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500-1900. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/CEDIC: FAPESP; 2004. V2.
78. Marinho MGSMC. A presença norte-americana na educação superior brasileira. *Thesis.* 2005;3(1):54-77.
79. Pinheiro MRS. Histórico da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. *Rev Esc Enferm da USP.* 1967;1(1):3-34.
80. Fraenkel EM. Relatório Anual da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo de 1955 [relatório]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 1955.
81. Carvalho AC. Edith de Magalhães Fraenkel. São Paulo: EEUSP; 1992.
82. Hasenjaeger E. *Assepsis in Communicable Disease Nursing.* Philadelphia: Lippincott; 1944.

83. Fraenkel EM. Relatório Anual da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo de 1947 [relatório]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 1947.
84. Escola de Enfermagem de S. Paulo. Jornal Estado de S. Paulo, 1946.
85. Carvalho AC – Associação Brasileira de Enfermagem – 1926-1986. Rev Bras Enferm. 1986;39(1):7-12.
86. Oguisso T. Trajetória histórica e legal da enfermagem. 2ª ed. Barueri: Manole; 2007.
87. Anais de Enfermagem, São Paulo, Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, 1947/46; XV/XVI, jan./mar.
88. Barreira IA. A reconfiguração da prática da enfermagem brasileira em meados do século 20. Texto & Contexto Enferm. 2005;14(4):480-7.
89. Barreira IA. A enfermeira ananéri no país do futuro. Rio de Janeiro: UFRJ; 1997.
90. Hansenjaeger E. Um cargo que é um desafio... Rev An Enferm. 1946;15(20):25-6.
91. Faria L. A Casa de Geraldo de Paula Souza: texto e imagem sobre um sanitarista paulista. Hist Cien Saúde-Manguinhos. 2005;12(3):011-24.
92. Feldman LB. Como alcançar a qualidade nas instituições de saúde. Critérios de avaliações, procedimentos de controle, gerenciamento dos riscos hospitalares até a certificação. São Paulo: Martinari; 2004.

-
93. Faria L. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. *Cad Pagu*. 2006;(27):173-212.
94. Galvão MC, Sawada NO, Trevisan MA. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Rev Latino-am Enferm*. 2004;12(3):249-56.
95. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 1998.
96. Castro Santo LA, Faria L. A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo. *Horizontes*. 2004;22(2):123-50.
97. Lopes JRB. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional; 1971.
98. Mascarenhas RS, Teixeira MS, Marcondes RS. Funções do pessoal de enfermagem e educação sanitária nos serviços de saúde pública. *Arq Hig Saúde Pública*. 1962;27(93):191-204.
99. Curso de Enfermagem de Saúde Pública da Escola de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 07/10/1951. Fundo SESP/Fiocruz, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz.
100. Souza Campos PF, Oguisso T. Ella Hasenjaeger: cooperação norte-americana e formação da (nova) enfermagem brasileira. *Enfermagem n*] 53-54 (2º série) Janeiro-Junho 2009.
101. Peres MAA. *Relações Institucionais Instituto de Psiquiatria da UFRJ (lpub)/EEAN [dissertação]*. Rio de Janeiro: EEAN/UFRJ; 2004.
102. Lucchese R. *A enfermagem psiquiátrica e saúde mental: a necessária constituição de competências na formação e na prática do*

enfermeiro [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

103. Silva ATM, Souza JS, Silva CC, Nóbrega MML, Oliveira Filha M, Barros S, et al. Formação de enfermeiros na perspectiva da Reforma Psiquiátrica. *Rev Bras Enferm.* 2004;57(6):675-8.

104. Silva ALC, Barros SMPF, Vieira TT. Marco conceitual e estrutural dos currículos dos cursos de graduação em enfermagem. In: XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1979 out. 05-11; Fortaleza, BR. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1979 Agosto 5-11; Fortaleza; Ceará; 1979.

105. Gastaldo DM, Meyer DE. A formação da enfermeira: ênfase na conduta em detrimento do conhecimento. *Rev Bras Enferm.* 1989;42(1,2,3/4):7-13.

106. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem: legislação e assuntos correlatos. Rio de Janeiro (GB), 3ª ed. vol I. 1974.

107. Souza Campos PF, Oguisso T. Exclusión de mujeres negras. Su representación em la enfermería profesional. *Rev Index de Enferm.* 2006;(55):27-31.

108. Barreira IA. Os primórdios da enfermagem moderna no Brasil. *Esc Anna Nery Rev Enferm.* 1997;1(n. esp):161-76.

109. Fernandes JD. O Sentido político, ideológico e econômico da expansão das Escolas de Enfermagem. *Rev Baiana Enferm.* 1983;1(1):62-72.

110. Ferraz CA. Construindo uma prática administrativa de enfermagem. In: 42º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 1992; Natal, BR. p. 85-98.

111. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). O exercício da enfermagem nas instituições de saúde do Brasil, 1982/1983. Rio de Janeiro; 1985. 2 v.
112. BRASIL. Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955. Regula o exercício da Enfermagem profissional [internet]. Brasília; 1955 [citado 2010 jul. 10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128763/lei-2604-55>.
113. BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [internet]. Brasília; 1961 [citado 2010 jul.10]. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>.
114. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem-legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v 2.
115. Oguisso T. História da legislação do ensino médio profissional de enfermagem. Rev Paul Enferm. 2002;21(1):71-83.
116. Oguisso T. História da legislação do exercício da enfermagem no Brasil. Rev Bras Enferm. 2001;54(2):197-207.
117. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem-legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v 1.

ANEXOS

Anexo I

8402 Sábado 23

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Maio de 1942

EXPEDIENTE

IMPRESA NACIONAL

Diretor

RUBENS PORTO

Chefe de Publicações

MURILLO FERREIRA ALVES

Chefe de Redação

EUCLYDES DESLANDES

DIÁRIO OFICIAL

SECÇÃO I

Impresso nas Oficinas da Imprensa Nacional

Avenida Rodrigues Alves n. 1.

EXPEDIENTE

A matéria destinada aos jornais deverá ser endereçada ao Serviço de Publicações (S. Pb.).

O disposto no decreto-lei n. 1.705, de 27 de outubro de 1939, deverá ser, na feitura do expediente das repartições públicas, invariavelmente observado.

As repartições públicas deverão remeter o expediente destinado aos jornais oficiais até às 15 horas.

Os originais deverão ser devidamente autenticados.

As rasuras e emendas deverão ser sempre ressalvadas por quem de direito.

Os originais devem ser datilografados, evitando-se sempre escrever no verso.

A matéria paga deverá ser entregue de véspera; o seu recebimento é feito das 8 às 20 horas e, aos sábados, das 8 às 17 horas.

As reclamações, constatada a existência de erros ou omissões, pertinentes à matéria retribuída, deverão ser formuladas à Secção de Redação, das 8 às 20 horas, e no máximo até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

ASSINATURAS

Repartições e Particulares:

Capital e Interior 70\$000
Exterior 110\$000

Funcionários:

Capital e Interior 56\$000
Exterior 88\$000

As assinaturas não vão além do exercício financeiro.

As assinaturas tomadas posteriormente a 31 de dezembro e 30 de junho não dão direito aos números atrasados.

O custo do número atrasado será acrescido de \$100 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais \$500.

Assinaturas:

CAPITAL — Secção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves n. 1.

INTERIOR — Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional — Alfândegas e Casas de Rendas — Coletorias Federais.

O registro da assinatura é feito à vista do comprovante de recolhimento.

Os cheques e valores postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro da Imprensa Nacional.

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNO

PÁGINAS

DECRETO-LEI N. 4.316 de 21 de maio de 1942.....	8401
DECRETO-LEI N. 4.317 de 21 de maio de 1942.....	8401
DECRETO-LEI N. 4.318 de 21 de maio de 1942.....	8401
DECRETO-LEI N. 4.319 de 21 de maio de 1942.....	8401
DECRETO-LEI N. 4.320 de 21 de maio de 1942.....	8403
DECRETO-LEI N. 4.321 de 21 de maio de 1942.....	8403
DECRETO-LEI N. 4.322 de 21 de maio de 1942.....	8403
DECRETO-LEI N. 4.323 de 21 de maio de 1942.....	8403
DECRETO-LEI N. 4.324 de 21 de maio de 1942.....	8403
DECRETO-LEI N. 4.325 de 21 de maio de 1942.....	8403
DECRETO-LEI N. 4.326 de 21 de maio de 1942.....	8403
DECRETO-LEI N. 4.328 de 23 de maio de 1942.....	8403
DECRETO N. 9.432 de 20 de maio de 1942.....	8403
DECRETO N. 9.433 de 20 de maio de 1942.....	8404
DECRETO N. 9.427 de 21 de maio de 1942.....	8408
SECRETARIA DA PRESIDENCIA — Decreto de 23 de maio de 1942	8409
MINISTERIO DA AGRICULTURA — Decreto de 22 de maio de 1942	8409
MINISTERIO DA FAZENDA — Decretos de 21 de maio de 1942..	8409
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Decretos de 21 de maio de 1942	8409
PRESIDENCIA DA REPUBLICA — DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO — Exposição de motivos da Divisão de Estado	8409
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA — Exposição de motivos — Expediente	8410
CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO — Atas	8410
MINISTERIO DA AERONAUTICA — Expediente da Diretoria de Aeronáutica Civil	8411
MINISTERIO DA AGRICULTURA — Expediente do Departamento de Administração, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Conselho de Fiscalização das Exposições Artísticas e Científicas no Brasil e do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas	8414
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Expediente do Departamento de Administração, da Divisão do Pessoal, da Divisão do Orçamento, do Departamento Nacional de Educação, da Divisão do Ensino Secundário, da Divisão do Ensino Comercial e do Departamento Nacional de Saúde	8415
MINISTERIO DA FAZENDA — Expediente do Gabinete do senhor ministro, da Contadoria Geral da República, da Diretoria das Rendas Internas, da Diretoria das Rendas Aduaneiras, da Diretoria do Decrório da União, da Recebedoria do Distrito Federal, dos Primeiro e Segundo Conselhos de Contribuintes e da Caixa de Amortização	8417
MINISTERIO DA GUERRA — Expediente do Gabinete do senhor ministro	8422
MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Expediente do Departamento de Administração, do Serviço de Comissões, da Divisão de Material e da Diretoria da Justiça e do Interior	8423
MINISTERIO DA MARINHA — Expediente do Tribunal Marítimo Administrativo	8424
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Expediente da Divisão Política e Diplomática	8424
MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO — Expediente do Departamento de Administração, do Serviço de Comunicações, da Divisão do Pessoal, do Departamento Nacional do Trabalho, da Comissão de Esquadramento Sindical, do Departamento Nacional de Imigração, do Conselho Nacional do Trabalho e do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura	8425
MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Expediente do Departamento de Administração, do Serviço de Comunicações, da Divisão do Orçamento, do Departamento dos Caminhos e Telégrafos e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento.....	8432
TRIBUNAL DE CONTAS	8433
RENDAS PÚBLICAS	8438
TERMOS DE CONTRATO	8438
NOTICIÁRIO	8438
PARTE COMERCIAL	8445
EDITAIS E AVISOS	8462
SOCIEDADES	8479
ANÚNCIOS	8479

Sábado 23

DIÁRIO OFICIAL (Secção I)

Maio de 1942 8403

(Continuação da 1.ª página).

e modificado em parte, pelo decreto-lei n. 2.550, de 31 de agosto de 1940, prorrogado por três anos, a contar da data da publicação deste decreto-lei, o prazo para conclusão dessas obras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 4.320 — DE 21 DE MAIO DE 1942

Modifica a legislação do ensino

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os institutos de ensino pertencentes à Universidade do Brasil, bem como os demais estabelecimentos de ensino superior do país, reconhecidos pelo Governo Federal, deverão obedecer ao regime de promoção escolar, ora vigente na Faculdade Nacional de Filosofia.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 4.321 — DE 21 DE MAIO DE 1942

Aprova o Acordo sobre saúde e saneamento do Vale do Amazonas entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 11 de março de 1942.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição,

Resolve aprovar o Acordo, sobre saúde e saneamento do Vale do Amazonas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 11 de março de 1942, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 4.322 — DE 21 DE MAIO DE 1942

Aprova o Acordo para a melhoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas e venda de minério de ferro entre o Brasil, Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição,

Resolve aprovar o Acordo para a melhoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas e venda de minério de ferro entre o Brasil, Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 4.323 — DE 21 DE MAIO DE 1942

Aprova o Acordo relativo ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição,

Resolve aprovar o Acordo relativo ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 4.324 — DE 21 DE MAIO DE 1942

Aprova o Acordo para cessão gratuita, por parte da Grã-Bretanha ao Brasil, das propriedades da Companhia possuidora das Minas de Itabira, firmado em Washington, a 3 de março de 1942.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição,

Resolve aprovar o Acordo para cessão gratuita, por parte da Grã-Bretanha ao Brasil, das propriedades da Companhia possuidora das Minas de Itabira, firmado em Washington, a 3 de março de 1942, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 4.325 — DE 21 DE MAIO DE 1942

Aprova o Acordo para a expansão da produção e compra da borracha brasileira e produtos manufaturados de borracha entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição,

Resolve aprovar o Acordo para a expansão da produção e compra da borracha brasileira e produtos manufaturados de borracha entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 4.326 — DE 21 DE MAIO DE 1942

Aprova o Acordo para o desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais do Brasil entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição,

Resolve aprovar o Acordo para o desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais do Brasil entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 3 de março de 1942, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 4.328 — DE 23 DE MAIO DE 1942

Fixa o horário normal de trabalho dos empregados em estabelecimentos bancários

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O horário normal de trabalho dos empregados em estabelecimentos bancários será de onze e meia às dezesseis e meia horas, com um intervalo de trinta minutos para descanso.

Parágrafo único. Aos sábados, iniciar-se-á às nove horas e terminará às duas.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência enquanto perdurar a crise de transporte, a critério do Governo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcolino Filho.

DECRETO N. 9.422 — DE 20 DE MAIO DE 1942

Revoga o decreto n. 8.758, de 13 de fevereiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o decreto n. 8.758, de 13 de fevereiro de 1942, que aprova o Regulamento da Divisão do Imposto de Renda (D.I.R.).

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Anexo II

12936 Sexta-feira 21

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Agosto de 1942

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Contrato sobre saúde e saneamento, firmado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Instituto of Inter-American Affairs.

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Instituto of Inter-American Affairs of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, com o fim de dar cumprimento ao acordo sobre Saúde e Saneamento, celebrado entre os dois Governos, em Washington, por troca de notas, datadas de 11 de março de 1942, resolveram concluir o seguinte contrato:

Cláusula primeira — O Instituto of Inter-American Affairs manterá um serviço denominado Serviço Especial de Saúde Pública que ficará subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde e incluirá entre as suas atribuições:

1 — O saneamento do Vale do Amazonas, especialmente a profilaxia e os estudos da malária no Vale do Amazonas e a assistência médico-sanitária aos trabalhadores ligados ao desenvolvimento econômico da referida região;

2 — O preparo de profissionais para trabalhos de saúde pública, compreendendo o aperfeiçoamento de médicos e engenheiros sanitários, a formação de enfermeiras de saúde pública e o treinamento de outros técnicos;

3 — A colaboração com o Serviço Nacional de Lepre e, por intermédio deste, com as repartições sanitárias estaduais, para o combate da lepra.

Deverá incluir-se na atividade do Serviço outros problemas de saúde pública, mediante novos e prévios entendimentos e contratos entre as duas partes.

Cláusula segunda — O Serviço estará subordinado ao ministro da Educação e Saúde.

Cláusula terceira — O Serviço será superintendido por um médico do Instituto of Inter-American Affairs aceito pelo ministro da Educação e Saúde, e terá como assistente administrativo um médico do serviço público federal, indicado pelo referido ministro e aceito pelo superintendente do mesmo Serviço.

Cláusula quarta — Compreendem-se as atribuições do superintendente do Serviço a admissão e a dispensa; a fixação da remuneração e demais condições de trabalho do pessoal de que necessitar o Serviço. Os funcionários federais efetivos aproveitados no Serviço não terão prejuízo sofrido na sua vida funcional, sendo, porém, remunerados pelas dotações do Serviço.

Cláusula quinta — Além das informações que forem pedidas pelo ministro da Educação e Saúde, serão remetidos à referida autoridade e ao diretor do Departamento Nacional de Saúde relatórios mensais sobre o andamento dos trabalhos do Serviço.

Cláusula sexta — Os salários e todas as demais despesas, inclusive as de viagens, do pessoal do Instituto of Inter-American Affairs, serão custeadas exclusivamente com as verbas do mesmo.

Cláusula sétima — Os médicos e demais servidores do Serviço terão franquia postal e telefônica, passos livres nas ferrovias administradas pela União e direito aos abastecimentos concedidos às repartições públicas da União pelas companhias nacionais de navegação marítima e fluvial, companhias de navegação aérea, podendo o Serviço requisitar todas essas concessões em favor dos servidores onerados de postos onde se mantiverem médicos residentes. Os referidos médicos e demais servidores autorizados poderão, outrossim, requisitar as estradas de ferro administradas pela União para o pessoal subalterno em serviço, transporte de material necessário e franquia telefônica nas suas rotas parti-

(Continua na pág. 12.937)

RENDAS PÚBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal
COMPARAÇÃO DA RENDA ANTECIPADA

De 1 a 18 de agosto de 1942..... 42.997.898\$100
Em igual período de 1941..... 2.293.476\$200

Total..... 45.291.374\$100
Em igual período de 1941..... 27.729.359\$200

Diferença para mais neste ano.... 6.562.015\$200

De 1 de janeiro a 18 de agosto de 1942..... 490.888.812\$300
Em igual período de 1941..... 208.842.749\$200

Diferença para mais neste ano.... 282.046.063\$100

MOVIMENTO DE DEPOSITOS

De 1 a 18 de agosto de 1942..... 1.473.965\$300
Em 18 de agosto de 1942..... 21.616\$200

Total..... 1.710.405\$300
Em igual período de 1941..... 162.270.827\$200

Diferença para menos neste ano.... 160.560.422\$200

De 1 de janeiro a 18 de agosto de 1942..... 77.507.731\$300
Em igual período de 1941..... 120.428.208\$200

Diferença para menos neste ano.... 132.920.477\$200

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 14

COMPARAÇÃO DA ANTECIPAÇÃO GERAL

Arrecadação:
De 1 a 18 de agosto de 1942..... 20.388.888\$900
Em 18 de agosto de 1942..... 4.521.754\$200

Total..... 24.910.642\$100
Em igual período de 1941..... 26.267.202\$100

Diferença para menos em 1942.... 1.356.560\$100

De 1 de janeiro a 18 de agosto de 1942..... 274.466.611\$700
Em igual período de 1941..... 228.625.947\$600

Diferença para mais em 1942.... 45.840.664\$100

(Continua na pág. 12.939)

NOTICIÁRIO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Divisão de Águas

SEÇÃO DE PLUVIOMETRIA E INUNDAÇÕES

Estado e tendência do nível dos rios

Bacia Amazônica (dia 19)

Em declínio em Tefé, Iquitos, Manaus, Óbidos e Santarém. Em ascensão em Ilacostitara.

Bacia Paraná-Paraguai (dia 19)

Estacionário em Jupiá, Tomazina e Cuiabá. Em declínio em Tibagi, Jataí, São Mateus, Rio Negro, Porto União, Foz de Iguaçu e Corumbá e em ascensão em Porto Murtinho.

Bacia São Francisco (dia 20)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Itapicuru (dia 19)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Paraíba do Sul (dia 20)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Itajaí-Açu (dia 20)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia do Guandu (dia 20)

Em ascensão em D. Francisco, Mussum, Encarnação, Lagoado, Passo Montenegro e Campo Bom. Em declínio em Cachoeira, Rio-Pardo, São Jerônimo e Porto Alegre.

PARTE COMERCIAL

Camara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro

BOLETIM DE COTAÇÕES DO CAMBIO FIXADO EM 18 DE AGOSTO DE 1942

Praça	Mercados		
	Oficial	Libra	Libra Especial
Londres:			
Libras AREA.	67\$610	79\$365	73\$285
Portugal	—	8\$01	8\$17
Saça	—	4\$650	6\$220
Nova York	—	19\$410	20\$464
Urugua	—	—	10\$960
Argentina	—	4\$880	4\$944
Chile	—	8\$33	—

COTAÇÕES OFICIAIS DE TÍTULOS EM 19 DE AGOSTO DE 1942

Apólices e Obrigações

Diversas Emissões de 5 %, miúdas, nominativas	77\$40
Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, nominativas	81\$00
Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, portador	80\$40
Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, portador (cauteladas)	79\$09
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$0, 7 % (1936)	1:05\$40
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$0, 7 % (1938)	1:04\$30
Empréstimo Municipal de 1914, portador	1\$740
Empréstimo Municipal de 1917, portador	1\$740
Empréstimo Municipal de 1931, portador	2\$180
Empréstimo Municipal de 7 %, portador (Dec. n. 1.335)	2\$040
Prefeitura de B. Horizonte de 1:000\$0, 7 %, portador	91\$50
Prefeitura de Niterói de 200\$0, 8 %, portador	2\$440
Prefeitura de P. Alegre de 500\$, 3 1/2 %, portador	31\$0
Minas Gerais de 1:000\$0, 7 %, portador	94\$80
Minas Gerais de 200\$0, 5 %, portador (1931), 1.ª série	1\$245
Minas Gerais de 200\$0, 7 %, portador (1931), 2.ª série	1\$240
Minas Gerais de 200\$0, 7 %, portador (1931), 3.ª série	1\$185
Pernambuco de 100\$0, 5 %, portador	9\$80
Endossiciários do Estado do Rio de 600\$0, 4 %, portador	62\$40
Endossiciários do Rio Grande do Sul de 1:000\$0, 8 %, portador	1:02\$40
S. Paulo de 200\$0, 5 %, portador	23\$45

Ações de Bancos

Comércio, nominativas	35\$40
-----------------------------	--------

Ações de Companhias

Docas de Santos, portador	25\$80
Lojas Americanas S. A.	1:35\$00
Siderúrgica Belgo-Mineira, portador	62\$45

Debêntures

Banco Hipotecário "Lar Brasileiro", S. A. de Crédito Real	21\$45
Companhia Docas de Santos	21\$80
Companhia Mogiana de E. de Ferro	19\$00

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1942. — Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

Sexta-feira 21

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Agosto de 1942 12937

MOVIMENTO DA BOLSA DE VALORES
EM 19 DE AGOSTO DE 1942

Quant.	Títulos	Preços
Aplicáveis e Obrigações:		
União:		
3	Diversas Emissões de 2000\$, nominativas	15580
13	Idem de 1:0000\$	81080
175	Idem, portador	80580
5	Idem	80680
10	Idem	80780
11	Idem de 1917	78380
110	Diversas Emissões, portador (cautelos)	78380
100	Idem	70880
Obrigações:		
27	Tesouro de 1930	1:05380
3	Idem de 1932	1:01380
Municipal:		
8	Empréstimo de 1941, portador	18780
9	Idem de 1941	18780
180	Decreto n. 1.335	20080
192	Empréstimo de 1931	22180
8	Idem	22180
Prefeituras:		
60	Belo Horizonte	91580
50	Idem	91680
230	Niterói	20480
120	Porto Alegre, 3 1/2 %	3120
Estaduais:		
35	Minas, 7 %, portador	94580
120	Minas de 1924, 1.ª série	18285
10	Idem	18280
342	Idem, 2.ª série	18280
90	Idem, 3.ª série	19480
85	Idem	19485
20	Idem	19280
5	Rodovias do Estado do Rio	62080
108	Pernambuco	9880
215	Rodovias do Rio Grande do Sul	1:02080
95	São Paulo	23280
11	Idem	23380
Ações de Bancos:		
50	Comércio, nominativas	33080
Ações de Companhias:		
200	Docas de Santos, portador	25380
25	Lojas Americanas	1:53080
10	Beira - Nilópolis, portador	62880
250	Idem	63080
165	Idem	62080
160	Idem	62380
Debêntures:		
200	Banco "Lar Brasileiro"	21580
250	Idem	21585
375	Companhia Docas de Santos	21680
100	Companhia Mogiana de Estrada de Ferro	10080

Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

Junta de Corretores de Mercadorias
do Distrito Federal

MERCADO DISPONÍVEL

MOVIMENTO DO DIA 18

Café

Entradas	1.878
Saídas	—
Consumo local	600
Existência	378.170
Café reverendo	1.068
Café recondido	1.478
Mercado calmo.	—

Tipo 3	2882
Tipo 4	2887
Tipo 5	2882
Tipo 6	2787
Tipo 7	2782
Tipo 8	2487

Açúcar

Entradas	19.613
Saídas	21.145
Existência	9.037
Mercado firme.	—
Branco cristal	6780 a 7080
C. amarelo	5880 a 6080
Mascavinho	Não há
Mascavo	5280 a 5480

Algodão

Entradas	—
Saídas	248
Existência	11.983
Mercado estável.	—

Fardos

Preços por 10 quilos

Fibra longa:	
Tipo Seridó:	7380 a 7480
Tipo 4	7180 a 7280
Fibra média:	
Seridó:	6680 a 6780
Tipo 3	6780 a 6880
Tipo 5	5780 a 5880
Fibra curta:	
Matas:	—
Tipo 3	—
Tipo 5	—
Paulista:	
Tipo 3	—
Tipo 5	—

Em 19 de agosto de 1942. — O síndico, Bento Dias Pereira.

MOVIMENTO DO DIA 19

Café

Entradas	1.812
Saídas	—
Consumo local	600
Existência	379.072
Café lavado	250
Café beneficiado	—
Mercado calmo.	—

Preços por 10 quilos

Tipo 3	2782
Tipo 4	2887
Tipo 5	2882
Tipo 6	2787
Tipo 7	2782
Tipo 8	2487

Açúcar

Entradas	5.483
Saídas	7.083
Existência	6.537
Mercado firme.	—

Preços por saca

Branco cristal	6780 a 7080
C. amarelo	5880 a 6080
Mascavinho	Não há
Mascavo	5280 a 5480

Algodão

Entradas	—
Saídas	213
Existência	11.768
Mercado estável.	—

Preços por 10 quilos

Fibra longa:	
Tipo Seridó:	7380 a 7480
Tipo 4	7180 a 7280
Fibra média:	
Seridó:	6680 a 6780
Tipo 3	6780 a 6880
Tipo 5	5780 a 5880
Fibra curta:	
Matas:	—
Tipo 3	—
Tipo 5	—
Paulista:	
Tipo 3	—
Tipo 5	—

Em 20 de agosto de 1942. — O síndico, Bento Dias Pereira.

(Continuação de pág. 12.936)

TERMO DE CONTRATO

culares. As passagens, transportes e comunicações telegráficas, concedidas de acordo com as requisições serão consideradas, nas estradas de ferro administradas pela União, de interesse público, não constituindo despesa. As despesas decorrentes das requisições de passagens, transportes e comunicações telegráficas nas estradas de ferro não federais correrão, por conta dos recursos atribuídos ao Serviço pelo Governo Federal.

Cláusula oitava. — O material importado para os trabalhos do Serviço terá entrada no país, livre do pagamento de quaisquer direitos alfandegários ou outros, de acordo com o decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, capítulo V, art. 21, alínea c.

Cláusula nona. — Para os trabalhos imediatos no Vale do Amazonas ficam estabelecidas as seguintes condições:

a) o Serviço assume, desde a data em que entrar em vigor o presente contrato, até 31 de dezembro de 1943, o encargo referido do número 1, cláusula primeira deste contrato,

b) para a execução dos trabalhos estabelecidos na presente cláusula, o Governo Federal concorrerá, em 1942, com a importância de réis 5.000.000 (cinco mil contos de réis), e, em 1943, com a importância que fixar o orçamento desse exercício, aplicando o Instituto of Inter-American Affairs, durante a vigência deste contrato, a importância de \$2.000.000 (dois milhões de dólares).

Para a execução deste item ficam estabelecidas as seguintes condições:

I) Na contribuição do Instituto of Inter-American Affairs incluir-se-á a importância do material que o mesmo fornecer.

II) A fixação da quota do Institut of Inter-American Affairs será feita de acordo com as taxas cambiais que vigorarem na época em que o pagamento das despesas for sendo efetuado pelo Serviço.

III) O Governo Federal depositará no Banco do Brasil, após o registro deste contrato pelo Tribunal de Contas, creditado ao superintendente do Serviço, a importância de 5.400.000 (cinco mil contos de réis), correspondente à sua contribuição para o ano corrente, e, em janeiro do ano de 1943, tomará igual providência quanto à quota relativa ao mesmo ano.

IV) Os juros das importâncias depositadas no Banco do Brasil reverterão em favor do Tesouro Nacional.

V) As despesas que forem sendo efetuadas serão pagas pelas contribuições do Governo Federal e do Instituto of Inter-American Affairs, observada a proporção de dez por cento para aquele e de noventa por cento para este.

VI) O Serviço prestará conta das despesas efetuadas, de modo que se possa verificar se está sendo observada, no custeio, a proporção estabelecida no item anterior.

VII) Os impostos que, durante a vigência do presente contrato, afetarem o orçamento do

12938 Sexta-feira 21

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Agosto de 1942

Serviço correio por conta da quota do Governo Federal.

Cláusula décima — O Instituto of Inter-American Affairs aplicará, durante a vigência deste contrato, até a importância de \$500.000 (quinhentos mil dólares), para execução dos trabalhos referidos nos números 2 e 3 da cláusula primeira deste contrato. A aplicação dos recursos referidos na presente cláusula far-se-á a critério do superintendente do Serviço.

Cláusula décima primeira — O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 1943, e a partir da data em que for registrado no Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por qualquer indenização se o referido Tribunal lhe denegar registro.

Cláusula décima segunda — A contribuição do Governo Federal determinada pela presente contrato correrá por conta de crédito aberto especialmente para esta fim.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados, firmam e selam o presente contrato, em dois exemplares, na língua portuguesa e inglesa, na cidade do Rio de Janeiro, aos dezesseis dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e dois.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil: *Orlando Aranha*, ministro de Estado das Relações Exteriores. — *Getúlio Cavalcanti*, ministro de Estado da Educação e Saúde.

Pelo Governo dos Estados Unidos da América: *Jefferson Caffery*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Rio de Janeiro. — *George M. Sawyers*, representante do Instituto of Inter-American Affairs.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Diretoria do Domínio da União

PROCURADORIA

4.º traslado — Livro n. 182, fls. 16-18 — Data, 18 de agosto de 1942.

Escritura pública de constituição do ente-fundo do lote de terreno de acrecido de marinha da quadra n. 9 da Esplanada do Castelo, situado na rua projetada que liga as avenidas Paratibeiral e Aparício Borges, entre as avenidas Beira-Mar e Presidente Wilson, distante 72,50m da testada lateral da avenida Aparício Borges, freguesia de São José, nesta Capital, entre a União Federal, como outorgante, e o Dr. Manoel Nogueira de Paula e outros, como outorgados, conforme o processo protocolado no Tesouro Nacional, sob o n. 22.320, de 1942, na forma abaixo:

Sabam quantos esta virem que, aos dezesseis dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade do Rio de Janeiro e em o gabinete do procurador da Diretoria do Domínio da União do Tesouro Nacional, no Edifício do I.P.A.R.E., na rua Pedro Lessa, onde eu, Ruy Barbosa Netto, escrevente juramentado, inferior, investido das funções do tabelião, por força do decreto-lei n. 2.757, de 31 de outubro de 1940, à rego vim, aí presentes, perante mim tabelião, compareceram, partes entre si justas e contrárias, de um lado, como outorgante, a União Federal, representada neste ato, ex-ef do disposto no § 2.º, do art. 13, do decreto-lei n. 3.438, de 17 de julho de 1941, pelo bacharel Agripino Gomes Vaz, procurador da Diretoria do Domínio da União do Tesouro Nacional, e do outro lado, como outorgados, Manoel Nogueira de Paula, solteiro, engenheiro, residente à rua Fernandes Mendes n. 19; Glito Barbosa Bokel, casado, engenheiro, arquiteto, residente à Avenida Beira-Mar n. 152; Ernesto Primo da Costa Pereira, casado, engenheiro civil, residente à rua Conrado Niemeyer n. 26; Eduardo Guidão da Cruz, solteiro, engenheiro, residente à Travessa Martins Ferreira n. 17; Artur do Prado, casado, professor, residente à Avenida Visconde Albuquerque n. 104; Marcos Carneiro de Mendonça, casado, industrial, residente à rua Margareth de Abranches n. 189; Saul Cayg, comerciante, desempregado, residente à Avenida Ruy Barbosa n. 198; Beatriz Afonso Franco, desquitada, proprietária, residente à rua Cícero do Julho

n. 116; Joaquim Montano Difini, casado, médico, residente à rua Pires de Almeida, n. 7, nesta ato representado pelo seu bastante procurador Francisco Montajós, brasileiro, casado, residente à rua Martins Ferreira n. 51, conforme procuração que me foi exibida e fica devidamente registrada no livro próprio deste cartório, Francisco Curuso, casado, funcionário da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, residente à rua Mariz e Barros n. 1.063, casa IV, Durvalina Alves Cordeiro, solteira, proprietária, residente à rua D. Mariana n. 118; Celina da Costa Bergamini, casada, funcionária pública, assistida por seu marido Arminio Bergamini, residentes à Praça Duque de Caxias n. 37, casa I, Emílio de Souza Pereira, solteiro, engenheiro, residente à rua Encas Galvão n. 31; Mário Augusto Pereira da Cunha, solteiro, funcionário da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, residente à rua das Laranjeiras n. 21, e Ovaldo Moura Brasil do Amaral, casado, médico, residente à Praia do Flamengo n. 2, todos brasileiros, "enjurados", os presentes conhecidos como os pedidos por mim tabelião, e pelas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, que também compareceram, do que de tudo dou fé. Item como de n.º haver não a presente escritura distribuída pelo tabelião que fica arquivada. E, perante as mesmas testemunhas, pela outorgante me foi lido o seguinte: — Primeiro — que é senhora e legítima possuidora do lote de terreno de acrecido de marinha da quadra n. 9 da Esplanada do Castelo, situado na rua projetada que liga as avenidas Paratibeiral e Aparício Borges, entre as avenidas Beira-Mar e Presidente Wilson e distante 72,50m da testada lateral da avenida Aparício Borges, na freguesia de São José, nesta Capital; Segundo — que são os seguintes os dados característicos do lote de terreno antes mencionado: área quatrocentos e vinte metros quadrados (420,00m²) forma retangular; mede na frente e nos fundos vinte e um metros (21,00m); de frente a fundos, vinte metros (20,00m); a frente, lado norte, confronta com a rua projetada do lado direito, leste, com a área de acrecido entre as quadras oito (8) e nove (9); o fundo, sul, com a área interna entre as quadras nove (9) e dez (10); o lado esquerdo, oeste, com terrenos de acrecido de marinha da quadra nove (9), na posse da Prefeitura Municipal; todo de acordo com a planta e os elementos constantes do fls. 2 e 3 do processo protocolado no Tesouro Nacional, sob o número 22.320, de 1942; Terceiro — que pelo presente instrumento transfere aos outorgados o domínio útil do mencionado lote de terreno, recebendo a outorgante, a título de jola, pelo direito preferencial no aforamento do lote de terreno de acrecido de marinha, já descrito, a quantia líquida de mil e quinhentos e cem mil réis (1.500:10000), já recolhida ao Banco do Brasil, conforme o recibo do mesmo Banco n. 142.965, de 17 de agosto de 1942 e constante do fls. 106, do mesmo processo n. 22.320, de 1942; Quarto — que a presente transferência é feita em virtude do decreto-lei n. 2.803, de 21 de novembro de 1940, e por força da concorrência pública realizada em 20 de abril de 1942 e aprovada por despacho do diretor da Diretoria do Domínio da União, de 11 de maio de 1942, assinado na folha 46, do mencionado processo n. 22.320, de 1942, bem como do despacho do mesmo diretor constante do fls. 103 do processo já citado; Quinto — que os outorgados, de acordo com as disposições legais, aceitam, se sujeitam, para com a outorgante, às seguintes obrigações: a) pagar o fôco anual da quantia de seis contos e seis mil e seiscientos réis (6:00000), pagamento que deverá ser satisfeito, adiantadamente, até trinta e um (31) de março, de cada ano, sob pena de nulidade equivalente a vinte por cento (20%) do valor da dívida; b) pena de comissão, na conformidade do disposto no artigo vinte e sete (27) e seus parágrafos, do decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438), de dezesseis (17) de julho de mil novecentos e quarenta e um (1941) se houver atraso por três (3) anos consecutivos no pagamento do fôco; c) não alienarem o domínio útil do terreno, sem prévia licença da Dire-

toria do Domínio da União, sob pena de comissão e na conformidade do disposto no artigo vinte e quatro (24) e seus parágrafos, do mesmo decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438); d) pagarem à União o laudêmio de cinco por cento (5%) sobre o preço da transferência do imóvel ou sobre o valor do terreno e benfeitorias porventura existentes, se com o preço da transferência não concordar a União, desde que onerosa a transferência e ainda que a mesma se opere em virtude de decisão judicial, e se a União não comunicar aos outorgados, no prazo de trinta (30) dias, que vai usar do direito de opção, tudo de acordo com o disposto nos parágrafos primeiro e terceiro, do artigo vinte e seis (26), do decreto-lei número dois mil quatrocentos e noventa (2.490) de dezesseis (16) de agosto de mil novecentos e quarenta (1940), combinado com o disposto no artigo treze (13) e seus parágrafos, do decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438), já mencionado, ficando o presente contrato de aforamento também sujeito às sanções contidas no parágrafo primeiro e segundo, do artigo dezeto (18) do mesmo decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438); — Sexto — que, assim, da mencionada jola de plena e geral quitação aos outorgados, nos quais, a outorgante cede e transfere, por força desta escritura e da cláusula "constituta", toda a posse, domínio útil, direito e ação que tem sobre o lote de terreno já descrito, aforamento, neste mesmo ato, o citado lote de terreno e obrigando-se a fazer o presente contrato bom, firme e válido em qualquer tempo e a responder pela evicção na forma da lei; Sétimo — que as partes ideais de cada outorgado no aforamento que ora se constitui, são as seguintes: Manoel Nogueira de Paula — dois quarenta avos (1/40); Glito Barbosa Bokel — quatro quarenta avos (1/40); Ernesto Primo da Costa Pereira — quatro quarenta avos (1/40); Eduardo Guidão da Cruz — quatro quarenta avos (1/40); Artur do Prado — dois quarenta avos (1/40); Marcos Carneiro de Mendonça — quatro quarenta avos (1/40); Saul Cayg — quatro quarenta avos (1/40); Beatriz Afonso Franco — quatro quarenta avos (1/40); Joaquim Montano Difini — dois quarenta avos (1/40); Francisco Curuso — um quarenta avos (1/40); Durvalina Alves Cordeiro — dois quarenta avos (1/40); Celina da Costa Bergamini — um quarenta avos (1/40); Emílio de Souza Pereira — um quarenta avos (1/40); Mário Augusto Pereira da Cunha — um quarenta avos (1/40); Ovaldo Moura Brasil do Amaral — quatro quarenta avos (1/40); Oitavo — que, assim de se atender à finalidade do decreto-lei n. 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, os outorgados se obrigam a edificar, dentro do prazo de três anos (3), no lote de terreno em causa, de acordo com as prescrições legais, sob pena de o aforamento consolidar-se automaticamente extinto; Nono — que o presente contrato só entrará em vigor depois de devidamente registrado pelo Tribunal de Contas, nos termos do artigo 25 e seus parágrafos, do decreto-lei n. 420, de 12 de maio de 1938, não se responsabilizando a União Federal por indenização de espécie alguma se o registro for denegado por aquele Tribunal, reservada a restituição aos outorgados das importâncias do mil e um contos e cem mil réis (1.500:10000), recolhida ao Banco do Brasil, conforme mencionado no item 3.º desta escritura. E pelos contraentes outorgantes e outorgados me foi então dito, que aceitavam a presente escritura nos termos em que está redigida, com todas as obrigações que nela se contêm, reconhecendo-se, expressamente que o lote de terreno ora aforado, constante da planta junta ao processo n. 22.320, de 1942, citado, representa a exata conformação e dimensões constantes dos itens primeiro e segundo. Paga de seis proporcional, na conformidade do art. 36, combinado com a observação 2.ª da tabela que acompanha o decreto-lei n. 4.274, de 17 de abril de 1942, pagamento que está estipulado no presente contrato, a quantia de quatro contos e trinta e dois mil réis e mais duzentos réis (42) de

Anexo III

9572 Segunda-feira 21

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Junho de 1943

DECRETO-LEI N. 5.591 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Transferência de Fernando de Noronha para Campina Grande — Estado da Paraíba do Norte, a sede do 31.º Batalhão de Caçadores
O Presidente da República, decreta:

Artigo único. É transferida, do Território de Fernando de Noronha para Campina Grande — Estado da Paraíba do Norte, a sede do 31.º Batalhão de Caçadores, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 5.592 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Apoia o contrato sobre o saneamento do Vale do Rio Doce e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o contrato relativo ao saneamento do Vale do Rio Doce, assinado a 10 de fevereiro de 1943, entre o governo do Brasil e o governo dos Estados Unidos da América.

Art. 2.º As despesas com a execução do contrato, no ano de 1943, serão atendidas pela Verba 3 — Serviços e Encargos: Consignação I — Diversas; Subconsignação 36, item 04-06, alínea a, do orçamento do Ministério da Educação e Saúde para o corrente exercício (anexo n. 13, artigo 3.º do decreto-lei n. 5.120, de 19 de dezembro de 1942).

Art. 3.º O Ministério da Educação e Saúde providenciará para que seja depositada no Banco do Brasil, à disposição do Serviço Especial de Saúde Pública, a contribuição financeira a que é obrigada a União.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capamusa.

A. de Sousa Costa.

Oswaldo Araújo.

(4) DECRETO-LEI N. 5.593 — DE 18 DE JUNHO DE 1943

Cria cargo de Promotor Público e função gratificada de Sub-Procurador no Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, na Parte Permanente do Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um (1) cargo isolado, de provimento efetivo, de Promotor Público, padrão N, que terá a denominação de 26.º Promotor Público.

Art. 2.º Fica criada, nos mesmos Quadro, Parte e Ministério, a função gratificada de Sub-Procurador, que será exercida por promotor ou curador, escolhido e designado pelo Procurador Geral do Distrito Federal.

Art. 3.º Fica fixada em Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), anual, a gratificação a que se refere o artigo anterior.

Art. 4.º O art. 87 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940, alterado pelo de n. 4.219, de 31 de março de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 87. Os promotores públicos funcionarão: quinze nas Varas Criminais; dois junto ao Tribunal do Juri e respectivo juiz substitutor; dois na Vara de Registos Públicos; três nos Serviços de registro civil, sendo um junto aos cartórios da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Circunscrição, outro junto da 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª, e o último junto da 11.ª, 12.ª, 13.ª e 14.ª; dois nas Varas de Família; e dois como sub-procuradores ou em substituição aos curadores designados para aquela função".

Art. 5.º Os Sub-Procuradores terão a denominação de 1.º e 2.º, cabendo-lhes, nessa ordem, a substituição do Procurador Geral, na forma do art. 276 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940.

Art. 6.º Para atender, no atual exercício, à despesa com o disposto neste decreto-lei, fica aberto no Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 16 do Orçamento Geral da República) o crédito na importância de Cr\$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, consignação I — Pessoal permanente, sub-consignação 01 — Pessoal permanente, 50 — Pessoal civil, 81 — Quadro da Justiça.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 15 de maio de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Sousa Costa.

(*) N. R. Reproduz-se por omissão na referenda — Diário Oficial Seção I, edição de 19 de junho de 1943.

DECRETO N. 12.505 — DE 3 DE JUNHO DE 1943

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim de Andrade Vilela a pesquisar quartzo, calcário, mica e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição e nos termos do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim de Andrade Vilela a pesquisar quartzo, calcário, mica e associados no imóvel denominado Fazenda Quinta da Conceição, situado no distrito e município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, numa área de setenta hectares e cinco ares (70,5 Ha), delimitada por um polígono tendo um vértice a quatorcentos sessenta e cinco metros (465 m), no rumo quarenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (42º 30' SW) do cumbal sudoeste (SW) da "Estação de Retiro" da Estrada de Ferro Central do Brasil e cujos lados têm os seguintes rumos magnéticos e comprimentos: oitenta e nove graus e trinta minutos noroeste (89º 30' NE), seiscentos e sessenta e quatro metros (674 m); quarenta e um graus e trinta minutos noroeste (41º 30' NW), trezentos e dezesseis metros (326 m); dezessete graus e quinze minutos nordeste (39º 15' NE), setecentos e quarenta e quatro metros (744 m); setenta e nove graus e trinta minutos nordeste (79º 30' NE), seiscentos e trinta e quatro metros (634 m); quatro graus e quinze minutos sudoeste (4º 15' SE), mil e sessenta e quatro metros (1.674 m), fechando-se o perímetro.

Art. 2.º Esta autorização é outorgada nos termos estabelecidos no Código de Minas.

Art. 3.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste decreto, pagará a taxa de setecentos e dez cruzeiros (Cr\$ 710,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolinário Sales.

(N. 8.253 — 18-6-43 — Cr\$ 83,60).

DECRETO N. 12.552 — DE 9 DE JUNHO DE 1943

Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Carneiro de Albuquerque Maranhão a pesquisar diatomita no município de Jabotão, do Estado de Pernambuco

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição e nos termos do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Júlio Carneiro de Albuquerque Maranhão a pesquisar diatomita numa área de cinquenta hectares e vinte e três ares (50,23 Ha), situada no Engenho dos Quaresmas, município de Jabotão, do Estado de Pernambuco e delimitada por um polígono que tem um vértice a mil quinhentos e oitenta metros (1.580 m), na direção setenta graus e quarenta minutos noroeste (70º 40' NW) do canto extremo norte (N) da fachada posterior da Estação de Prazeres da Great Western Brazil Railway Company e cujos lados adjacentes a esse vértice têm cincocentos metros (500 m) e rumo dezoito graus sudoeste (18º SW), seiscentos e cinquenta metros (650 m) e rumo oitenta e sete graus noroeste (87º NW).

Art. 2.º Esta autorização é outorgada nos termos estabelecidos no Código de Minas.

Art. 3.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste decreto, pagará a taxa de quinhentos e dez cruzeiros (Cr\$ 510,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolinário Sales.

(N. 8.252 — 18-6-43 — Cr\$ 67,30).

DECRETO N. 12.605 — DE 16 DE JUNHO DE 1943

Concede à Mineração Del Rey Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição e nos termos do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º É concedida à Mineração Del Rey Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração de acordo com o que dispõe o art. 6.º § 1.º, do decreto-lei n. 1.985,

Anexo IV

12936 Sexta-feira 21

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Agosto de 1942

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E SAÚDE

Contrato sobre saúde e saneamento, firmado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Instituto of Inter-American Affairs.

O Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Instituto of Inter-American Affairs of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, com o fim de dar cumprimento ao acordo sobre Saúde e Saneamento, celebrado entre os dois Governos, em Washington, por troca de notas, datadas de 14 de março de 1942, resolveram concluir e regulamentar o contrato:

Cláusula primeira — O Instituto of Inter-American Affairs manterá um serviço denominado Serviço Especial de Saúde Pública que ficará subordinado diretamente ao Ministério de Educação e Saúde e incluirá entre as suas atribuições:

1 — O saneamento do Vale do Amazonas, especialmente a profilaxia e os estudos da malária no Vale do Amazonas e a assistência médico-sanitária aos trabalhadores ligados ao desenvolvimento econômico da referida região;

2 — O preparo de profissionais para trabalhos de saúde pública, compreendendo o aperfeiçoamento de médicos e engenheiros sanitários, a formação de enfermeiras da saúde pública e o treinamento de outros técnicos;

3 — A colaboração com o Serviço Nacional de Lepre e, por intermédio deste, com as repartições sanitárias estaduais, para o combate da lepra.

Deverão incluir-se na atividade do Serviço outros problemas de saúde pública, mediante novos e prévios entendimentos e contratos entre as duas partes.

Cláusula segunda — O Serviço estará subordinado ao ministro da Educação e Saúde.

Cláusula terceira — O Serviço será superintendido por um médico do Instituto of Inter-American Affairs aceito pelo ministro da Educação e Saúde, e terá como assistente administrativo um médico do serviço público federal, indicado pelo referido ministro e nomeado pelo superintendente do mesmo Serviço.

Cláusula quarta — Compreendem-se nas atribuições do superintendente do Serviço a admissão e a dispensa, a fixação da remuneração e demais condições de trabalho do pessoal de que necessitar o Serviço. Os funcionários federais efetivos aproveitados no Serviço não terão prejuízo sofrido na sua vida funcional, sendo, porém, remunerados pelas condições do Serviço.

Cláusula quinta — Além das informações que forem pedidas pelo ministro da Educação e Saúde, serão remetidos à referida autoridade e ao diretor do Departamento Nacional de Saúde relatórios mensais sobre o andamento dos trabalhos do Serviço.

Cláusula sexta — Os salários e todas as demais despesas, inclusive as de viagens, do pessoal do Instituto of Inter-American Affairs, serão custeadas exclusivamente com as verbas do mesmo.

Cláusula sétima — Os médicos e demais servidores do Serviço terão franquia postal e telefônica, passagens livres nos ferros administrados pela União e direito aos abastecimentos concedidos às repartições públicas da União pelas companhias nacionais de navegação marítima e fluvial, companhias de navegação aérea, podendo o Serviço requisitar todas essas concessões em favor dos servidores onerados de postos onde se mantiverem médicos residentes. Os referidos médicos e demais servidores autorizados poderão, outrossim, requisitar as estradas de ferro administradas pela União para o pessoal subalterno em serviço, transporte de material necessário e franquia telefônica nas suas rotas parti-

(Continua na pág. 12.937)

RENDAS PÚBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal
COMPARAÇÃO DA RENDA ANTERECADADA

De 1 a 15 de agosto de 1942..... 62.997:898198
Em igual período de 1941..... 2.593:478244

Total..... 64.491:366406
Em igual período de 1941..... 27.729:398293

Diferença para mais neste ano.... 6.962:968113

De 1 de janeiro a 15 de agosto de 1942..... 690.958:912599
Em igual período de 1941..... 298.842:749293

Diferença para mais neste ano.... 392.116:162606

MOVIMENTO DE DEPOSITOS

De 1 a 15 de agosto de 1942..... 1.678:998900
Em 15 de agosto de 1942..... 21:418200

Total..... 1.700:417100
Em igual período de 1941..... 162.270:327800

Diferença para menos neste ano.... 160.569:910700

De 1 de janeiro a 15 de agosto de 1942..... 27.503:751899
Em igual período de 1941..... 180.638:598900

Diferença para menos neste ano.... 153.135:847001

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 14

COMPARAÇÃO DA ANTERECADADA GERAL

Arrecadação:
De 1 a 15 de agosto de 1942..... 20.388:888900
Em 15 de agosto de 1942..... 4.521:758900

Total..... 24.909:647800
Em igual período de 1941..... 26.501:202100

Diferença para menos em 1942.... 1.591:554300

De 1 de janeiro a 15 de agosto de 1942..... 274.466:6118700
Em igual período de 1941..... 328.625:0478000

Diferença para mais em 1942.... 54.158:4361300

(Continua na pág. 12.939)

NOTICIÁRIO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Divisão de Águas

SEÇÃO DE PLUVIOMETRIA E INUNDAÇÕES

Estado e tendência do nível dos rios

Bacia Amazônica (dia 19)

Em declínio em Tefé, Iahra, Manaus, Óbidos e Santarém. Em acréscimo em Ilarótilara.

Bacia Paraná-Paraguai (dia 19)

Estacionário em Jespi, Tomazina e Curitiba. Em declínio em Tibagi, Jataí, São Mateus, Rio Negro, Porto União, Foz de Iguaçu e Corumbá e em acréscimo em Porto Martinho.

Bacia São Francisco (dia 20)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Itapicuru (dia 19)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Paraíba do Sul (dia 20)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Itajai-Açu (dia 20)

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia do Guaiúba (dia 20)

Em acréscimo em D. Francisco, Mussun, Encantado, Lagoado, Passo Montenegro e Campo Bom. Em declínio em Cachoeira, Rio Paro, São Jerônimo e Porto Alegre.

PARTE COMERCIAL

Camara Sindical dos Corretores de
Fundos Públicos do Rio
de JaneiroBOLETIM DE COTAÇÕES DO CAMBIO FIXADO
EM 18 DE AGOSTO DE 1942

Praças	Mercado		
	Oficial	Livre	Especial
Londres:			
Libras AREA.	678616	794383	794385
Portugal	—	8801	8917
Suica	—	48650	68220
Nova York	—	194410	208464
Uruguai	—	—	108900
Argentina	—	48680	48944
Chile	—	8033	—

COTAÇÕES OFICIAIS DE TÍTULOS
EM 19 DE AGOSTO DE 1942

Apólices e Obrigações

Diversas Emissões de 5 %, miúdas, nominativas	77540
Diversas Emissões de 1:00000, 5 %, nominativas	81040
Diversas Emissões de 1:00000, 5 %, portador	80540
Diversas Emissões de 1:00000, 5 %, portador (notas)	79040
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:00000, 7 % (1930)	1:05540
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:00000, 7 % (1939)	1:04340
Empréstimo Municipal de 1914, portador	18740
Empréstimo Municipal de 1917, portador	18740
Empréstimo Municipal de 1931, portador	22140
Empréstimo Municipal de 7 %, portador (Dec. n. 1.535)	20040
Prefeitura de B. Horizonte de 1:00000, 7 %, portador	91540
Prefeitura de Niterói de 20040, 8 %, portador	20440
Prefeitura de P. Alegre de 50040, 3 1/2 %, portador	3140
Minas Gerais de 1:00000, 7 %, portador	94540
Minas Gerais de 20040, 5 %, portador (1931), 1.ª série	18240
Minas Gerais de 20040, 7 %, portador (1931), 2.ª série	19240
Minas Gerais de 20040, 7 %, portador (1931), 3.ª série	19140
Pernambuco de 10040, 5 %, portador	9840
Redoviárias do Estado do Rio de 60040, 8 %, portador	6240
Redoviárias do Rio Grande do Sul de 1:00000, 8 %, portador	1:0240
S. Paulo de 20040, 5 %, portador	23240

Ações de Bancos

Comércio, nominativas

Ações de Companhias

Docas de Santos, portador

Lojas Americanas S. A.

Siderurgica Belgo-Mineira, portador

Debentures

Banco Hipotecário "Lar Brasileiro", S. A. de Crédito Real

Companhia Docas de Santos

Companhia Mogiana de E. de Ferro

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1942. — Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

Sexta-feira 21

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Agosto de 1942 12937

MOVIMENTO DA BOLSA DE VALORES
EM 19 DE AGOSTO DE 1942

Quant.	Titulos	Preços
Aplicações e Obrigações:		
União:		
3	Diversas Emissões de 20000, nominativas ...	15500
13	Idem de 1:00000 ...	81000
175	Idem, portador, ...	80500
5	Idem ...	80600
10	Idem ...	80700
11	Idem de 1947 ...	78300
110	Diversas Emissões, portador (cautelares) ...	78300
000	Idem ...	70000
Obrigações:		
27	Tesouro de 1930 ...	1:05300
3	Idem de 1932 ...	1:01300
Municípios:		
8	Empréstimo de 1944, portador ...	18700
9	Idem de 1947 ...	18700
180	Decreto n. 1.335 ...	20000
192	Empréstimo de 1931 ...	22100
8	Idem ...	22100
Prefeituras:		
60	Belo Horizonte ...	01600
50	Idem ...	01600
250	Niterói ...	20400
120	Porto Alegre, 3 1/2 % ...	3100
Estaduais:		
35	Minas, 7 %, portador ...	04500
120	Minas de 1924, 1.ª série ...	18200
10	Idem ...	18200
342	Idem, 2.ª série ...	18200
90	Idem, 3.ª série ...	18400
85	Idem ...	18400
20	Idem ...	19200
5	Rodovias do Estado do Rio ...	62000
108	Pernambuco ...	9800
215	Rodovias do Rio Grande do Sul ...	1:02000
95	São Paulo ...	23200
11	Idem ...	23200
Ações de Bancos:		
50	Comércio, nominativas ...	33000
Ações de Companhias:		
200	Docas de Santos, portador ...	25300
25	Lojas Americanas ...	1:53000
10	Belgo-Mineira, portador ...	62800
250	Idem ...	63000
165	Idem ...	62000
160	Idem ...	62300
Debêntures:		
200	Banco "Lar Brasileiro" ...	21300
250	Idem ...	21300
375	Companhia Docas de Santos ...	21600
100	Companhia Mogiana de Estrada de Ferro ...	19000

Juvencio de Queiroz Vieira, presidente.

Junta de Corretores de Mercadorias
do Distrito Federal

MERCADO DISPONIVEL

MOVIMENTO DO DIA 18

Café.

Entradas	Sacas
...	1.878
Salidas	...
Consumo local	600
Existência	378.470
Café revendido	1.068
Café reUrado	1.478
Mercado calmo.	

	Preços por 10 quilos
Tipo 3	2982
Tipo 4	2867
Tipo 5	2862
Tipo 6	2787
Tipo 7	2782
Tipo 8	2647
Açúcar	
Entradas	19.615
Saídas	21.145
Existência	9.037
Mercado firme.	
	Preços por saca
Branco cristal	6700 a 7000
C. amarelo	5800 a 6000
Mascavinho	Não há
Mascavo	5200 a 5400

Algodão		Fardos
Entradas		—
Salidas		248
Existência		11.983
Mercado estavel.		

	Preços por 10 quilos
Fibra longa:	
Tipo Seridó:	
Tipo 3	7300 a 7400
Tipo 4	7100 a 7200
Fibra média:	
Seridó:	
Tipo 3	6600 a 6700
Tipo 4	5700 a 5800
Ceará:	
Tipo 3	—
Tipo 4	5500 a 5600
Fibra curta:	
Notas:	
Tipo 3	—
Tipo 4	—
Paulista:	
Tipo 3	—
Tipo 4	—

Em 19 de agosto de 1942 — O síndico, Bento Dias Pereira.

MOVIMENTO DO DIA 19

Café		Sacos
Entradas		1.812
Salidas		—
Consumo local		600
Existência		379.022
Café doado		240
Café beneficiado		—
Mercado calmo.		
		Preços por 10 quilos
Tipo 3		2982
Tipo 4		2887
Tipo 5		2882
Tipo 6		2787
Tipo 7		2782
Tipo 8		2647

Açúcar		Saca
Entradas		5.483
Salidas		7.983
Existência		6.537
Mercado firme.		
	Preços por	saca
Branco cristal	6700 a 7000	
C. amarelo	5800 a 6000	
Mascavinho	Não há	
Mascavo	5200 a 5400	

Algodão		Fardos
Entradas		—
Salidas		243
Existência		31.768
Mercado: estável.		

	Preços por 10 quilos
Fibra longa:	
Tipo Seridó:	
Tipo 3	7300 a 7400
Tipo 4	7100 a 7200
Fibra média:	
Seridó:	
Tipo 3	6600 a 6700
Tipo 5	5700 a 5800
Ceará:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	5500 a 5600
Fibra curta:	
Motas:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	— —
Paulista:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	— —

Em 20 de agosto de 1942. — O síndico, Bento Dias Pereira.

(Continuação da pág. 12.936)

TERMOS DE CONTRATO

culares. As passagens, transportes e comunicações telegráficas, concedidas de acordo com as requisições serão consideradas, nas estradas de ferro administradas pela União, de interesse público, não constituindo despesa. As despesas decorrentes das requisições de passagens, transportes e comunicações telegráficas nas estradas de ferro não federais correrão por conta dos recursos afluídos ao Serviço pelo Governo Federal.

Cláusula oitava. — O material importado para os trabalhos do Serviço terá entrada no país, livre do pagamento de quaisquer direitos alfandegários ou outros, de acordo com o decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, capítulo V, art. 21, alínea c.

Cláusula nona. — Para os trabalhos imediatos no Vale do Amazonas ficam estabelecidas as seguintes condições:

a) o Serviço assume, desde a data em que entrar em vigor o presente contrato, até 31 de dezembro de 1943, o encargo referido do número 1, cláusula primeira deste contrato, b) para a execução dos trabalhos estabelecidos na presente cláusula, o Governo Federal concorrerá, em 1942, com a importância de R\$ 5.000.000,00 (cinco mil contos de réis), e, em 1943, com a importância que fixar o orçamento desse exercício, aplicando o Instituto of Inter-American Affairs, durante a vigência deste contrato, a importância de \$2.000.000 (dois milhões de dólares).

Para a execução deste item ficam estabelecidas as seguintes condições:

I) Na contribuição do Instituto of Inter-American Affairs incluir-se-á a importância do material que o mesmo fornecer.

II) A fixação da quota do Institut of Inter-American Affairs será feita de acordo com as taxas cambiais que vigorarem na época em que o pagamento das despesas for sendo efetuado pelo Serviço.

III) O Governo Federal depositará no Banco do Brasil, após o registro deste contrato pelo Tribunal de Contas, creditado ao superintendente do Serviço, a importância de 5.000.000,00 (cinco mil contos de réis), correspondente à sua contribuição para o ano corrente, e, em janeiro do ano de 1943, tomará igual providência quanto à quota relativa ao mesmo ano.

IV) Os juros das importâncias depositadas no Banco do Brasil reverterão em favor do Tesouro Nacional.

V) As despesas que forem sendo efetuadas serão pagas pelas contribuições do Governo Federal e do Instituto of Inter-American Affairs, observada a proporção de dez por cento para aquele e de noventa por cento para este.

VI) O Serviço prestará conta das despesas efetuadas, de modo que se possa verificar se está sendo observada, no custeio, a proporção estabelecida no item anterior.

VII) Os impostos que, durante a vigência do presente contrato, afetarem o orçamento do

Serviço correto por conta da quota do Governo Federal.

Cláusula décima — O Instituto of Inter-American Affairs aplicará, durante a vigência deste contrato, até a importância de \$300.000 (quinhentos mil dólares), para execução dos trabalhos referidos nos números 2 e 3 da cláusula primeira deste contrato. A aplicação dos recursos referidos na presente cláusula far-se-á a critério do superintendente do Serviço.

Cláusula décima primeira — O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 1943, e a partir da data em que for registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por qualquer indenização se o referido Tribunal lhe denegar registro.

Cláusula décima segunda — A contribuição do Governo Federal determinada pelo presente contrato correrá por conta de crédito aberto especialmente para este fim.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados, firmam e selam o presente contrato, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa, na cidade do Rio de Janeiro, aos dezesseis dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e dois.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil: *Osvaldo Aranha*, ministro de Estado das Relações Exteriores. — *Giulio Bevilacqua*, ministro de Estado da Educação e Saúde.

Pelo Governo dos Estados Unidos da América: *Jefferson Caffery*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Rio de Janeiro. — *George M. Sawyers*, representante do Instituto of Inter-American Affairs.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Diretoria do Domínio da União

PROCURADORIA

4.º Intimado — Livro n. 182, fls. 15-18 —
Dota, 18 de agosto de 1942.

Escritura pública de constituição do enfiteuse do lote de terreno de acrecido de marinha da quadra n. 9 da Esplanada do Castelo, situado na rua projetada que liga as avenidas Perimetral e Aparício Borges, entre as avenidas Belém-Mar e Presidente Wilson, distante 72,50m da testada ímpar da avenida Aparício Borges, freguesia de São José, nesta Capital, entre a União Federal, como outorgante, e o Dr. Manoel Nogueira de Paula e outros, como outorgados, conforme o processo protocolado no Tesouro Nacional, sob o n. 22.320, de 1942, na forma abaixo:

Sabem quantos esta virem que, aos dezesseis dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade do Rio de Janeiro e em o gabinete do procurador da Diretoria do Domínio da União do Tesouro Nacional, no Edifício do I.P.A.B.E., na rua Pedro Lessa, onde eu, Rogenio Hatton Netto, escrevente juramentado, interino, investido das funções do tabelião, por força do decreto-lei n. 3.438, de 31 de outubro de 1940, à rego vim, aí presentes, perante mim tabelião, compareceram, partes entre si justas e contrabidas, de um lado, como outorgante, a União Federal, representada neste ato, ex-ef do disposto no § 2.º, do art. 1.º, do decreto-lei n. 3.438, de 17 de julho de 1941, pelo bacharel Agripino Gomes Veadó, procurador da Diretoria do Domínio da União do Tesouro Nacional, e do outro lado, como outorgados, Manoel Nogueira de Paula, solteiro, engenheiro, residente à rua Fernandes Mendes n. 49; Gilio Barbosa Bokel, casado, engenheiro, arquiteto, residente à Avenida Belém-Mar n. 102; Ernesto Primo da Costa Pereira, casado, engenheiro civil, residente à rua Courado Niemeyer n. 26; Eduardo Guidão da Cruz, solteiro, engenheiro, residente à travessa Martins Ferreira n. 17; Artur do Prado, casado, professor, residente à avenida Visconde Albuquerque n. 606; Marcos Carneiro de Mendonça, casado, industrial, residente à rua Marquês de Abranches n. 189; Saul Gagy, comerciante, desquitado, residente à avenida Ruy Barbosa n. 598; Beatriz Afonso Franco, desquitada, proprietária, residente à rua Cinco de Julho

n. 116; Joaquim Montano D'Álmeida, casado, médico, residente à rua Pires de Almeida n. 7, nesta ato representado pelo seu bastante procurador Francisco Montajós, brasileiro, casado, residente à rua Martins Pereira n. 51, conforme procuração que me foi exibida e fica devidamente registrada no livro próprio deste cartório, Francisco Garau, casado, funcionário da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, residente à rua Maria e Barros n. 1.003, casa IV, Durvalina Alves Cordeiro, solteira, proprietária, residente à rua D. Mariana n. 118; Celina da Costa Bergamini, casada, funcionária pública, assistida por seu marido Arminio Bergamini, residentes à Praça Duque de Caxias n. 37, casa I, Emílio de Souza Pereira, solteiro, engenheiro, residente à rua Encas Galvão n. 31; Mario Augusto Pereira da Cunha, solteiro, funcionário da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, residente à rua das Laranjeiras n. 21, e Osvaldo Moura Brasil do Amaral, casado, médico, residente à Praia do Flamengo n. 2, todos brasileiros, "enjurados", os presentes conhecidos como os pedidos por mim tabelião, e pelas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, que também compareço, do que de tudo dou fé. Item como de no haver sido a presente escritura distribuída pelo tabelião que fica arquivada. E, perante as mesmas testemunhas, pela outorgante me foi dito o seguinte: Primeiro — que é senhora e legítima possuidora do lote de terreno de acrecido de marinha da quadra n. 9 da Esplanada do Castelo, situado na rua projetada que liga as avenidas Perimetral e Aparício Borges, entre as avenidas Belém-Mar e Presidente Wilson, distante 72,50m da testada ímpar da avenida Aparício Borges, na freguesia de São José, nesta Capital; Segundo — que são os seguintes os dados característicos do lote de terreno antes mencionado: área quarenta e vinte metros quadrados (420,00m²) forma poligonal; medido na frente e nos fundos vinte e um metros (21,00m) de frente a fundos, vinte metros (20,00m); a fundo, lado norte, confronta com a rua projetada o lado direita, leste, com a área de acrecido entre as quadras oito (8) e nove (9); o fundo, sul, com a área interna entre as quadras nove (9) e dez (10); o lado esquerdo, oeste, com terrenos de acrecido de marinha da quadra nove (9), na posse da Prefeitura Municipal; tudo de acordo com a planta e os elementos constantes do fls. 2 e 3 do processo protocolado no Tesouro Nacional, sob o número 22.320, de 1942; Terceiro — que pelo presente instrumento transfere aos outorgados o domínio útil do mencionado lote de terreno, recebendo a outorgante, a título de jola, pelo direito preferencial no aforamento do lote de terreno de acrecido de marinha, já descrito, a quantia líquida de mil e quinhentos e cem mil réis (1.001:10000), já recolhida ao Banco do Brasil, conforme o recibo do mesmo Banco n. 142.965, de 17 de agosto de 1942 e constante do fls. 106, do mesmo processo n. 22.320, de 1942; Quarto — que a presente transformação é feita em virtude do decreto-lei n. 3.903, de 21 de novembro de 1940, e por força da concorrência pública realizada em 20 de abril de 1942 e aprovada por despacho do diretor da Diretoria do Domínio da União, de 11 de maio de 1942, expedido na folha 46, do mencionado processo n. 22.320, de 1942, bem como do despacho do mesmo diretor constante do fls. 103 do processo já citado; Quinto — que os outorgados, de acordo com as disposições legais que lhes são sujeitas, para com a outorgante, às seguintes obrigações: a) pagar o foro anual da quantia de seis contos e seis mil e seiscientos réis (6:00000), pagamento que deverá ser satisfeito, adiantadamente, até trinta e um (31) de março, de cada ano, sob pena de multa equivalente a vinte por cento (20%) do valor da dívida; b) pena de comissão, na conformidade do disposto no artigo vinte e seis (26) e seus parágrafos, do decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438), de dezasseis (16) de julho de mil novecentos e quarenta e um (1941) se houver alisado por três (3) anos consecutivos no pagamento do foro; c) não alienarem o domínio útil do terreno, sem prévia licença da Dire-

toria do Domínio da União, sob pena de coisisa e na conformidade do disposto no artigo vinte e quatro (24) e seus parágrafos, do mesmo decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438); d) pagarem à União o laudêmio de cinco por cento (5%) sobre o preço da transferência do imóvel ou sobre o valor do terreno e benfeitorias porventura existentes, se com o preço da transferência não concordar a União, desde que osnera a transferência e ainda que a mesma se opere em virtude de decisão judicial, e se a União não comunicar aos outorgados, no prazo de trinta (30) dias, que vai usar do direito de opção, tudo de acordo com o disposto nos parágrafos primeiro e terceiro, do artigo vinte e seis (26), do decreto-lei número dois mil quatrocentos e noventa (2.490) de dezasseis (16) de agosto de mil novecentos e quarenta e um (1941), combinado com o disposto no artigo treze (13) e seus parágrafos, do decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438), já mencionada, ficando o presente contrato de aforamento também sujeito às sanções combinadas no parágrafo primeiro e segundo, do artigo dezasseis (16) do mesmo decreto-lei número três mil quatrocentos e trinta e oito (3.438); — Sexto — que, assim, da mencionada jola dá plena e geral quitação aos outorgados, aos quais, a outorgante cede e transfere, por força desta escritura e da cláusula "constitui", toda a posse, domínio útil, direito e ação que tem sobre o lote de terreno já descrito, aforamentado, neste mesmo ato, o citado lote de terreno e obrigando-se a fazer o presente contrato bom, firme e valioso em qualquer tempo e a responder pela evicção na forma da lei; Sétimo — que as partes ideais de cada outorgado no aforamento que ora se constitui, são as seguintes: Manoel Nogueira de Paula — dois quarenta avos (1/40); Gilio Barbosa Bokel — quatro quarenta avos (1/40); Ernesto Primo da Costa Pereira — quatro quarenta avos (1/40); Eduardo Guidão da Cruz — quatro quarenta avos (1/40); Artur do Prado — dois quarenta avos (1/40); Marcos Carneiro de Mendonça — quatro quarenta avos (1/40); Saul Gagy — quatro quarenta avos (1/40); Beatriz Afonso Franco — quatro quarenta avos (1/40); Joaquim Montano D'Álmeida — dois quarenta avos (1/40); Francisco Garau — um quarenta avos (1/40); Durvalina Alves Cordeiro — dois quarenta avos (1/40); Celina da Costa Bergamini — um quarenta avos (1/40); Emílio de Souza Pereira — um quarenta avos (1/40); Mario Augusto Pereira da Cunha — um quarenta avos (1/40); Osvaldo Moura Brasil do Amaral — quatro quarenta avos (1/40); Oitavo — que, assim, de se atender à finalidade do decreto-lei n. 3.438, de 21 de fevereiro de 1942, os enfiteutas se obrigam a edificar, dentro do prazo de três anos (3), no lote de terreno em causa, de acordo com as prescrições legais, sob pena de o aforamento concedido ficar automaticamente extinto; Nono — que o presente contrato só entrará em vigor depois de devidamente registrado pelo Tribunal de Contas, nos termos do artigo 25 e seus parágrafos, do decreto-lei n. 420, de 12 de maio de 1938, não se responsabilizando a União Federal por indenização de espécie alguma se o registro for denegado por aquele Tribunal, ressalvada a restituição aos outorgados das importâncias do mil e um contos e cem mil réis (1.001:10000), recolhida ao Banco do Brasil, conforme mencionado no item 3.º desta escritura. E pelos contratuantes outorgantes e outorgados me foi então dito, que aceitavam a presente escritura nos termos em que está redigida, com todas as obrigações que nela se contêm, reconhecendo-se, expressamente, que o lote de terreno ora aforado, constante da planta junta ao processo n. 22.320, de 1942, citado, representa a exata conformação e dimensões constantes dos itens primeiro e segundo. Paga de selo proporcional, na conformidade do art. 36, combinado com a observação 2.ª da tabela que acompanha o decreto-lei n. 4.274, de 17 de abril de 1942, pagamento que está estipulado no presente contrato, a quantia de quatro contos e trinta e dois mil réis e mais duzentos réis (42:00000) de

Anexo V

Terça-feira 7

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Dezembro de 1943 17273

9. Examinado o assunto na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais (C. E. N. E.) disse o relator:

a) que o pagamento reclamado não tem fundamento legal;

b) que o recolhimento de quotas, a título de fiscalização, é exigência do Estado para a execução de obras públicas;

c) que a função de fiscalização tanto pode recair em servidor público, que nenhuma am-

liagem deverá perceber, como em pessoa estranha à Administração, a qual, então, receberá a retribuição do serviço que for estipulada;

d) que o servidor do Estado não pode receber vantagem à conta de depósitos feitos pelas pessoas sujeitas à sua fiscalização.

10. A vista do exposto, a C. E. N. E. opina no sentido de ser negado provimento ao recurso e sugerido à Interventoria considerar o que consta do processo, quanto à celebração

do contrato de obras públicas e à sua execução.

11. Salvo melhor juízo, sou pelo que propõe a C. E. N. E.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Alexandre Marcantônio Filho, ministro.

Despacho: Aprovado. Em 5-11-43. — G. VASCONCELOS.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Notas trocadas a 25 de novembro de 1943, entre o Itamaraty e a Embaixada dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro, estabelecendo os termos gerais do Acordo sobre Saneamento e Saúde Pública no Brasil, e respectivo contrato, firmado na mesma data, entre os Governos Brasileiro e Americano.

No. 1.917 — Rio de Janeiro, November 9, 1943.

His Excellency Oswaldo Aranha, Minister of Foreign Affairs — Rio de Janeiro.

Excellency:

I have the honor to refer to the notes exchanged between the Minister for Finance of Brazil and the Acting Secretary of State of the United States of America, dated March 11, 1942, and to our conversations relative to the cooperative program of health and sanitation in the United States of Brazil, provided for by Resolution XXX, approved at the Third Meeting of Ministers of Foreign Affairs of the American Republics held in Rio de Janeiro in January 1942. In accordance with the notes under reference, the United States of America has contributed the sum of US\$ 3,000,000 for the cooperative health and sanitation program which is now being carried out in Brazil.

As desired by the Government of Brazil, the Government of the United States of America, through the Institute of Inter-American Affairs, and agency of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, is prepared to contribute an additional sum of US\$ 3,000,000 for the purpose of cooperating with the Government of Brazil in expanding the cooperative program of public health and sanitation and providing for the termination of the program within a five year period beginning January 1, 1944 in so far as the funds contributed by the United States of America are concerned.

It is understood that the Government of Brazil, which has already contributed the sum of Cr\$ 2,000,000.00 to the cooperative program, will contribute the additional sum of Cr\$ 100,000,000.00 to be combined with the funds contributed by the United States of America and expended over the same five year period for the cooperative program of health and sanitation in Brazil.

The kind of work and specific projects to be undertaken and the costs thereof, are to be mutually agreed to by the appropriate official of the Government of Brazil, who we understand is the Minister of Education and Health, and an appropriate official of the Institute of Inter-American Affairs, for the Government of the United States of America.

It is understood that the funds contributed by both governments will be spent through the special agency created within the Minister of Education and Health by your government, which special agency is known as the Serviço Especial de Saúde Pública. Detailed arrangements for the continuation of the special service and the fulfillment of the program will be effected by agreement between the appropriate official of the Government of Brazil and an appropriate official of the Institute of Inter-American Affairs for the United States of America.

It is understood that the Government of the United States of America will continue to furnish such experts as are considered necessary in order to collaborate with your agency in executing the health and sanitation program.

All projects completed and property acquired in connection with the health and sanitation program shall be the property of the Government of Brazil.

No project will be undertaken that will require supplies or materials, the procurement of which would handicap any phase of the war effort.

I should appreciate it if Your Excellency would be so kind as to confirm to me your approval of this general proposal with the understanding that the details of the program will be the subject of further discussion and agreement as provided for herein.

Accept, Excellency, the renewed assurance of my highest consideration. — Jefferson Caffery.

DAI-DPD-452-512.6(22) — Em 25 de novembro de 1943.

A Sua Excelência o Sr. Jefferson Caffery, Embaixador dos Estados Unidos da América.

Senhor Embaixador:

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota n. 1.917, de 9 do corrente mês, na qual Vossa Excelência se refere às notas trocadas pelo Ministério da Fazenda do Brasil e o Secretário do Estado,

em exercício, dos Estados Unidos da América a 11 de março de 1942 assim como às nossas conversas sobre o programa de cooperação em matéria de saúde e saneamento no Brasil, previsto pela Resolução XXX da Terceira Reunião de Ministros das Relações Exteriores de Repúblicas Americanas, realizada nesta cidade, em janeiro de 1942. Saluto Vossa Excelência que, de acordo com as referidas notas os Estados Unidos da América já contribuíram com a quantia de US\$ 3.000.000 para realização daquele programa de saúde e saneamento, que se executa atualmente no Brasil.

2. Participa-me Vossa Excelência que, caso o desejo o Governo Brasileiro, o Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Instituto dos Assuntos Interamericanos, dependência do Bureau do Coordenador dos Assuntos Interamericanos, contribuirá com uma quantia adicional de US\$ 3.000.000 para cooperar com o Governo Brasileiro na expansão do programa de saúde pública e saneamento, concorrendo, assim, com os fundos necessários para a execução do programa no período de cinco anos, a contar de 1 de janeiro de 1944.

3. Propõe, em seguida, Vossa Excelência que o Governo Brasileiro, o qual já concorreu com a importância de Cr\$ 2.000.000,00 para o programa de cooperação, contribua com uma quantia adicional de Cr\$ 100.000.000,00 a ser despendida no mesmo período de cinco anos, em combinação com os fundos fornecidos pelos Estados Unidos da América para o mesmo fim.

4. Acrescenta Vossa Excelência que a natureza do trabalho e os projetos a executar, bem como os gastos daí decorrentes, poderão ser assentados de comum acordo pela autoridade competente do Governo Brasileiro, a qual será o Ministro da Educação e Saúde, e um membro autorizado do Instituto dos Assuntos Interamericanos, da parte do Governo dos Estados Unidos da América.

5. Propõe ainda Vossa Excelência que os fundos fornecidos por ambos os Governos sejam gastos através da entidade criada dentro do Ministério da Educação e Saúde, denominada por Serviço Especial de Saúde Pública, e que os entendimentos complementares para a continuação do serviço e execução do programa tenham lugar entre a autoridade brasileira competente e um membro autorizado do Instituto dos Assuntos Interamericanos, pelos Estados Unidos da América.

6. Declara, depois, que o Governo dos Estados Unidos da América continuará a fornecer os técnicos necessários para colaborar na execução do programa de saúde e saneamento.

7. Propõe, finalmente, que todos os projetos executados e toda propriedade adquirida dentro do programa de saúde e saneamento façam parte do patrimônio nacional brasileiro, e que nenhum projeto que exija suprimento de material, seja executado com prejuízo em qualquer momento, do esforço de guerra.

8. Em resposta, cabe-me declarar a Vossa Excelência que o Governo Brasileiro dá sua inteira aprovação a essa proposta geral, cujos detalhes, conforme foi acima previsto, serão considerados e assentados a parte, pelo Ministério da Educação e Saúde, e o Instituto dos Assuntos Interamericanos.

Aproveito o ensejo para renovar os protestos do meu mais alto consideração. — Oswaldo Aranha.

O Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Instituto dos Assuntos Interamericanos, dependência do Bureau do Coordenador dos Assuntos Interamericanos, decidiram concluir o presente contrato, relativo ao prosseguimento do programa de cooperação em matéria de saneamento e saúde pública no Brasil, previsto na resolução XXX da Terceira Reunião de Ministros das Relações Exteriores, realizada nesta cidade, em 11 de janeiro de 1942:

CLÁUSULA I

O Ministério da Educação e Saúde e o Instituto dos Assuntos Interamericanos continuarão a manter o serviço técnico especial conhecido por Serviço Especial de Saúde Pública (daqui por diante chamado "SESP"), que funcionará como entidade distinta, subordinada e parte do Ministério da Educação e Saúde. O SESP terá poderes para elaborar e executar o programa de saúde e saneamento, pelo qual continuará sendo o responsável.

CLÁUSULA II

O Instituto de Assuntos Interamericanos (daqui por diante denominado "Instituto") continuará a manter no Brasil uma Missão Técnica, para realizar o programa de cooperação acima descrito. Essa Missão terá a composição que o Instituto considerar conveniente e ficará sob a direção de um funcionário instituído chefe da Missão, da Divisão de Saúde e Saneamento do Instituto dos Assuntos Inter-

17974 Terça-feira 7

DIÁRIO OFICIAL (Secção I)

* Dezembro de 1943

americanos, chefe da Missão, deve ser aceite pelo Ministro da Educação e Saúde. Esse funcionário será o representante da Divisão de Saúde e Saneamento do Instituto no que se refere ao programa a ser realizado em conformidade com este acordo.

CLAUSULA III

O Governo Brasileiro designará como Superintendente do SESP, o Chefe da Missão Técnica da Divisão de Saúde e Saneamento, do Instituto de Assuntos Interamericanos. O Superintendente terá como assistente administrativo um especialista qualificado, nomeado pelo Ministro da Educação e Saúde e aceite pelo mencionado Superintendente.

Com a aprovação do Ministro, o Superintendente do SESP poderá delegar seus poderes a pessoas empregadas pelo SESP ou pelos membros da Missão Técnica do Instituto.

CLAUSULA IV

O programa de saúde e saneamento para o Brasil continuará a consistir em projetos separados. A espécie de trabalho, os projetos específicos que devam ser realizados em execução deste acordo e a consequente consignação de fundos, serão assentados entre o Ministro da Educação e Saúde e o Chefe da Missão, na sua qualidade de representante da Divisão de Saúde e Saneamento do Instituto, competindo a execução ao Superintendente do SESP segundo os princípios assentados em comum acordo pelo Ministro e pelo Chefe da Missão da parte do Instituto.

CLAUSULA V

No propósito de alcançar as finalidades deste acordo, o Instituto concordou em depositar no Banco do Brasil em conta do SESP a quantia de US\$ 3.000.000, na seguinte base:

No correr de janeiro de 1944.....	US\$ 1.250.000
No correr de janeiro de 1945.....	US\$ 500.000
No correr de janeiro de 1946.....	US\$ 500.000
No correr de janeiro de 1947.....	US\$ 500.000
No correr de janeiro de 1948.....	US\$ 250.000

e o Governo Brasileiro concorda em depositar no Banco do Brasil em conta do SESP a quantia de Cr\$ 100.000.000,00 na seguinte base:

No correr de janeiro de 1944.....	Cr\$ 10.000.000,00
No correr de janeiro de 1945.....	Cr\$ 20.000.000,00
No correr de janeiro de 1946.....	Cr\$ 20.000.000,00
No correr de janeiro de 1947.....	Cr\$ 20.000.000,00
No correr de janeiro de 1948.....	Cr\$ 30.000.000,00

CLAUSULA VI

De acordo com os compromissos assumidos pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil e pelo Governo dos Estados Unidos da América, o Instituto por meio do presente ato reconhece que a obrigação anterior dos Estados Unidos da América, no que se refere aos trabalhos de saúde e saneamento era de US\$ 3.000.000. Tendo em vista que resta um saldo não empregado desses fundos, o Instituto concorda em depositar o atendimento aos projetos assentados e aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde e pelo Chefe da Missão, devendo o saldo não empregado até 31 de dezembro de 1944 ser depositado no Banco do Brasil em conta do SESP. Esta obrigação fica acrescida aos compromissos aqui assumidos. O Governo Brasileiro reconhece e reconhece suas obrigações decorrentes do acordo relativo ao programa de saúde e saneamento do Vale do Amazonas de 17 de julho de 1942, e igualmente, do acordo relativo ao programa de saúde e saneamento do Vale do Rio Doce de 10 de fevereiro de 1943, na importância de nove milhões de cruzados, e concorda em depositar a 1 de janeiro de 1944, no Banco do Brasil, o saldo não empregado dos mesmos nove milhões de cruzados.

CLAUSULA VII

Os fundos depositados pelo Governo Brasileiro relativos a qualquer ano ou os fundos depositados pelo Instituto, também relativos a um ano qualquer, a crédito do SESP no Banco do Brasil, segundo foi acima previsto, não devem ser retirados pelo Superintendente do SESP antes que os fundos do ano hajam sido depositados por ambos as partes conforme está assentado.

CLAUSULA VIII

Os fundos depositados pelas Partes Contratantes a crédito do SESP no Banco do Brasil, não empregados durante o ano civil do depósito, poderão ser utilizados para os fins do presente programa enquanto durar este acordo e não reverterão aos Governos dos Estados Unidos da América ou dos Estados Unidos do Brasil. As Partes Contratantes determinarão por acordo mútuo a aplicação a ser dada a quaisquer fundos livres que sobrejam a crédito do SESP em 31 de dezembro de 1948.

CLAUSULA IX

Todos os juros sobre quaisquer saldos no Banco do Brasil serão creditados a favor e para o uso do SESP, sejam os saldos constituintes de fundos do Instituto ou do Governo Brasileiro.

CLAUSULA X

O Superintendente do SESP terá a autoridade exclusiva de escolher, nomear e deslutar os funcionários do SESP e estabelecerá os salários, transferências e condições de emprego dentro do SESP. Os funcionários do SESP serão remunerados com os fundos do SESP. Os funcionários públicos brasileiros, quando a serviço do SESP, não perderão os direitos que naquele caráter lhes correspondam.

CLAUSULA XI

Os contratos e os acordos relativos à realização de projetos previamente adotados pelo Ministro ou seu representante e o representante do Instituto serão cumpridos em nome do SESP pelo respectivo Superintendente.

CLAUSULA XII

Os salários, vencimentos, despesas de viagem e quaisquer outras quantias correspondentes ao pessoal do Instituto, inclusive o Superintendente do SESP, correrão unicamente pelos fundos do Instituto e não pelo SESP, não devendo pois passar sobre os créditos acima referidos.

CLAUSULA XIII

Todos os direitos e privilégios de que gozam as repartições públicas e funcionários do Governo Brasileiro, bem como o pessoal ou funcionários das mesmas serão concedidos ao SESP e a todo o seu pessoal ou funcionários. Tais direitos e privilégios compreenderão, por exemplo e não exclusivamente, a franquias postal, telefônica e telegráfica sempre que possível, passagens em estradas de ferro administradas pelo Governo Brasileiro e o direito a alojamentos ou a tarifas preferenciais concedidas a repartições do Governo Brasileiro por companhias nacionais de navegação marítima, fluvial e aérea, de telegrafo e de telefonia, etc., e, igualmente, isenção de imposto de consumo, de renda, emolumentos consulares, direitos sobre a propriedade e toda e qualquer outra taxa. O SESP estará isento de todos os impostos, taxas e emolumentos em conformidade com o decreto-lei n. 3.585, de 16 de junho de 1943.

O Instituto gozará dos mesmos direitos, privilégios acima referidos no que se refere a seus atos ou seus relacionados com o programa aqui assentado. Se for necessário ou aconselhável que se ponham em prática tais direitos o Superintendente do SESP poderá designar para o SESP funcionários do Instituto, desde que para os fins da cláusula XII eles sejam sempre considerados funcionários do Instituto.

CLAUSULA XIV

O Superintendente do SESP fornecerá ao Ministro da Educação e Saúde todas as informações desejadas a respeito do SESP em de suas atividades. Serão apresentadas ao Ministro relações sobre o andamento do trabalho do SESP e de seus projetos nas áreas combinadas pelo Ministro e o Superintendente.

CLAUSULA XV

Todos os funcionários do Instituto encarregados da execução do programa de saúde e saneamento estarão isentos de todo imposto de renda e taxas de previdência social no que diz respeito aos rendimentos sobre os quais eles devam pagar imposto de renda ou taxas de previdência social ao Governo dos Estados Unidos da América, e igualmente, isentos de impostos sobre bens destinados ao seu uso pessoal. Tais funcionários ficarão também isentos de pagamento de direitos aduaneiros e de importação sobre objetos, equipamentos e provisões importados para o seu próprio uso.

CLAUSULA XVI

Tendo em vista que muitas aquisições de material e suprimentos devem ser feitas nos Estados Unidos da América e pagas em dólares, o Ministro da Educação e Saúde e o Chefe da Missão podem concordar em reservar dos depósitos a serem feitos pelo Instituto, na forma acima prevista, a importância que se estime necessária para pagar a compra do material e dos provisões nos Estados Unidos da América. Todos os fundos assim reservados pelo Instituto para tais compras que não sejam despendidos em compromissos para material ou provisões destinados ao SESP, serão depositados em conta do SESP no fim do ano civil.

CLAUSULA XVII

O Instituto não garante o fornecimento de equipamento, provisões ou material que sejam considerados necessários e essenciais em qualquer fase do esforço de guerra pelo Governo dos Estados Unidos da América.

CLAUSULA XVIII

O despendio, o exame de contas e a contabilidade relativos aos fundos em conta do SESP, do mesmo modo que a compra e venda de todos os bens do real e pessoais por conta do SESP serão regulados e controlados pelas normas, regulamentos e processos que sejam assentados de comum acordo pelo Ministro da Educação e Saúde e pelo Superintendente do SESP. As contas do SESP poderão ser examinadas sempre que se estime necessário por quem do direito do Governo Brasileiro e pelo Chefe da Missão na sua qualidade de representante no Brasil da Divisão de Saúde e Saneamento do Instituto ou um delegado do mesmo Chefe.

CLAUSULA XIX

No termo deste acordo todos os bens pessoais ou de real do SESP ficarão incorporados ao patrimônio nacional brasileiro.

Terça-feira 7

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Dezembro de 1943 17975

CLAUSULA XX

Todos os direitos, poderes, privilégios e deveres atribuídos, pelo presente acordo, ao Ministério da Educação e Saúde e ao Chefe da Missão poderão ser delegados a representantes por eles designados, desde que tais representantes sejam pelo outro aceitos.

CLAUSULA XXI

O Governo Brasileiro obterá ou procurará obter a legislação, decretos, ordens ou resoluções necessários à execução dos termos deste acordo.

CLAUSULA XXII

O presente contrato, que entrará em vigor a 1 de janeiro de 1944, será válido até 31 de dezembro de 1948. Em 16 de agosto de 1943, os abaixo assinados, devidamente autorizados, firmam o presente contrato, em dois exemplares, uma língua portuguesa e inglesa, na cidade do Rio de Janeiro, aos 25 dias de novembro de 1943.

PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL:

- a) Oswaldo Aranha, ministro de Estado das Relações Exteriores.
- b) Gustavo Capanema, ministro de Estado da Educação e Saúde.

PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:

- a) Jefferson Caffery, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Rio de Janeiro.
- b) D. C. Buchanan, vice-presidente executivo do Instituto dos Assuntos Interamericanos.

The Government of the United States of Brazil and the Government of the United States of America, through the Institute of Inter-American Affairs, an agency of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, have decided to celebrate the following contract for the prosecution of the cooperative public health and sanitation program in Brazil, provided for by Resolution XXX approved at the Third Meeting of Ministers of Foreign Affairs held in Rio de Janeiro in January 1942:

CLAUSE I

The Ministry of Education and Health and The Institute of Inter-American Affairs shall continue to maintain the special technical service known as the Serviço Especial de Saúde Pública (hereinafter called "SESP") which shall function as a separate entity within and subordinated to the Ministry of Education and Health. The SESP shall continue to be responsible for and shall have the power to formulate and execute the health and sanitation program.

CLAUSE II

The Institute of Inter-American Affairs (hereinafter referred to as the "Institute") may continue to maintain in Brazil a field party of technicians, to consummate the cooperative program hereinafter described. The party of technicians shall be of such size as the Institute considers appropriate and shall be under the direction of an official who shall have the title of Chief of Field Party, Health and Sanitation Division. The Institute of Inter-American Affairs which Chief of Field Party shall be acceptable to the Minister of Education and Health. This official shall be the representative of the Health and Sanitation Division, of the Institute in connection with the program to be undertaken in accordance with this agreement.

CLAUSE III

The Government of Brazil shall appoint as Superintendent of SESP the Chief of Field Party, Health and Sanitation Division, The Institute of Inter-American Affairs. The Superintendent shall have as an administrative assistant a qualified expert duly appointed by the Minister of Education and Health and acceptable to the said Superintendent.

With the approval of the Minister the Superintendent of SESP may delegate his authority to persons employed by SESP or members of the field party of the Institute.

CLAUSE IV

The health and sanitation program in Brazil shall continue to consist of individual projects. The kind of work and the specific projects to be undertaken in the execution of this agreement and the allocation of funds therefor shall be agreed upon by the Minister of Education and Health and the Chief of Field Party in his capacity as representative of the Health and Sanitation Division of the Institute and shall be carried out by the Superintendent of the SESP in conformity with policies prescribed jointly by the Minister and the Chief of Field Party for the Institute.

CLAUSE V

For the purpose of effectuating the objectives of this agreement, the Institute agrees to deposit in the Banco do Brasil to the account of SESP the sum of \$2,000,000 U.S. on the following basis:

During January 1944.....	\$ 1,250,000
During January 1945.....	500,000
During January 1946.....	500,000
During January 1947.....	500,000
During January 1948.....	250,000

and the Government of Brazil agrees to deposit in the Banco do Brasil to the account of SESP the sum of Cr\$ 100,000,000 on the following basis:

During January 1944.....	Cr\$ 10,000,000.00
During January 1945.....	Cr\$ 20,000,000.00
During January 1946.....	Cr\$ 20,000,000.00
During January 1947.....	Cr\$ 20,000,000.00
During January 1948.....	Cr\$ 30,000,000.00

CLAUSE VI

In accordance with the commitments made by the Government of the United States of Brazil and the Government of the United States of America the Institute hereby acknowledges that the previous obligation of the United States of America for health and sanitation work in Brazil was \$5,000,000. In view of the fact that there remains an unexpended balance on these funds the Institute agrees that it will spend the balance thereof in accordance with project agreements approved by the Minister of Education and Health and the Chief of Field Party and the balance not so spent by December 31, 1943 shall be deposited in the Banco do Brasil to the account of SESP. This obligation is in addition to the commitments herein agreed.

The Government of Brazil herewith acknowledges its obligations under the agreement for the health and sanitation program in the Amazon Valley of July, 17, 1942, and the agreement for the health and sanitation program in the Rio Doce Valley of February 16, 1943, of nine million cruzeiros and agrees that on January 1-1, 1944 it will deposit in the Banco do Brasil to the account of SESP the unexpended balance of said nine million cruzeiros.

CLAUSE VII

The funds deposited by the Government of Brazil for any particular year or the funds deposited by the Institute for any particular year to the credit of SESP in the Banco do Brasil as herein provided are not to be withdrawn by the Superintendent of SESP until the funds for that year are deposited by both parties as agreed to herein.

CLAUSE VIII

The funds deposited by the parties to this agreement to the credit of SESP in the Banco do Brasil which are not spent during the calendar year in which deposited shall continue to be available for the purpose of this program during the existence of this agreement and shall not revert to the Governments of the United States of America or the United States of Brazil. The parties hereto shall determine by mutual agreement the disposition of any unobligated funds remaining to the credit of SESP on December 31, 1948.

CLAUSE IX

All interest on any balances in the Banco do Brasil whether these balances are composed of funds from the Institute or from the Government of Brazil shall be credited to and for the use of SESP.

CLAUSE X

The Superintendent of SESP shall have the sole power to select, appoint and discharge the employees of SESP and shall determine the salaries, transfers and condition of employment within the SESP. The employees of SESP shall be remunerated from SESP funds. The Brazilian public officials employed in the SESP shall incur no loss of their civil service status as employees of the Government of Brazil.

CLAUSE XI

Contracts and agreements relating to the execution of projects previously agreed upon between the Minister or his representative and the representative of the Institute shall be executed in the name of SESP by the Superintendent of SESP.

CLAUSE XII

The salaries, living allowances, travelling expenses and any other amounts directly payable to personnel of the Institute, including the Superintendent of SESP, shall be paid exclusively from the funds of the Institute and not by SESP and shall not be credited against the funds herein described.

CLAUSE XIII

All rights and privileges which are enjoyed by governmental and similar official divisions of the Government of Brazil and by the personnel and employees of the same shall accrue to SESP and to all its personnel and employees. Such rights and privileges shall include, for example and not exclusively, free postal, telegraph and telephone service whenever possible, passes on railroads administered by the Government of Brazil and the right to rebates or preferential tariffs allowed to departments of the Government of Brazil, by domestic companies of maritime and river navigation, air travel, telegraph, telephone, etc., and also freedom and immunity from excise, stamp, consular charges, property, and any or all other taxes.

17976 Terça-feira 7

DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

Dezembro de 1943

The SESP shall be exempted from all imposts, taxes and emoluments in accordance with Decree-Law n. 5.586 of June 10, 1943.

The Institute will enjoy the same rights, privileges and immunities as described above with respect to its operations which are related to, or property which is to be used for, the program herein agreed upon. If necessary or advisable to effect these rights the Superintendent of SESP may appoint to SESP employees of the Institute provided that for the purposes of the clause XII hereof they shall always be considered as employees of the Institute.

CLAUSE XIV

The Superintendent of SESP shall furnish the Minister of Education and Health any information which is desired concerning the SESP or its activities. Reports shall be provided to the Minister regarding the progress of the work of SESP and its specific projects at such time or times as agreed by the Minister and the Superintendent.

CLAUSE XV

All employees of the Institute engaged in carrying out the objectives of the health and sanitation program shall be exempt from all income taxes and social security taxes with respect to income on which they are obliged to pay income or social security taxes to the Government of the United States of America and from property taxes on personal property intended for their own use. Said employees shall also be exempt from the payment of customs and import duties on their personal effects and equipment and supplies imported for their own use.

CLAUSE XVI

In view of the fact that many purchases of materials and supplies must necessarily be made in the United States of America and paid for in dollars, the Minister of Education and Health and the Chief of Field Party may agree to withhold from the deposits to be made by the Institute as herein above provided and amount estimated to be necessary to pay for the purchases of materials and supplies in the United States of America. Any funds so withheld by the Institute for such purchases and not expended or obligated for materials and supplies for SESP at the end for any calendar year shall be deposited to the SESP account.

CLAUSE XVII

The Institute does not engage to make available any equipment, supplies or materials which are deemed necessary and essential by the Government of the United States of America to any phase of the war effort.

CLAUSE XVIII

The expenditure, audit and accounting of funds in the SESP account as well as the purchase and sale of all real and personal property for the account of SESP shall be regulated and controlled under such rules, regulations and procedures as shall be mutually agreed upon by the Minister of Education and Health and the Superintendent of SESP. The accounts of SESP shall be available for audit whenever it is considered necessary by the appropriate agency of the Government of Brazil and by the Chief of Field Party in his capacity as representative in Brazil of the Division of Health and Sanitation of the Institute, or his delegate.

CLAUSE XIX

At the termination of this agreement all real and personal property of SESP shall remain the property of the Government of Brazil.

CLAUSE XX

All rights, powers, privileges or duties conferred by this agreement to the Minister of Education and Health, and to the Chief of Field Party may be delegated to any representatives appointed by one of them, provided that such representatives be satisfactory to the other.

CLAUSE XXI

The Government of Brazil will obtain or endeavor to obtain the legislation, decrees, orders or resolutions necessary to carry out the terms of this agreement.

CLAUSE XXII

This contract, effective as of January 1st, 1944, shall remain in force up to December 31, 1948.

In witness whereof, the undersigned, duly authorized thereto, sign the present contract in duplicate in the English and Portuguese languages, at Rio de Janeiro, this twentyfifth day of November nineteen hundred and forty-three.

FOR THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA:

- (s) *Jefferson Caffery*, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary in Rio de Janeiro, Brazil.
(s) *G. C. Danks*, Executive Vice-President, The Institute of Inter-American Affairs.

FOR THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF BRAZIL:

- (s) *Osvaldo Aranha*, Minister of State of Foreign Affairs of Brazil.
(s) *Gustavo Capanema*, Minister of State of Education and Health.

MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Departamento de Administração

Divisão de Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Por portaria de 2 de dezembro de 1943, o Sr. ministro de Estado resolveu designar José de Souza Viana, diretor geral, interino, do Departamento Nacional do Trabalho, para exercer a função de membro da Comissão do 1.º posto Sindical, na qualidade de representante desse Departamento, enquanto durar o afastamento do titular, Luiz Augusto de Ságo Monteiro, sem prejuízo das funções que já exerce na referida Comissão.

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro resolveu designar, de acordo com o disposto no art. 10, alínea b, do decreto-lei n. 4.298, de 14 de maio de 1942, combinado com o art. 2.º do decreto-lei n. 4.361, de 6 de junho de 1942, Alvaro Joaquim dos Santos, ocupante do cargo de Contador, classe K, do Quadro Único deste Ministério, para exercer a função de membro da Comissão do Imposto Sindical, na qualidade de representante dos Serviços de Contabilidade do 1.º distrito.

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo n. MTIC. 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23 do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30-4-1938, Felipe Riegos para exercer, na qualidade de suplente de representante dos empregadores, as funções de membro da Comissão de Salário Mi-

nimo da 2.ª Região, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão. (MTIC 149.096-43).

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo n. MTIC 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30-4-1938, Sélvio Ribeiro Cavalcanti, para exercer, na qualidade de representante dos empregadores, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 2.ª Região, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão. (MTIC 149.096-43).

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo MTIC 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, Alvaro da Silva Mota para exercer, na qualidade de suplente de representante dos empregadores, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 2.ª Região, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão. (MTIC 149.096-43).

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo MTIC 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, Manuel Matias das Neves Filho, para exercer, na qualidade de suplente de representante dos empregadores, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 2.ª Região, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão. (MTIC 149.096-43).

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo MTIC 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, João José de Carvalho, para exercer, na qualidade de representante dos empregados, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 2.ª Região, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão. (MTIC 149.096-43).

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo MTIC 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, José Erasmo Dias, para exercer, na qualidade de representante dos empregados, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 2.ª Região, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão. (MTIC 149.096-43).

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo MTIC 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, João Damasceno da Costa Santos, para exercer, na qualidade de suplente de representante dos empregados, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 2.ª Região, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão. (MTIC 149.096-43).

— Por outra portaria da mesma data, o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do processo n. MTIC. 149.096-43, do Departamento de Administração, resolveu nomear, nos termos do art. 23 do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, Vicente Nogueira para exercer, na qualidade de suplente de representante dos empregados, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 2.ª Região, com sede em

Anexo VI

*Inocuidade
Justiça do Trabalho*

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

ANO LXXXIII — N.º 273

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1944

DECRETO-LEI N.º 7.062 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1944

Dispõe sobre os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão e transformação e distribuição de energia hidro ou termo elétrica, desde que sujeitos às normas do Código de Águas — Decreto n.º 24.543, de 15 de julho de 1934 — e dos Decretos-leis n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, 3.128, de 19 de maio de 1941, e 5.764, de 19 de agosto de 1943, ainda que operados por empresas privadas, são vinculados à área serviços, não podendo ser desamobeados, vendidos ou cedidos sem prévia e expressa autorização dos poderes competentes, devendo-se nos leis e regulamentos sobre a matéria.

Art. 2.º Os atos dos Governos estaduais e municipais que se propunham a promover a desapropriação desses bens e instalações, na conformidade do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, ficam sujeitos à aprovação prévia do Presidente da República, na forma do Decreto-lei n.º 1.352, de 8 de abril de 1939, o qual é o Ministério da Agricultura e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 3.º O artigo precedente se aplica às desapropriações em curso, existindo-as, até a aprovação de que trata o art. 2.º, as editais dos atos estaduais ou municipais correspondentes.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Salles.

Alexandre Marcondes Filho.

DECRETO-LEI N.º 7.063 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1944

Abre crédito suplementar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Anexo n.º 18 do Documento Geral da República para 1944 — o crédito de Cr\$ 13.025,50 (vinte e três mil novecentos e vinte e cinco cruzeiros), a serem repartidos em: 1.º — Pessoal, 2.º — Material, 3.º — Despesas Gerais, 4.º — Despesas Especiais, 5.º — Despesas de Representação, 6.º — Despesas de Manutenção, 7.º — Despesas de Construção, 8.º — Despesas de Administração, 9.º — Despesas de Serviço, 10.º — Despesas de Educação, 11.º — Despesas de Cultura, 12.º — Despesas de Esportes, 13.º — Despesas de Recreação, 14.º — Despesas de Assistência Social, 15.º — Despesas de Assistência Médica, 16.º — Despesas de Assistência Dentária, 17.º — Despesas de Assistência Farmacêutica, 18.º — Despesas de Assistência Alimentar, 19.º — Despesas de Assistência Higiênica, 20.º — Despesas de Assistência Sanitária, 21.º — Despesas de Assistência Veterinária, 22.º — Despesas de Assistência Zootécnica, 23.º — Despesas de Assistência Fitossanitária, 24.º — Despesas de Assistência Florestal, 25.º — Despesas de Assistência Pecuária, 26.º — Despesas de Assistência Avícola, 27.º — Despesas de Assistência Piscícola, 28.º — Despesas de Assistência Apícola, 29.º — Despesas de Assistência Siderúrgica, 30.º — Despesas de Assistência Metalúrgica, 31.º — Despesas de Assistência Química, 32.º — Despesas de Assistência Física, 33.º — Despesas de Assistência Matemática, 34.º — Despesas de Assistência Científica, 35.º — Despesas de Assistência Tecnológica, 36.º — Despesas de Assistência Industrial, 37.º — Despesas de Assistência Comercial, 38.º — Despesas de Assistência Financeira, 39.º — Despesas de Assistência Bancária, 40.º — Despesas de Assistência Seguros, 41.º — Despesas de Assistência Previdência Social, 42.º — Despesas de Assistência Previdência Privada, 43.º — Despesas de Assistência Previdência Complementar, 44.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 45.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 46.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 47.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 48.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 49.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 50.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 51.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 52.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 53.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 54.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 55.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 56.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 57.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 58.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 59.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 60.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 61.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 62.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 63.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 64.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 65.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 66.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 67.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 68.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 69.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 70.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 71.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 72.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 73.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 74.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 75.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 76.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 77.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 78.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 79.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 80.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 81.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 82.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 83.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 84.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 85.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 86.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 87.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 88.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 89.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 90.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 91.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 92.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 93.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 94.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 95.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 96.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária, 97.º — Despesas de Assistência Previdência Forçada, 98.º — Despesas de Assistência Previdência Obrigatória, 99.º — Despesas de Assistência Previdência Facultativa, 100.º — Despesas de Assistência Previdência Voluntária.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N.º 7.064 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1944

Aprova as modificações introduzidas no contrato relativo ao prosseguimento do programa de cooperação em matéria de saneamento e saúde pública, e cargo do Serviço Especial de Saúde Pública

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as modificações introduzidas no contrato relativo ao prosseguimento do programa de cooperação em matéria de saneamento e saúde pública, e cargo do Serviço Especial de Saúde Pública

mento e saúde pública, a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública, assinado a 15 de novembro de 1943, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Art. 2.º As modificações a que se refere o artigo anterior, indicadas a seguir, não as acordadas por meio de correspondência entre o Instituto de Assuntos Inter-Américanos e o Ministério da Educação e Saúde, conforme consta do processo n.º 67.404-44 do referido Ministério.

Cláusula III

"O Governo Brasileiro designará um Superintendente do SESP que será escolhido pelo chefe da Missão Técnica do Instituto.

"Com a aprovação do Ministro, o Superintendente do SESP poderá delegar suas funções a funcionários do SESP e a membros da Missão Técnica do Instituto que poderão, por acordo mútuo entre o Chefe da Missão Técnica e o Superintendente do SESP, ser designados para o SESP".

Cláusula IV

"Os princípios e normas administrativas a serem seguidas para a execução do programa de saúde e saneamento no Brasil serão decididas de comum acordo pelo Ministro da Educação e Saúde e pelo Chefe da Missão Técnica. O programa de saúde e saneamento consistirá de projetos aprovados. Cada projeto será incorporado numa descrição de projeto que será mutuamente aprovada e enviada ao Superintendente do SESP e ao Chefe da Missão Técnica. Essa descrição definirá a natureza dos trabalhos a serem executados, a consequente consignação de fundos e outros recursos que o Superintendente do SESP e o Chefe da Missão Técnica julgarem necessário incluir. Todos os projetos serão executados pelo Superintendente do SESP de acordo com os princípios assentados em comum acordo pelo Ministro da Educação e Saúde e pelo Chefe da Missão Técnica".

Cláusula X

"O Superintendente do SESP terá autoridade exclusiva de escolher, nomear e demitir os funcionários do SESP e estabelecerá as salários, transições e condições de emprego dentro do SESP (excetuando-se os que forem empregados de comum acordo pelo Superintendente do SESP e pelo Chefe da Missão Técnica, em caráter profissional e técnico). Os funcionários do SESP serão remunerados com os fundos do SESP. Os funcionários públicos brasileiros, quando a serviço do SESP, não poderão exercer direitos que aqueles em caráter correspondam".

Cláusula XIV

"O Superintendente do SESP fornecerá, ao Ministro da Educação e Saúde e ao Chefe da Missão Técnica, relatório sobre o progresso das atividades do SESP e seus projetos específicos nas ocasiões que forem combinadas entre eles e o Superintendente do SESP. O Chefe da Missão Técnica ou os seus delegados poderão inspecionar os projetos e atividades, bem como os registros e arquivos do SESP, quando assim julgarem necessário".

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1944, 123.º da Independência e 55.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

P. Leão Veloso.

Continua na pág. 19.867

DIARIO OFICIAL

INDEX E PROPOSITO

QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1938

Viewing the Ponza Experience

- 1** - Decreto de 17.291, que aprova as alterações introduzidas nos estatutos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, na sequência da sua extraordinária reunião, a 6 de Dezembro de 1938.
- 2** - Lei de 17.268, que concede à Companhia Gold Mining & Exploration Company, Limited, a concessão para explorar os jazigos de ouro.
- 3** - Lei de 17.269, que nomeia o Anti-Slavery Society Board (Company of Christ) autoridade para funcionar na legislação.
- 4** - Lei de 17.270, que concede ao Sr. John Edil Roy Minnie Company, Limited, autorização para continuar a funcionar no República.
- 5** - Lei de Justiça e Negócios Internos — Decretos de 29 de Maio de 1938.
- 6** - Lei das Relações Exteriores — Decretos de 30 de Dezembro de 1937, de 1 de Janeiro de 1938 e de corrente anno.
- 7** - Lei de Administração Financeira — Decretos de 29 e 30 de Setembro.

Submitted: 10/1/2010

- [illegible]

REFUGIO N. 17281 -- 100 22 DE 14360000 DE 1020

- Sup. de abastecimento introduzidas nos estatutos do Banco de Crédito Real do Alagoas, com o seguinte parágrafo: "reorganização estatutiva de 4 de dezembro de 1925".

anterior as alterações introduzidas na sua estatística, na assembleia geral extraordinária dos acionistas, realizada a 4 de dezembro do ano passado, conforme consta da acta publicada na *Diário Oficial* de 14 do mesmo mês, para efeitos de publicação nos o. contábil relacionado com o Estado de Minas Gerais.

Rua do Jazeiro, 25 de fevereiro de 1926, 105° da longitude e 38° da latitude.

24.17349, 24.80433 BERNARDOS.

ΔΕΛΤΙΟ ΤΥΠΟΥ

42,318°

RECEIVED JAN. 25 1966

Corrente de Unifone Field Mining & Sales Company, Unifone
 International para processar na República

O Presidente da República e os Estados Unidos do Brasil, felicitando ao que segue, os Caralunga Cold Mining & Estates Company Limited, com sede em Londres, Inglaterra, e seus diversos interessados, acerca:

Actos unicos, by consensual & Corralosa Gold Mining & Energy Company Limited autorizada para fornecer ao Populacao com os seguintes e no appoio a sociedade de classulas que esta desenvolvendo, baseada pelo Ministro do Trabalho e Negocios e Administracao, incluindo a Comissao, fuzpo a mesma sociedade limitada a empresa de finalidades exclusivas para a sociedade em vigor.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1937. Sr. da Independência e Sr. da República.

Accepted for publication 11 October 2005

Abstract: *Environ Biol Fish* 2011; 92: 1–10.

Information and communications technology is essential to the success of the

•

A assembleia acionista brasileira da Coldstream & Kellogg (America) Limited é obrigada a ter um representante no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar e definitivamente resolver de quaisquer que se apresentem, quer em a Governo, quer em particular, posturas por a grande e receber e assinar judicial e extrajudicial.

1

[illegible]

DECRETO Nº 20 109/31, de
15 de junho de 1931

Regula o exercício da enfermagem no Brasil e
fixa as condições para a equiparação das es-
colas de enfermagem e instruções relativas
ao processo de exame para revalidação de di-
plomas. (*)

Emp.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que a enfermagem é uma das mais nobres profissões às quais possa aspirar a atividade humana;

Considerando que os seus benefícios resultam não só dos cuidados ministrados aos doentes em domicílio ou nos hospitais, mas também da ação preventiva conjuntamente exercida pela enfermeira de Saúde Pública;

Considerando que, para o exercício dessa profissão, se vai exigindo nos povos mais adiantados um preparo técnico cada vez mais desenvolvido, outorgando-se mesmo às escolas que administram esse preparo as regalias de escolas superiores;

Considerando que, devido a conveniências da organização sanitária, não convém transferir agora para a Universidade do Rio de Janeiro a Escola de Enfermeiras Ana Neri, anexa ao Departamento Nacional de Saúde Pública, apesar da mesma satisfazer aos bons padrões técnicos encontrados em universidades de outros países;

Considerando que, relativamente ao exercício da enfermagem, o atual Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública impõe, no seu artigo 232 e parágrafo único, condições de oficialização ou equiparação às escolas que desejarem ter os seus diplomas reconhecidos;

Considerando que urge, pois, fixar o padrão oficial do ensino de enfermagem, a fim de facilitar as escolas que se fundarem as possibilidades de equiparação;

Decreta:

Art. 1º - Só poderão usar o título de enfermeiro di

(*) Ver Lei nº 2.604/55, à pag. 177

plomado ou enfermeira diplomada ou as iniciais correspondentes a estas palavras: a) os profissionais diplomados por escolas oficiais ou equiparadas na forma da presente lei; b) os profissionais que, sendo diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do seu país, se habilitarem perante a banca examinadora competente ou forem contratados pela administração federal ou estadual.

Parágrafo único. Os referidos profissionais só poderão usar o título de enfermeiro diplomado ou enfermeira diplomada, ou as iniciais correspondentes, após o registro do diploma no Departamento Nacional de Saúde Pública.

Art. 2º - A Escola de Enfermeiras Ana Neri, do Departamento Nacional de Saúde Pública, será considerada a Escola oficial padrão.

Art. 3º - A banca examinadora a que se refere o artigo 1º deverá constar: da Diretoria da Escola de Enfermeiras Ana Neri, de duas enfermeiras diplomadas indicadas pela diretoria da Associação de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, de dois professores da Escola Ana Neri, dos quais um médico e outra enfermeira, ambos indicados pela Superintendência Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública.

§ 1º. O presidente da banca será eleito pela mesma.

§ 2º. As instruções relati-

vas ao processo de exame serão organizadas pela diretoria da Escola Ana Neri, submetidas ao visto do diretor geral do Departamento e à aprovação do Ministro da Educação e Saúde Pública, e publicadas no Diário Oficial, dentro de prazo de três meses a contar da data do presente decreto.

Art. 4º - As escolas de enfermagem oficiais ou particulares que desejarem a equiparação deverão solicitá-la ao Ministério da Educação e Saúde Pública, descrevendo em detalhe a organização dos cursos, as instalações materiais e composições e títulos do professorado, e enviando exemplares dos seus estatutos, regulamentos e regimentos internos.

§ 1º. Por indicação da diretoria da Escola de Enfermeiras Ana Neri será designada, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, para a inspeção da escola que desejar a equiparação, uma enfermeira diplomada com prática de ensino e administração de escolas de enfermagem, a qual serão entregues os documentos juntos ao requerimento de equiparação.

§ 2º. A inspeção de escola só será levada a efeito após ter a mesma completado dois anos de funcionamento.

Art. 5º - O relatório da inspetoria será submetido à aprovação de um conselho constituído da mesma forma que a banca examinadora referida no art. 3º.

§ 1º. O conselho poderá

70

proceder a sindicância no intuito de completar as informações trazidas no relatório, e por sua vez submeterá o seu parecer ao diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública.

§ 2º. Após aprovação de parecer favorável pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, será lavrado o decreto de equiparação.

Art. 6º - Por sugestão do Departamento Nacional de Saúde Pública, o Ministro da Educação e Saúde Pública poderá mandar renovar, quando julgar necessário, a inspeção da escola equiparada, pelo mesmo processo dos artigos anteriores.

Parágrafo único. Conforme os resultados da inspeção referida, submetidos às autoridades superiores, a equiparação poderá ser cassada, e, neste caso, não poderá ser renovado o pedido de inspeção antes de decorridos cinco anos.

Art. 7º - São requisitos básicos para a equiparação:

a) disporem as escolas candidatas à mesma de uma organização moldada na da escola oficial padrão, especialmente no que diz respeito: à direção que será sempre confiada a uma enfermeira diplomada, com curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração em institutos similares; às condições para admissão de alunos; à duração do curso; à organização do programa desse curso;

b) disporem de hospital em

que possa ser dada instrução prática de enfermagem e inclua serviços de cirurgia, medicina geral, obstetrícia, doenças contagiosas e de crianças, com o mínimo de 100 leitos, adequadamente distribuídos pelos serviços mencionados, sendo a teoria e prática de enfermagem sempre dirigidas por enfermeiras diplomadas e por um prazo de tempo igual ao da escola padrão.

Parágrafo único. Será facultado às escolas, no caso do hospital não possuir todos os serviços acima enumerados, enviar suas alunas a outros hospitais que estejam nas mesmas condições relativas ao ensino da teoria e prática de enfermagem.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1931; 110º da Independência e 43º da República - Getúlio Vargas - Francisco de Campos.

Instruções relativas ao processo de exames para Revalidação de Diploma de enfermeiro ou enfermeira de que cogita o Art. 3, § 2º, do Decreto nº 20 109, de 15 de junho de 1931.

Art. 1º. - Os profissionais diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis de seu país, que desejarem se habilitar ao uso do respectivo título, deverão requerer a revalidação dos diplomas à diretora da Escola Ana Neri, juntando ao pedido os seguintes documentos:

I - Provas de sanidade, identidade e idoneidade moral, que

poderão consistir de um atestado médico, carteira de identificação internacional ou passaporte, e atestado de duas pessoas de reconhecida probidade, revestidos das formalidades legais.

II - Diploma autenticado no Consulado Brasileiro do lugar em que funcionar a sede do estabelecimento de ensino que haja expedido o diploma;

Art. 2º - A habilitação constará de provas escritas das seguintes disciplinas:

1. Anatomia e fisiologia
2. Microbiologia
3. Higiene Individual
4. Matéria Médica
5. Ética e História de Enfermagem
6. Patologia Externa
7. Patologia Interna
8. Obstetrícia e Ginecologia
9. Doenças infecto-contagiosas
10. Pediatria
11. Primeiros socorros
12. Enfermagem

Parágrafo único. Além dessas provas, o habilitando fará uma demonstração prática de enfermagem.

Art. 3º. Sobre cada matéria a banca organizará cinco perguntas, no mínimo, e 10, no máximo.

Art. 4º. As notas de exame serão de 0 a 10 pontos.

Art. 5º. Considerar-se-á aprovado o habilitando que obtiver média superior a 5 em cada disciplina.

Art. 6º. O habilitando que não obtiver média suficiente em qualquer uma das disciplinas poderá, na época seguinte, requerer nova prova; não conseguindo, então, média, lhe será defeso o pedido de novas provas.

Art. 7º. As provas terão lugar durante o mês de dezembro de cada ano, devendo os candidatos apresentar os pedidos instruídos com os documentos de que trata o art. 1º, na secretaria da Escola Ana Neri, do dia 1º a 15 de novembro.

§ 1º. Aceitos os documentos e organizada a banca serão os candidatos chamados por edital publicado no Diário Oficial e afixado na portaria da Escola.

§ 2º. Unicamente este ano e a 10 de agosto, serão admitidos à prova candidatos que até 1º do mesmo mês as requeiram, preenchendo os requisitos do art. 1º.

Art. 8º. Os candidatos pagarão no ato da inscrição a taxa de 50\$000. O produto dessas taxas será destinado ao custeio das despesas com a banca examinadora.

Art. 9º. Os membros da banca examinadora poderão ser designados para as provas de um ou mais anos.

Art. 10º. O presidente da banca

72

ca designará um de seus membros para lavrar a ata, que será com as provas escritas dos candidatos arquivada na secretaria da Escola Ana Neri.

Aprovado - Francisco Campos
Rio de Janeiro, 22 de julho de 1931.

Visto - Belisario Penna

Publicado no D.O. de 28 de junho de 1931.

Anexo VIII: Lei 775/49¹¹⁷

LEI Nº 775/49, de
6 de agosto de 1949

Dispõe sobre o ensino de enfermagem
no País e dá outras providências. (*)

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O ensino de enfermagem compreende dois cursos ordinários:

- a) curso de enfermagem;
- b) curso de auxiliar de enfermagem.

Art. 2º O curso de enfermagem terá a duração de trinta e seis meses, compreendidos os estágios práticos, de acordo com o Regulamento que for expedido. (**)

Art. 3º O curso de auxiliar de enfermagem será de dezoito meses.

Art. 4º Para a matrícula em qualquer dos cursos a

presentará o candidato:

- a) certidão de registro civil, que prove a idade mínima de dezesseis anos e a máxima de trinta e oito;
- b) atestados de sanidade física e mental e de vacinação;
- c) atestado de idoneidade moral.

Art. 5º Para a matrícula no curso de enfermagem é exigido, além dos documentos relacionados no art. 4º, o certificado de conclusão do curso secundário.

Parágrafo único. Durante o prazo de sete anos, a partir da publicação da presente Lei, será permitida a matrícula a quem apresentar, além dos documentos relacionados no artigo 4º, qualquer das seguintes provas: (***)

- a) certificado de conclusão de curso ginásial;
- b) certificado de curso co-

(*) Ver Leis nºs 4024/61, à pág. 227 e 5540/68, à pág. 471.

(**) Ver Decreto nº 27426/49, à pág. 161

(***) Ver Lei nº 2995, à pág. 181.

mercial;

- c) diploma ou certificado de curso normal.

Art. 6º Para a matrícula no curso de auxiliar de enfermagem exigir-se-á uma das seguintes provas:

- a) certificado de conclusão do curso primário, oficial ou reconhecido;
- b) certificado de aprovação no exame de admissão ao primeiro ano ginasial, em curso oficial ou reconhecido;
- c) certificado de aprovação no exame de admissão.

Parágrafo único. O exame de admissão, que será prestado perante a própria escola, constará de provas sobre noções de português, aritmética, geografia e história do Brasil.

Art. 7º Verificado excesso de candidatos sobre o limite de matrículas iniciais no curso de enfermagem, serão todos submetidos a concurso de seleção, elaborado pelo órgão competente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 8º O Regulamento disporá sobre o currículo de cada curso, o regime escolar, as condições de promoção e as de graduação e funcionamento dos cursos de pós-graduação, inclusive a enfermagem de saúde pública e as instruções para autorização de funcionamento dos referidos cursos.

Art. 9º O Regulamento de que trata a presente lei

deverá ser expedido pelo poder competente, dentro do prazo improrrogável de noventa dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 10. Para que um curso de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem se organize e entre a funcionar, é indispensável autorização prévia do Governo Federal, a qual se processará nos termos do Regulamento a que se refere o artigo desta Lei.

Parágrafo único. A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde promoverá as verificações que, reunidas em relatório, serão submetidas, com parecer, ao Ministro da Educação e Saúde, o qual expedirá portaria de autorização para funcionamento, válida pelo período de dois anos.

Art. 11. Decorrido o primeiro ano letivo, o estabelecimento será obrigado a requerer dentro de sessenta dias o reconhecimento do curso, sob pena de ser cassada a autorização.

Art. 12. Quando o aconselharem razões de natureza didática ou de interesse público, o Conselho Nacional de Educação poderá propor a prorrogação da autorização por um ano letivo. Cabe-lhe, ainda, decidir na forma da lei sobre a transferência de alunos regularmente matriculados, quando negado o reconhecimento do curso.

Art. 13. Ao aluno que houver concluído o curso de enfermagem será expedido diploma; ao que houver concluído o curso de auxiliar de enfermagem será expedido certificado.

156

Art. 14. A concessão de reconhecimento de curso far-se-á mediante decreto do Presidente da República, sendo indispensável prévio parecer favorável do Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os cursos de enfermagem atualmente equiparados passam à categoria de cursos reconhecidos.

Art. 16. Os alunos e ex-alunos diplomados pelas escolas oficiais de enfermagem, uma vez organizado o curso de enfermagem, poderão receber o diploma a que se refere o artigo 13, desde que sejam aprovados em todas as matérias do currículo de trinta e seis meses, de acordo com o art. 2º.

§ 1º As escolas oficiais de enfermagem já existentes são autorizadas a manter cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, de acordo com a presente lei.

§ 2º O Poder executivo expedirá novo regulamento para essas escolas.

Art. 17. Os estabelecimentos que mantêm cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, autorizados ou reconhecidos, serão fiscalizados de acordo com as instruções aprovadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

§ 1º Essa fiscalização será executada sem ônus algum para as escolas.

§ 2º Até que seja criado o órgão próprio para cuidar dos assuntos referentes ao ensino

de enfermagem, a fiscalização será feita por inspetores itinerantes diplomados em enfermagem e subordinados à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 18. Uma vez instalado o órgão próprio do Ministério da Educação e Saúde, será realizada, de acordo com as instruções que forem baixadas, prova de habilitação para o exercício da função de inspetor, de que trata a presente lei, exigida do candidato a apresentação do diploma de enfermagem por escola oficial ou reconhecida.

Art. 19. As atuais escolas de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem, ainda não autorizadas ou reconhecidas, existentes no país, ao ser publicada esta lei, deverão requerer, dentro dos sessenta dias imediatamente a essa publicação, a respectiva autorização do Poder Executivo.

Parágrafo único. Será concedido o reconhecimento imediato, se a autoridade encarregada da inspeção comprovar que a escola satisfaz às exigências da presente lei.

Art. 20. Em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina, deverá haver escola de enfermagem, com os dois cursos de que trata o art. 1º.

Art. 21. As instituições hospitalares, públicas ou privadas, decorridos sete anos após a publicação desta lei, não poderão contratar, para a direção dos seus serviços de en-

fermagem, senão enfermeiros diplomados.

Art. 22. Aos atuais cursos de enfermagem obstétrica será facultada a adaptação às exigências da presente lei, de modo que se convertam em cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, destinados à formação de enfermeiras e de auxiliares de enfermeiras especializadas para a assistência obstétrica.

Art. 23. O Poder Executivo subvencionará todas as escolas de enfermagem que vie-

rem a ser fundadas no país e diligenciará no sentido de ampliar o amparo financeiro concedido às escolas já existentes.

Art. 24. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1949, 128º da Independência e 61º da República.

Eurico G. Dutra

Clemente Mariani

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

DECLARAÇÃO DE CONSULTA

Declaro que Magali Hiromi Takashi, consultou no dia 28 de setembro de 2010, documentos do Acervo da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN/UFRJ) no Centro de Documentação da EEAN/UFRJ.

Rio de Janeiro , 28 de setembro de 2010

Sandra Cristina Demétrio de Moraes

Arquivologista

SANDRA CRISTINA DEMÉTRIO DE MORAES
Arquivista
SIAPE 036982

EEAN

Rua Afonso Cavalcanti, 275 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ - 20211-110
Telefax: (021) 293-8098 293-8999 293-0528 293-8148 293-8048 293-8899
C.G.C.: 33.663.683/0002-05 Inscrição Estadual: ISENT0
Home Page: <http://www.eean.ufrj.br>
Email: direcao@eean.ufrj.br

Ministério da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz
Casa de Oswaldo Cruz

DECLARAÇÃO DE CONSULTA

Declaramos que **Magali Hiromi Takashi**, consultou nos dias **27 e 28 de setembro de 2010** documentos do Fundo Fundação Serviço de Saúde Pública (FSESP) na Sala de Consulta do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

Rio de Janeiro, 28 /09/2010.

Jean Maciel
Sala de Consulta
Departamento de Arquivo e Documentação
COC-Fiocruz

Setor de Atendimento à Pesquisa/Departamento de Arquivo e Documentação/COC
Av. Brasil, 4036 sala 614 – Manguinhos – Rio de Janeiro – 21040-361
Tel e Fax 2590 3690 / 3882 9124
E-mail: consulta@coc.fiocruz.br